



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS

Dissertação de Mestrado

**RECUPERANDO FÁBRICAS, MEMÓRIAS E REPERTÓRIOS:
ESTUDO SOBRE A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE PARAFUSOS
DO RIO DE JANEIRO**

JULIANA MARQUES DE SOUSA

Seropédica/RJ
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS

**RECUPERANDO FÁBRICAS, MEMÓRIAS E REPERTÓRIOS:
ESTUDO SOBRE A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE PARAFUSOS
DO RIO DE JANEIRO**

JULIANA MARQUES DE SOUSA

Sob a Orientação da Professora
Flávia Braga Vieira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica/RJ
2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719r Sousa, Juliana Marques de, 1990-
RECUPERANDO FÁBRICAS, MEMÓRIAS E REPERTÓRIOS:
ESTUDO SOBRE A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE PARAFUSOS
DO RIO DE JANEIRO / Juliana Marques de Sousa. - 2018.
126 f.: il.

Orientadora: Flávia Braga Vieira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Ciências Sociais, 2018.

1. Memória Operária. 2. Cooperativismo. 3.
Trabalho. I. Vieira, Flávia Braga, 1976-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS**

JULIANA MARQUES DE SOUSA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/07/2018

Prof^ª. Dra. Flávia Braga Vieira – UFRRJ (Orientadora)

Prof^ª. Dra. Elina Gonçalves da Fonte Pessanha – UFRJ

Prof. Dr. Edson Miagusko – UFRRJ

Dr. Flávio Chedid Henriques – UFRJ

AGRADECIMENTOS

Advirto: não posso ser breve.

Já feito o referencial teórico e metodológico, escrevo agora meu referencial afetivo. Eu sou a Juliana da Esmeralda, a caçula dos seus oito filhos; da morte ainda na infância ficamos quatro irmãos. Minha mãe, com o intuito de me acompanhar madrugada adentro estudando, ficava por horas “lendo” repetidas vezes o livro de oração, o ofício de Nossa Senhora da Conceição, que ela sabia decorado; isso era para não me deixar sozinha, para que eu me mantivesse acordada. Entre alguns cochilos, ela fazia daquele tempo de estudo uma vontade nossa, apesar do analfabetismo. Minha mãe, estou, mais que nunca, acordada. A você dedico estas páginas escritas e peço perdão pelas ausências e pela distância, porque “eu não quero ver você com esse gosto de sabão na boca, arco-íris já mudou de cor” (Vital Farias, Margarida).

Meu primeiro amor literário foi um pequeno livro de Rubem Alves, um presente improvisado de meu irmão mais velho, Waldimiro (*in memoriam*), que o dedicou assim: “que os seus neurônios sejam fiéis, confie neles”. Meu irmão do meio, Francisco Jr., me acompanhou no meu primeiro campeonato nacional de xadrez, disputei o primeiro lugar e perdi; sentada no meio da quadra esportiva, triste e desapontada, olhei-o na arquibancada, ele levantou e sozinho me aplaudiu como se comemorasse uma vitória. Minha “irmã”, Renata, minha alfabetizadora literal e afetivamente, ficou desolada quando não passei na primeira seleção de mestrado, e choramos juntas, mas então ela disse: “quem tira nota quatro, tira nota sete, fique triste, só não demore muito”; obrigada, minha “fia”, pela “petulância de ainda ter tanta esperança” (Coragem, mulher – Ivan Lins).

Esses são alguns dos muitos relatos da fé inabalável que todos eles depositaram em mim; sem isso eu não seria. Também são substratos dos meus dias: Karen Isabelly, meus meninos Hugo Einstein e Miguel Lucas e meu querido pai, Francisco (*in memoriam*). Aos meus, todo amor e agradecimento.

Ainda na cartografia afetiva, agradeço a Jefferson Ribeiro, que caminha comigo no caos cotidiano e fez da sua vida um espaço para a minha. Cada página desta dissertação passou por teu crivo, tua crítica, teu conhecimento exagerado sobre mim; se a ela couber qualquer mérito, também será teu. Obrigada por tua acolhida e por me deixar demorar na tua vida.

O fim do mestrado é também o encerramento de um ciclo nas terras fluminenses. Não sou do Rio e nem vim para ficar, como tantos outros estudantes. Deixei minha casa por outra casa, a Residência Universitária da UFRJ, um lugar possível para quem tem o coração entre lugares; lá começaram muitos dos esforços para chegar até aqui, sem isso não seria possível. Agradeço aos que lutam permanentemente para manter de pé as residências universitárias, especialmente aos alojados da UFRJ e as alojadas da pós-graduação da UFRRJ, que resistem diante dos discursos xenófobos, racistas, machistas e meritocráticos que tentam nos arrancar o direito de permanecer na universidade pública e de nela morar.

Morei também em muitas pessoas durante os anos de graduação e mestrado. Nos cuidados de Cátia Aparecida e Rosa Maria, nos mimos de Magali e Américo. No afeto e incentivos de Augusto Cesar, Raylane Neres, Miguel Silva (*in memoriam*), Stephanie Albuquerque, Aline Craveiro, Juliana Borges, Phillippe Antonio, Allysson Lemos, Ítalo Teles, Rodrigo Guedes, Hozana Beatriz, Érica Cardoso, Renan Rodrigues, Damaris Santos e Julio Oliveira; vocês fizeram o meu mundo mais *impossível*, por isso melhor e mais feliz, os amo.

É imensa minha gratidão à minha orientadora Flávia Braga; você é a subversão da dinâmica de exaustão, competitividade e isolamento que por vezes a “pose acadêmica” impõe. Com você aprendi outro significado de universidade que comporta lutas de uma vida. Querida, por muito mais do que posso escrever aqui, obrigada.

Agradeço aos professores José Cândido, Elina Pessanha e Amilcar Pereira, que são referências intelectuais e políticas da minha trajetória acadêmica. Aos colegas e professores do PPGCS, em especial a Jamille Bezerra, Diego Couto, Carly Machado, Darlan Montenegro e Edson Miagusko.

Agradeço aos colegas do PET Conexões de Saberes, que enfrentam o racismo impregnado dentro e fora da universidade. E aos muitos que fazem viver o movimento estudantil no país, em especial a André Pinheiro, Ana Ivina e Gilcélis Paiva, com os quais construí conhecimento, lutas e sonhos.

Agradeço a Willian, Damásio, Josaide, Severino e Honório pelo tempo e abertura de suas trajetórias para a construção deste trabalho. E, ainda, ao Sidimetal-Rio pela disposição ao diálogo.

Agradeço à Capes pela bolsa concedida durante os dois anos. Que a ciência e a universidade pública brasileira resistam. Resistirá.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001.

Desempregados!

Contra essa tendência opressora, temos apenas um meio eficaz: o revolucionamento [...] Com ideias revolucionárias não se pode satisfazer alguém faminto, mas pode-se inculcar nele a crença no futuro e, assim, a coragem e o respeito a si próprio. Rosa Luxemburgo (1913, p. 475 - 476).

RESUMO

SOUSA, Juliana Marques de. **Recuperando Fábricas, Memórias e Repertórios: estudo sobre a Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro.** 126 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

O empenho desta pesquisa começa na experiência de derrota; os protagonistas são trabalhadores e trabalhadoras e o cenário, a Baixada Fluminense, cidade de Duque de Caxias – RJ. Caracterizar uma derrota pode ter um tom heroico carregado de aprendizados capazes de salvar da desesperança; pode uma derrota ser momentânea, mas aqui derrota é substantivo feminino que traduz o espaço percorrido ou por percorrer, é a produção de caminhos diante das possibilidades e imprevisibilidades. Em 10 de janeiro de 1996 é criada a Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro, por 42 homens e duas mulheres que tinham em comum o desemprego e um processo trabalhista; a empreitada durou 19 anos e acabou em 2015. Buscou-se revisitar e reconstruir essa memória operária, partindo do trabalhador enquanto sujeito portador de uma memória situada e experimentada na luta de classe, a fim de pensar acerca da ação e resistência da classe trabalhadora diante das transmutações da sociedade salarial.

Palavras-chave: Memória Operária, Cooperativismo, Trabalho.

ABSTRACT

SOUSA, Juliana Marques de. **Recovering Factories, Memories and Repertories: a study about the Bolts Production Cooperative of Rio de Janeiro.** 126 p. Dissertation (Master in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

The effort of this research begins in the experience of defeat, the protagonists are workers and workers, the scenery, the Baixada Fluminense, city Duque de Caxias – RJ. To characterize a defeat may have a heroic tone laden with learning capable of saving from hopelessness, may a defeat be momentary, but here defeat is a feminine noun that translates the space traveled or to be traveled, is the production of paths in the face of possibilities and unpredictability. On January 10, 1996, the Rio de Janeiro Screw Production Cooperative was created, forty-two men and two women who had in common the unemployment and a labor process, the work lasted nineteen years and ended in 2015. It was sought to revisit and reconstruct this working memory, starting from the worker as subject bearer of a memory located and experienced in the class struggle, in order to think about the action and resistance of the working class before the transmutations of the salary society.

Key Word: Working Memory, Cooperativism, Labour.

LISTA DE SIGLAS

AMORJ	Arquivo de Memória Operária;
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária;
CUT	Central Única dos Trabalhadores;
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil;
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional;
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais;
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares;
MBE	Mestre em administração de negócios;
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários;
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária;
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro;
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú;
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária;
PCdoB	Partido Comunista do Brasil;
PT	Partido dos Trabalhadores;
SINDIMETAL	Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro;
SOLTEC	Núcleo de Solidariedade Técnica;
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
ONG	Organização não Governamental.

Sumário

RESUMO	ix
INTRODUÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO DO CASO EMPÍRICO	6
METODOLOGIA.....	9
CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO DO OBJETO TEÓRICO	12
1. CONSCIÊNCIA DE CLASSE E EXPERIÊNCIA: NOÇÕES FUNDAMENTAIS	12
2. REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA	18
3. SOCIOLOGIA DO TRABALHO	20
4. OS SEM-TRABALHO	24
5. MEMÓRIA COLETIVA – UMA PERSPECTIVA OPERÁRIA.....	30
CAPÍTULO 2 – NEM NEGOCIADO, NEM LESGILADO: AUTOGESTÃO	35
1. COOPERATIVISMO(S).....	35
2. FÁBRICAS “RECUPERADAS”	39
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: MECANISMOS E PARTICULARIDADES	49
CAPÍTULO 3 – EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO.....	54
1. COOPARJ: UMA IDEIA.....	54
2. COOPARJ: UMA VOZ DE MULHER	56
3. TENTATIVAS	58
4. CONTEXTOS	60
CAPÍTULO 4 – RECUPERANDO FÁBRICAS, MEMÓRIAS E REPERTÓRIOS	63
1. NARRATIVA DA VITÓRIA	63
2. COOPARJ E SINDICATO: APROXIMANDO DISTÂNCIAS E OBSERVANDO RECUSAS	76
3. EMPREENDEDORISMO POPULAR: UM LUGAR “ENTRE” LUGARES	86
4. O NÃO COOPERADO	95
5. NARRATIVA DA DERROTA.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114

APRESENTAÇÃO: LUGAR DO EU PESQUISADOR

A construção da pergunta de partida, motivações e justificativas. Meu “eu” pesquisador começa com a decisão de uma mãe analfabeta que antes mesmo da terceirização já era terceirizada. Estudar era ser proprietária do dizer e do existir. A educação pareceu ser rumo, e foi, para os filhos dessa mulher nordestina e trabalhadora. Dentre os oito, eu. Na vida escolar, algumas paixões: história, redação e física. Depois da saga entre vestibulares e incertezas, o ingresso no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Na graduação, terceiro período, na disciplina “Epistemologia nas Ciências Sociais”, a seguinte questão perturbava todo o corpo de estudantes da turma 2008.2: qual é sua pergunta de partida? Eu não sabia dizer, era difícil arriscar um tema qualquer sem o susto de não atender ao conceito de fato social e suas características de generalidade, externalidade e força de coerção, questões caras ao Durkheim. Quando pensava em ação social e objetividade em Weber, era tomada pela insegurança de não compreender o que aquele livro, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, tinha a ver com ação e indivíduo, e ficar muito próximo ao Weber dava a impressão de oposição a Marx, questão pouco aceitável no terceiro período. Finalmente, sobre Marx e sua classe social eu tinha muito a dizer, pouco o que escrever e quase nada havia lido.

A educação do olhar sociológico sobre o mundo precisou, e ainda precisa, de maturação. A construção da pergunta de pesquisa é bivalente. É externa, pois se trata de perguntar ao mundo uma determinada questão, e subjetiva porque é carregada da busca por autonomia intelectual, e do modo como dispomos inquietações. Tanto Durkheim quanto Weber e Marx falavam sobre uma sociedade difícil de tatear, tão distantes espacialmente, culturalmente, socialmente e historicamente que reconhecer categorias analíticas nos primeiros passos da pesquisa parecia algo impossível.

Na região norte do Ceará fica localizada a cidade de Meruoca, maciço serrano localizado a 240 km da capital cearense, Fortaleza. Em Meruoca não há fábricas, apenas uma tímida atividade comercial – os bodegueiros, os “microempreendedores”, um número pequeno de servidores públicos, os agricultores e um mundo de pessoas que fazem o que podem para produzir suas vidas, atividades domésticas, consertos, transportes e artesanato, entre outras. Nesse contexto, a decisão sobre a pergunta de partida estava decidida: falar

sobre a classe trabalhadora, sobre o proletariado meruoquense. Mas quem seriam eles? Onde estava essa classe operária sem fábricas?

Em Sobral, cidade vizinha de Meruoca, existe uma filial da Grendene, uma fábrica de sapatos. Há também a fábrica Votorantim Cimentos, ambas responsáveis por empregar uma parcela considerável de trabalhadores na região norte do Ceará, mas grande parcela dos trabalhadores, sobretudo mulheres, não ocupava esses postos de trabalho. E foi essa aparente “ausência” de uma classe trabalhadora, fora da agricultura e fora da fábrica, que subsidiou minha pergunta de partida e trajetória acadêmica até aqui.

A primeira aproximação com os estudos sobre economia solidária e autogestão ocorreu em 2010 na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), por meio da orientação do professor José Osmar Fonteles (Ciências Sociais) e também pelas atividades da Incubadora de Empreendimentos Solidários da UVA, coordenada na época pelo professor Francisco de Assis Guedes Barros (Administração).

Durante parte da graduação em ciências sociais na UVA desenvolvi junto ao professor Osmar um estudo sobre a Associação de Artesanato da Palha da Bananeira, conhecida como Meruoca de Fibra. Um empreendimento autogerido, majoritariamente, por mulheres que moravam na zona rural de Meruoca e que não faziam parte da malha produtiva das duas fábricas próximas ao município. O objetivo da pesquisa era analisar os limites e implicações da autonomia de atuação das associadas, tendo em vista a prestação de serviços e assessoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Posteriormente, já estudante de Licenciatura em Ciências Sociais na UFRJ, estive envolvida nas pesquisas e ações de extensão do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj). O que propiciou a atuação no Projeto: Memória, movimento operário e participação política – Investigação social e formação de estudantes do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, vinculado ao Programa de Extensão da UFRJ – Pibex¹, coordenado por Elina Pessanha.

No Amorj, a sociologia do trabalho, seus paradigmas e novos paradigmas avolumaram-se teoricamente com base nos estudos de José Ramalho, Elina Pessanha, Marcos Santana, Luisa Pereira e Eduardo Stotz². Ainda bolsista de extensão, dediquei-me

¹ Programa Institucional de Bolsas de Extensão.

² No livro *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro*, organizado por Marcos Aurélio e José Ramalho, é possível encontrar diferentes recortes que situam a sociologia do trabalho e os desdobramentos no Rio de Janeiro.

ao tema *Justiça e Trabalho: uma análise sobre a greve como instrumento de garantia e conquista de direitos*, uma investigação da relação entre ação jurídica e atuação política sindical, a fim de perceber encadeamentos no acionamento de recursos jurídicos por trabalhadores diante de conflitos como parte da ação política.

Os estudos sobre o sindicalismo foram partes significativas da dedicação durante a graduação. Nesse período atuei também como estagiária no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio Janeiro (Sindimetal), o que me permitiu fazer parte do processo de estruturação do Arquivo de Memória do sindicato e, ainda, participar de campanhas de sindicalização e da equipe que recebia as cartas de recusa da contribuição assistencial.

A carta de recusa da contribuição assistencial é um processo burocrático, político e de pretensa aproximação entre sindicato e trabalhadores representados, sejam associados ou não. Antes da reforma trabalhista de 2017, o sindicato realizava dois descontos: a contribuição sindical, obrigatória, e a contribuição assistencial, não obrigatória. Diante disso, para evitar o desconto assistencial, direto em folha, cada trabalhador teria que redigir uma carta de próprio punho alegando seus motivos e entregar pessoalmente no sindicato.

Havia filas de trabalhadores aguardando impacientemente para entregar a carta de recusa; uns revoltados com tantos descontos, alguns orientados pelo patrão a fazê-lo e outros sem saber bem o motivo de estar ali. Nas filas de recusa havia engenheiros, caldeireiros, ferramenteiros e soldadores, entre outros profissionais.

Nos três dias finais de recebimento triplicavam as recusas, mesmo diante de descontos com baixo valor, pois eram também recusas políticas. Com as cartas, muitas reclamações, cantadas, desaforos, deboches, perguntas e demandas. Majoritariamente, os trabalhadores do chão de fábrica³ mostravam-se revoltados diante da representação sindical, ao passo que reclamavam do poder de negociação e decisão das questões da fábrica e do sindicato.

Com o fim do prazo de entrega das recusas e a normalização da rotina no sindicato, em conversas⁴ entre um almoço e outro, perguntei a um importante funcionário sobre as comissões de fábrica, espaço de mediação para essas recusas, um meio direto de atuação dos trabalhadores, sustentei. A resposta foi num tom de que eu não tinha ideia de como isso era ruim para o sindicato, mais dificultava do que facilitava a relação com trabalhadores. As

³ Aqueles que trabalhavam com as máquinas ou com questões diretamente ligadas a elas.

⁴ A conversa citada não foi uma entrevista, mas ocorreu na minha rotina como estagiária do Sindimetal no ano de 2013.

comissões seriam uma espécie de sindicato dentro do sindicato, quebrando essa relação de representação com ideia de autogestão das questões do local de trabalho; sinalizava também para um espaço de maior repressão e cooptação por parte do patrão. O resultado era fragilidade na representação, na negociação e no protagonismo do sindicato.

Na conversa, o funcionário também citou que tinha até fábricas com essa “coisa de tomar decisão sozinho”, mas não tinha muito sucesso, e que só quando a ação dava errado o sindicato era procurado. A ausência do sindicato na condução das comissões de fábricas implica na diminuição do poder de negociação com patrão e com o próprio corpo de trabalhadores. Há uma relação de disputa nos delineamentos decisórios na relação dos trabalhadores e dirigentes sindicais. Essas questões rascunharam uma nova pergunta de partida.

Uma cooperativa de produção com caráter autogestionário disputa direções que, *a priori*, são estranhas ao sindicato. A estranheza causada pelas comissões de fábrica e pelo surgimento dos empreendimentos coletivos autogeridos ocorre pelo alinhamento de um tipo de ação esperada diante do desemprego que começa e termina no trabalho formal; além disso, as cooperativas são modelos paralelos e concorrentes de representatividade, sendo difícil, nesses casos, aplicar o clivo do “ser classe trabalhadora organizada” a partir do organograma de ação fechado. Apesar de esse debate não ser objeto direto desta dissertação, é a partir desse contexto que toma forma as questões expressas ao longo do texto.

Dito isso, a busca pela atuação de cooperativas de produção e sobre a recuperação de fábricas ocupou parte importante das questões teóricas e metodológicas que carrego. Pelo fato de ser uma questão tanto pertencente ao mundo sindical quanto, ao mesmo tempo, estranha a ele. O que retoma também minha pergunta de partida acerca da cooperativa de artesanato de Meruoca. Isso porque ambas as questões têm como preocupação a atuação de uma classe trabalhadora fora da típica classe trabalhadora, ou uma classe trabalhadora sem classe.

INTRODUÇÃO

Dissertar sociologicamente é atender às exigências epistemológicas e metodológicas, mas é também formar-se. É argumentar sobre aquilo que nos move, emociona e avoluma criticamente. A ciência é dúvida, lugar que requer desacostumar-se com sistemas analíticos “fotográficos”, recortes eternos de um determinado objeto ou debate.

A produção científica é eminentemente política; disputa significados, memórias, potencialidades, narrativas e experiências. Todavia, a pesquisa comporta afetos e emoções, demandas que particularmente envolvem aquele que pesquisa ou os que coletivamente compõem suas exigências na sociedade. A par disso, o desafio é não produzir invisibilidade daquilo que não se reconhece como puramente “nosso”, ou relevante partidariamente.

A pesquisadora afeta sua pesquisa, assim como é afetada por ela. Partindo disso, este estudo tem como dimensão central a produção de um conhecimento afetado, pela bibliografia que o orienta, pelos sujeitos, trajetórias de vidas e as circunstâncias que o provocaram. Opondo-se a uma relação estéril entre pesquisador e trabalho de campo, pois:

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista do nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assume o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. (FAVRET-SAADA, 2005, p.160)

O desfazer de um projeto de conhecimento é reconhecer a pesquisa como parte de um processo, no qual não monopolizamos os atos e os efeitos de produzir narrativas. O pesquisador não é ungido em relação ao que se propõe estudar, ao contrário, é parte do estudo. A produção científica não é uma cópia da realidade e os conceitos só conseguem dar conta de um fragmento da realidade (Weber, 1904), não se reproduz nada integralmente, mas é possível recortar partes da realidade.

O empenho sociológico desta pesquisa começa na experiência de derrota. Os protagonistas são trabalhadores e trabalhadoras, o cenário, uma cooperativa de produção que durante 19 anos desenvolveu suas atividades na cidade Duque de Caxias, localizada na Baixada Fluminense. Caracterizar uma derrota pode ter um tom heroico carregado de aprendizados capazes de salvar da desesperança, pode uma derrota ser momentânea, mas

derrota, aqui, é *substantivo feminino* que traduz o espaço percorrido ou por percorrer⁵, condição e produção de caminhos diante das possibilidades e imprevisibilidades. É com essa definição de derrota que apoiamos a análise sobre a experiência da extinta Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro (Cooparj).

Derrotas são partes fixas na autoavaliação da vida, elemento essencial nas trajetórias individuais e no comportamento coletivo dos sujeitos em ação. A resistência da classe trabalhadora percorre experiências derrotadas, greves impedidas, direitos subtraídos, acordos descumpridos: lutas. Por um erro estratégico, um alvoroço radical, por apatia, por um golpe, os conflitos e as não vitórias se atualizam e se repetem. Lutar para a classe trabalhadora foi e é existir. Adotar essa perspectiva é pôr em foco a produção de experiências que atravessam gerações e contestam a docilidade do povo brasileiro e o romantismo das lutas políticas na América Latina. Foram muitas e graves as derrotas, mas foram, sobretudo, a construção de caminhos e a produção de existência, apesar do impossível. É com essa concepção politicamente engajada que se buscou recuperar registros da memória de vida de trabalhadores que recuperam fábricas e rumos, recuperar, maiormente, a história de Josy⁶, Willian, Honório, Damásio, Elza, Severino.

APRESENTAÇÃO DO CASO EMPÍRICO

A recuperação de uma fábrica falida por trabalhadores se inicia muito antes do processo jurídico e/ou político que a estabelece. Ocorre a partir do conjunto de vontades que encontram um comum na ação coletiva, na mobilização de redes, nos argumentos cabíveis na realidade e no estabelecimento de elos. Vínculos polissêmicos que se estreitam por ora ou afastam-se em um exato momento e potencializam-se para um específico enfrentamento. Esse é o ato de costurar experiências para além do cálculo individual de sucesso, vitória ou derrota nos prognósticos da vida. Laços construídos dentro de uma condição, de uma fábrica, de um nó comum. A Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro começa no fim, na falência da Fábrica de Parafusos Águia Limitada.

A Parafusos Águia, fundada em 1930, é uma empresa familiar de médio porte que funcionou até meados da década de 1990. Seu quadro funcional chegou a contar com 289⁷

⁵ Definição encontrada no dicionário *Michaelis on-line*.

⁶ Josy é modo como Jasaide prefere ser chamada.

⁷ Existe uma imprecisão quanto ao número de funcionários da Parafuso Águia. Foi constatado que se trata de uma empresa de médio porte com variação entre 240 a 300 funcionários.

trabalhadores (TIRIBA, 1997). Por mais de meio século funcionou no antigo complexo industrial do Jacaré, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Hoje, o Jacaré se tornou um bairro⁸ residencial marcado por um cemitério de galpões vazios, do progresso avesso, da urbanização higiênica dos bairros de “vagabundos e proletários”⁹ da capital fluminense.

A falência da Fábrica de Parafuso Água foi marcada por grave crise financeira, atrasos no pagamento de fornecedores, impostos, salários e o progressivo descumprimento das leis trabalhistas, que entram em vigor 13 anos depois do início de suas atividades produtivas. Entre a falência em 1995 (TIRIBA, 1997) e o efetivo pagamento aos trabalhadores, uma rotina de espera, negociação e disputa na Justiça do Trabalho. Até aqui nenhuma novidade, segue o *script* de outras tantas experiências de recuperação de massa falida.

Chega-se, então, a um “consenso”: o pagamento do fundo de garantia aconteceria em máquinas e em outros equipamentos do patrimônio da fábrica falida. Divididos em grupos, cada um com dez trabalhadores, alguns, ironicamente as trabalhadoras mulheres, receberam equipamentos de cozinha como pagamento; já outros, receberam partes do maquinário do círculo propriamente produtivo. Depois disso, venda e divisão do dinheiro, e estaria pago o devido Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Alguns dos trabalhadores que receberam as máquinas da planta produtiva decidem vendê-las e seguir adiante, aposentar-se ou buscar um novo emprego, no entanto, outros decidem montar uma cooperativa de produção. Aqueles que optaram pela venda decidiram, após a baixa oferta de compra no mercado, emprestar o maquinário por meio de um contrato de comando¹⁰ para o grupo de trabalhadores empenhados em construir a cooperativa.

A agitação e o debate pela concretização da cooperativa atingiram desde o porteiro, passando pelos trabalhadores do setor de recursos humanos, até os engenheiros; todos. Tanto os que já tinham vendido os equipamentos e recebido o dinheiro devido quanto aqueles que ainda estavam em processo de negociação. O convite para o empreendimento foi estendido a boa parte dos ex-funcionários da Parafusos Água; assim, mesmo sem passivos a receber, burocraticamente atendidos todos os ritos da homologação rescisória, alguns trabalhadores optaram por construir a cooperativa de produção.

⁸ Sobre o processo de desenvolvimento urbano do complexo industrial do Jacaré e a memória operária que o atravessa, ver em Thiago (2007).

⁹ Termo usado por Robert Castel na obra *As metamorfoses da questão social* (2015).

¹⁰ Modo de contribuição com bens e serviços para fins econômicos, sem objetivo de lucro.

A falência de uma fábrica tradicional abre também um destino inevitável aos trabalhadores: o desemprego. A vida passa a ser calculada nos muitos papéis da rescisão, no tempo de carteira assinada, tão crucial para entrar com o pedido de aposentadoria, e no seguro-desemprego. A quebra da condição de assalariamento se reduz ao retorno financeiro das contribuições de anos de trabalho acumulados, resultante incompatível para valorização plena do trabalho. Mas e depois, o que fazer sem salário?

O curso predominante dos trabalhadores segue na busca pelo “patrão nosso de cada dia”¹¹ para reinserção no mercado e retomada da condição de “empregado”. Isso ocorreu com a maioria dos ex-funcionários da Parafusos Águia, porém, a escolha de alguns trabalhadores pelo modelo de produção e gestão coletiva das máquinas cria uma curva nas vidas e na ideia desse novo emprego. A tentativa não coloca os trabalhadores em conformidade absoluta sobre um fim, mas representa o esforço em encontrar no outro um meio possível para si, uma aproximação entre o “eu” e o “nós”. E, ainda, a busca de encontrar no fim um começo.

É a partir da fuga da narrativa de um novo patrão que em 10 de janeiro de 1996 é criada a Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro (Cooparj). Quarenta e dois homens com experiência de produção e duas mulheres na área administrativa, que tinham em comum o desemprego, um processo trabalhista e um plano.

Por que a Cooparj e não outra cooperativa para este estudo? Trata-se de uma experiência duradoura e recente no estado fluminense (1996–2015). O objetivo é analisar o encerramento da cooperativa, isso porque as cooperativas de produção são comemoradas como ato de resistência diante do capitalismo, são uma euforia para os entusiastas da autogestão, para os militantes de uma economia solidária; no entanto, a literatura encontrada, engajada ou não, trata o fim do processo de recuperação com notas explicativas.

Notoriamente, esses estudos abordam criticamente os limites dos empreendimentos, suas lutas, mas não se demoram no fim, pois parece algo óbvio: fechou e ponto. A história termina no declínio do empreendimento e sua impossibilidade de continuar. O intuito, aqui, é caminhar no pós-cooperativa sem, com isso, testemunhar o espetacular, o que tem dado certo, mas reparar a continuidade de resistência mesmo diante de processos de rupturas. Portanto, concentrar a análise no encerramento das atividades, a fim de somar-se a esses estudos, mas a partir de outro recorte, o fechamento de uma fábrica recuperada.

¹¹ Referência à canção O Patrão Nosso de Cada Dia, de João Ricardo (1973).

O que fazer com tentativas de trabalhadores de carne, sangue e sonhos? Como acessar registros de memórias do que foi e do que deveria ter sido? Como contar a denúncia e a crítica ao passado? Qual o lugar desses experimentadores na memória operária? Como se narra uma derrota? Por que e como uma cooperativa encerra suas atividades? Esses são alguns dos desafios desta pesquisa. A pretensão, ainda, é somar-se à produção de um conhecimento que sirva aos próprios trabalhadores, na visibilidade de suas resistências, que está além das vitórias e derrotas consagradas em livros ou em discursos, experiências e trajetórias que permitam reconstruir sua memória coletiva e seus repertórios.

METODOLOGIA

A sociedade produz categorias e distinções, é um modo para definir e ler suas diferenças. Para o método funcional estruturalista, essa maneira é um *checklist* conceitual submetido à vontade da estrutura social. Sendo assim, a teoria assume uma validade genérica diante das questões, uma espécie de adequação abstrata e ideal, na qual interpretar sociologicamente é traduzir o espelho da sociedade. Durkheim e Mauss (1981) sustentam que a sociedade e suas distinções são anteriores ao ato de classificar, sendo esse o meio pelo qual se representa aquilo que está posto em sociedade. Dessa forma, as classificações são modelos, espelhos das relações sociais. Mas como tratar o “conceito” de classe trabalhadora para além das suas definições categóricas, além do espelho social que idealmente a forjou?

É preciso mudar o escopo teórico estático e também o modo como olhamos a sociedade e os “resultados” de uma pesquisa. Em Marx, a “ideia” e o conceitual não são puros, mas reflexos das materialidades em um determinado tempo; essa percepção “isenta” produz um juízo de valor diante da sociedade real, a naturalização de verdades ilusórias, tornando-as inquestionáveis, como se representações sociais e políticas fossem entes exteriores aos indivíduos e não construído de suas relações sociais. Com efeito, o arranjo conceitual na produção teórica modifica o entendimento e impacta o modo como se apresenta uma questão. Na linha produtiva de verdades acadêmicas, esta pesquisa é um ensaio, um experimento com base na análise bibliográfica, na discussão metodológica, na construção de campo, que admite escolhas de perspectivas e suas insuficiências como alma do trabalho científico.

O capítulo 1 examina a literatura que sustenta a construção do objeto teórico (OFFE, 1989; THOMPSON, 1979, 1987, 1981 e 1998 e TILLY, 1999). O objetivo é localizar o estudo diante do processo de descaracterização da categoria trabalho e situá-lo. Discutir a noção classe social apoiada na tradição marxista crítica e atenta à produção de experiências

e seu *fazer-se*. E, ainda, aborda algumas dimensões da ação coletiva e a produção de repertórios de ação.

Somam-se, no mesmo capítulo, as análises sobre memória coletiva e memória operária (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 1990; PESSANHA, 2001) que propiciam o debate sobre a construção de uma identidade social. Trata acerca das dinâmicas, ressignificações e resgates da memória situada e sua capacidade de permissividade para os diálogos na sociedade outrora silenciada, marginalizada ou esquecida.

O capítulo 2 apresenta o debate acerca do cooperativismo, economia solidária e autogestão (SINGER, 1983; TAUILE, 2009; MOTTA, 2010; SÍGOLO, 2015; HENRIQUES, 2014; E PIRES, 2016). A fim de caracterizar esse campo de estudo, e as especificidades dos empreendimentos autogestionários no Brasil, o percurso histórico de atuação e organização.

No capítulo 3 trata-se de um exercício etnográfico, objetivando explicitar o processo de construção do campo de pesquisa e, de mais a mais, tecer de forma próxima os sujeitos da memória e o conjunto de contextos, possibilidades e impossibilidades da pesquisa.

O capítulo 4 compreende dois eixos: o primeiro faz uma recuperação histórica da formação da Cooparj e dos seus sucessos, e recorreu-se a análises bibliográficas e entrevistas com cooperados em momentos distintos do empreendimento (TIRIBA, 1997; THIAGO, 2006). O segundo eixo, ruptura imaterial, enfrentamento da “derrota”; o objetivo é apresentar os procedimentos vistos para além do burocrático¹². A rigor: o estudo trata da dissolução de vínculos e da liquidação de um plano comum outrora potente para os trabalhadores da Cooparj.

O recurso da entrevista foi central neste estudo; seu planejamento ocorreu de forma semiestruturada. A investigação sustenta-se em quatro blocos temáticos: 1- Perfil do entrevistado; 2- Mapeamento de personagens, lugares e datas referentes à Cooparj; 3- Registro da memória acerca do fechamento da cooperativa; 4- Descrição da experiência. Resultado: pouco do planejado foi aplicado e muito foi acontecendo, surgindo durante a entrevista.

A conclusão, parte final deste estudo, sistematiza análises teóricas centrais que permitem pensar a ação e resistência da classe trabalhadora, e, com isso, sua produção de

¹² Alicerçados no regime jurídico das sociedades cooperativas, dispostos na *Lei n° 5.764, de 16 de dezembro de 1971*, que prevê no *capítulo XI*.

repertório e memória. A intenção é apresentar uma reflexão capaz de colaborar, embora um tanto audacioso, com novos desdobramentos teóricos, metodológicos e estratégicos, para pensar ação coletiva e práticas sociais no mundo do trabalho.

CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO DO OBJETO TEÓRICO

Este capítulo consiste na revisão teórica que sustenta a pesquisa. Primeiramente será abordada a noção de classe, a partir da perspectiva histórica crítica ao marxismo. Tratará, também, da noção de repertório como meio de compreender a ação coletiva por meio das suas performances. E, ainda, discutirá a centralidade do trabalho como categoria analítica atual. Por fim, serão revisitados estudos sobre memória coletiva e memória operária.

1. CONSCIÊNCIA DE CLASSE E EXPERIÊNCIA: NOÇÕES FUNDAMENTAIS

O historiador inglês Edward Palmer Thompson (1981) desenvolve uma narrativa que, segundo ele, é autocrítica, exploratória e aberta da tradição marxista e sua leitura do mundo. Crítico do marxismo determinista e estruturalista, que parte de sistemas teóricos fechados para forjar uma conduta, um *devoir ser* específico.

Thompson articula distinções entre o que chama de marxismo e tradição marxista. O primeiro, fundado numa visão ideal e estruturalista, que é organizado como, nas palavras do autor, um “maquinário mecânico”, quase como um ordenamento sobrenatural de manipulação e regulação das relações sociais e seus efeitos. Operando como lei imutável no tempo das ações humanas, o que sustenta uma visão de classe operária abstrata, feita no campo das ideias.

Já para a tradição marxista, da qual Thompson compartilha, classe é uma noção ampla, para além da economia, que, ao movimentar-se, se faz. Embora a estrutura e suas determinações interfiram em diferentes processos, não há domínio sobre um fim único e inexorável da relação entre estrutura/superestrutura, tampouco se resume numa relação de causa e efeito. Há uma flexão na relação estrutura–superestrutura, um estado físico provisório, um processo de fricção para além da relação causal. Segundo Thompson, “nenhuma pessoa ou sociedade pode ser vista como soma de determinações que se cruzam, mas só podem ser conhecidas através de observações no tempo” (1981, p. 169).

Para Thompson, a história é um laboratório de experimentação que não é governada por regras absolutas, não cumpre uma prescrição exata; pelo contrário, “o ato de acontecer está presente em cada momento” (1981, p. 58). Conseqüentemente, as categorias, os

conceitos e as teorias mobilizadas para discutir uma problemática não são uma extensão do fenômeno social, capazes de determiná-los antecipando seu resultado calculado, mas uma investigação. À vista disso, pesquisar é promover um diálogo no qual as evidências são interrogadas, ou ainda, como destaca o autor, o conhecimento pode ser teorizado, mas como expectativa, e não como regra.

Thompson rompe com o conceito de estrutura e utiliza a noção de estruturação. Admite que condições de ordem econômica limitem e entrem acontecimentos históricos, porém, isso não amortiza a capacidade de homens e mulheres de agir diante de circunstâncias de conflito, de perda ou de derrota, ainda que a limitação para a efetiva ação se mantenham. Essa abordagem realça uma diferença crítica entre a tradição marxista enraizada nas contribuições de Karl Marx e do campo que o envolve, e o marxismo estruturalista que atua num caráter de divindade apontando destinos irrefutáveis para a humanidade e sua história.

É no campo da historiografia que Thompson traça o sentido das suas categorias históricas fundamentais para compreensão de sua obra. As abordagens sobre *economia moral*, *lei dos pobres* ou *multidões* não tratam de uma aplicação, confirmação ou teste teórico de como deveria agir uma classe social para, então, ser classe, mas apresenta uma lógica de investigação que busca compreender a construção de possibilidades diante de determinada situação.

A pergunta de partida não é porque uma classe não reagiu de uma determinada forma, e sim, quais motivos levaram algo a ocorrer de uma determinada maneira. Nas palavras do autor, “a explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra” (1981, p. 61).

Dito isso, Thompson reexamina as noções de *processo histórico*, *classe*, *cultura e experiência*. Sustenta que a investigação histórica deve ser vista como processo que pode ser analisado a partir de acontecimentos que se sucedem no tempo ou na desordem desses mesmos acontecimentos. A ordem ou desordem desses eventos acontece simultaneamente às dinâmicas de causa, mediação e contradição, entre outras, que atravessam o curso da vida social, política, cultural, econômica e intelectual de um tempo.

A noção de classe social é uma relação definida a partir de particulares em contraposição e que só aparece ou se faz na luta, isto é, na luta entre classes. Portanto, é essencialmente conflito, com uma carga de ambiguidade, imprevisibilidade e contradição em constante experimentação histórica. E não pode ser reduzida ou confundida pela posição

de um indivíduo na cadeia produtiva, muito menos no pensamento abstrato de um *dever ser* de uma classe.

Por isso, classe social está ligada aos sentidos e valores que tencionam o movimento da vida, o agir num dado momento histórico. Para Thompson, “toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” (1981, p. 190). Destarte, a cultura é significada e comunicada ao ser social, e a experiência de uma classe não está fora das mulheres e homens, nem ausentes de suas lutas.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instintos. Elas também experimentam como sentimento e lida com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações, reciprocidade, valores, arte [...] Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (1981, p. 189)

A noção de experiência está presente na narrativa thompsoniana, no esforço do autor na construção dos detalhes, das evidências e das fontes. Isso porque experiência é um meio possível para perceber, experimentar e anunciar as relações entre os seres humanos, que ocorre em momentos de rupturas e continuidade, no ato em si, de produzir ou não mudanças, portanto, é uma elaboração racional diante do que se vive, é o cerne do fazer-se classe. Como aponta Pereira, “Seguindo a tradição thompsoniana, consideramos classe social como um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos tanto na ordem da experiência quanto da consciência” (2014, p. 27).

A experiência é uma noção determinante, pois exerce pressão sobre a consciência, logo, é o meio pelo qual se expressam e amparam novas questões e novas possibilidades. É um exercício de consciência capaz de produzir diálogos, ação e revolucionamento dos sentidos, quer dizer, rebelar lugares e impressões que são estampadas na normatização do mundo. De modo que, ao experimentar algo, somos capazes de promover revoluções, resistências, permanências, mudanças e outros tantos desdobramentos não ensaiados.

O materialismo histórico e cultural de Thompson é uma perspectiva metodológica, na qual homens e mulheres são sujeitos de suas histórias, suas ideias, seus valores e, sobretudo, sujeitos que mobilizam o que é possível para lidar com o agora. Que disputam o futuro no conflito de classe, nas contradições e incompatibilidades de interesses antagônicos entre a burguesia e o proletariado, mas também na luta entre juízos de valores, visões de mundo, anterior à própria dicotomia burguês-proletário.

Os valores não são imunes ao poder ideológico dominante, mas não são extensões exclusivas para a reprodução do *status quo*. A cultura é preenchida por fissuras que agem a contragosto de visões totalizantes e imóveis. Houve e há resistência, luta, não apenas nas grandes narrativas de revoluções, mas na experimentação das vozes marginais, dos derrotados, daqueles que contestaram a condição de suas vidas sem aplausos ou *hashtag*.

É com esse espírito autocrítico, aberto e questionador, que Thompson (1987) desmistifica a ideia de classe como coisa inanimada, dizendo que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (1987, p. 12). Por conseguinte, a consciência de classe se expressa na experiência do que está sendo vivido.

Mas onde está a classe? Esse lugar não está fixo na linha produtiva da fábrica, tão somente na representação de uma atuação política estritamente “politizada”. Nesse sentido, não há um marco zero para a tradição da classe operária, um lugar determinado para sua aparição ou uma cartilha de identidade, pois ao passo que a classe trabalhadora produz suas vidas, suas dinâmicas e suas questões, ali está uma experiência de classe. Essa experiência pode ter causas em comum com outras e mesmo estrategicamente assumir causas mais abrangentes, mas isso é uma forma e não uma exigência para validar uma ação.

Sendo assim, a compreensão de uma classe social não pode ser separada da formação social e cultural de um tempo, e do modo como são produzidos permanências e enfretamentos. Thompson recusa generalizações, e por vezes é criticado por uma visão particularista; o que interessa, por hora, é que sua visão está voltada para a Inglaterra, assim, sua narrativa trata de processos que não servem de manual para a leitura da tradição operária no mundo, mas conta uma experiência.

Thompson (1979) critica a ideia largamente tratada no marxismo que apresenta o movimento operário com resultado da industrialização e seu desenvolvimento. Esta compreensão apaga os conflitos e resistências contra a abertura do mercado, a relutância diante da monetarização da vida, e mesmo as revoltas dos trabalhadores em protesto contra a revolução industrial e o capitalismo.

Na organização social inglesa do século XVII não havia burgueses e proletários, mas isso não implica dizer que não havia luta de classe, motins e modos de revolta. Classe não apenas é uma formação cultural, mas uma prática histórica; dessa forma, as classes na

sociedade industrial e capitalista não são categorias universais, mas casos de experimentação da luta de classe, segundo o autor:

Nenhuma formação de classe propriamente dita é na história a mais verdadeira ou mais real que a outra, a classe se define no efetivo acontecer. As classes aconteceram dentro das sociedades industriais capitalistas do século XIX, deixando sua marca na categoria heurística de classe, e não podem, de fato, reivindicar universalidade. As classes, neste sentido, não são mais que casos especiais de formações históricas que surgem da luta de classe. (1979, p. 39, *tradução nossa*)¹³

Thompson (1998) discute separadamente práticas costumeiras pré-capitalistas que mediam a relação de reconhecimento entre homens e mulheres que partilhavam uma identidade cultural, juízos e valores comuns, e a partir disso mobilizaram suas ações de protesto. O autor trata das reivindicações e resistências que se deram pelos costumes, como é caso daqueles que recusavam o desenvolvimento do relógio que desintegra a orientação temporal dos trabalhadores, como o lavrador, o manufactureiro e o empreiteiro, entre tantos outros. E por isso representou um momento de transição, em que o tempo deixa de ser tempo e passa a ser dinheiro, medido pelos apitos e vontades das máquinas que impõem um modelo moral e disciplinador aos trabalhadores. Ou aqueles que recorreram à jurisprudência na aplicação da lei britânica; ou nos motins da fome – uma forma alternativa de regulação do mercado. Questões que evidenciam um mundo que perdia referencial cultural e civilizatório, um processo de mudança das relações humanas, das relações laborais, um mundo em conflito.

A luta de classe não está apartada entre o pré-capitalismo e capitalismo, mas flui entre diferentes momentos da relação entre dominantes e dominados. A vitória provisória do modo operante capitalista e sua modernidade não representam passividade nem mesmo ganho absoluto das diversas lutas travadas no curso histórico das classes exploradas. Por isso, atentar como se deu um processo de conflito ou mesmo a derrota de uma experiência significa retomar rumos, sonhos, contradições e resistências, pelas quais é possível construir a luta de hoje.

¹³ “Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase se define a si misma en su efectivo acontecer. Las clases, en su acontecer dentro de las sociedades industriales capitalistas del siglo XIX, y al dejar su huella en la categoría heurística de clase, no pueden de hecho reclamar universalidad. Las clases, en este sentido, no son más que casos especiales de las formaciones históricas que surgen de la lucha de clases.” (1979, p. 39).

O curso inicial da pesquisa esboçada aqui absorve as sinalizações apontadas por Thompson, sobretudo a noção de classe para compreender a ação dos trabalhadores cooperados da Cooparj. Isso porque a decisão que atravessará a vida dos trabalhadores que passaram a se encontrar, partilhar e organizar os meios de produção surge no enfrentamento de uma condição: o desemprego. É nesse momento que se produz uma ação em comum, uma ação coletiva, o entrelaçamento de trajetórias que dão forma às pautas e às lutas.

Os desempregados, os deslocados no mercado de trabalho decidem reagir a uma situação coletivamente. Não tinha mais lugar na planta produtiva, e por mais que o desemprego assumisse a forma de ruptura desses trabalhadores, foi costurado um interesse em comum fora dessa condição, um plano para enfrentar a situação. O fato de serem oriundos da Fábrica de Parafuso Águia Ltda. é insuficiente para justificar a decisão pela cooperativa, tendo em vista que outros trabalhadores, também desempregados, não aderiam a esse modelo de trabalho.

A hipótese é que a experiência do desemprego quebra o vínculo entre aqueles que outrora eram membros de uma mesma fábrica, condicionado a um grau de distanciamento. Contudo, essa ruptura é estopim para aprofundar um novo tipo de reconhecimento e ação conjunta, ainda que coubesse a cada trabalhador exigências individuais. Assim, a dispersão num conflito no mundo do trabalho toma força e forma para produzir a cogestão de uma experiência de longa duração.

A concepção de Thompson auxilia fundamentalmente esta análise quando trata da noção de experiência, uma vez que a Cooparj foi extinta no ano de 2015, na contramão do avanço de vias institucionais, de apoio e financiamento ao cooperativismo no Brasil, como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 2003, e a ampliação do Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários – BNDES desde 1994. Por que a experiência seguiu ao contrário dessas investidas?

Explorar o fechamento da Cooparj significa reconstruir uma narrativa de experiência e construção de caminhos da classe trabalhadora fluminense cujo cenário é forjado no desemprego e em ciclos repetidos de crise. Indivíduos que se movimentaram, um movimento que recupera a produção de uma fábrica e, com isso, recupera práticas de experimentação diante do conjunto de contingências e contradições da realidade.

2. REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA

Charles Tilly (1978) analisa a ação coletiva e os elementos que a compõem, atento às motivações, aos interesses e aos valores que permitam e estabeleçam uma unidade necessária para atingir um determinado fim, ainda que provisório.

Para o autor, a ação coletiva é o ajuntamento de uma unidade de indivíduos para uma ação, é resultado de valores que operam em um determinado espaço no qual o sujeito se situa. Aquilo que mexe e significa na experiência de vida, e que por acaso, por afeto, por necessidade, por vontade, por comoção, por ódio se encontra com partes iguais de outros tantos que também sentem e demandam e, por isso, agem juntos.

O debate de Tilly é atravessado pela *teoria da mobilização dos recursos* e a *teoria do processo político*, ainda que o autor não se filie a nenhuma delas exclusivamente. Isso porque as categorias que sustentam a interpretação do autor admitem um caráter fluido e compartilhado entre campos analíticos, como sociologia, história e geografia, entre outros. A preocupação tillyana, ainda que voltada para o “como” e o “sobre quais meios” acontece uma ação coletiva, não é uma análise oca de eventos em sequência, mas uma simbiose entre o instrumental mobilizado e o sentido que interliga os indivíduos numa determinada ação em comum.

A ação coletiva é processo social. Processo porque se movimenta, porque tem um encadeamento em curso. Social porque se apresenta assim, em sociedade. Possui três características fundamentais: primeira, é contingente, ou seja, é agitada pelo inesperado, pelo imprevisto racional que se realiza na experiência; segunda, sua desenvoltura é histórica relacional, quer dizer, a ação ganha sentido quando mobiliza e produz significados na sociedade ao longo do tempo e está em constante interação; por último, constitui-se pelas interações espaciais, políticas, sociais e culturais que a cercam, observando múltiplos elementos que influem na organização da atividade-fim, como questões de ordens natural e territorial e as práticas comuns e particulares de um lugar.

A ação coletiva é o meio pelo qual se comunica algo e se estabeleceram, através disso, laços de emoção, solidariedade, identidade e imprevisibilidade. O roteiro de uma ação não depende apenas de um contexto, a luta se contorce diante dos recursos possíveis, se planeja várias vezes, de acordo com o que for preciso para provocar ou disputar uma determinada demanda; isso ocorre no curso da ação reivindicatória que reage em trânsito.

Outra questão tillyana para pensar a ação coletiva é a noção de repertório que compreende um conjunto de ações experimentadas, ou por experimentar, que se avolumam ao longo tempo; numa espécie de acervo de modos de agir, de ações de protesto. Esse repertório é historicamente constituído, sendo resultado da dinâmica cultural que se constrói no processo de vivência dos sujeitos envolvidos numa ação. Sobre isso, Tilly observa a atuação política dos movimentos sociais a partir do seguinte repertório:

Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de campanha); o emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associação e coalização para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de repertório dos movimentos sociais). (2010, p. 136-137)

O repertório não é particularização da ação individual, pelo contrário, é o ápice de uma ação coletiva, é o modo como se interligam indivíduos num dado momento histórico; embora uma prática individual como, por exemplo, a greve de fome, seja movida por um indivíduo, é o efeito social que potencializa a ação no plano da disputa. Por isso, o repertório essencialmente é elaborado a partir do conjunto de conteúdos e experiências com relativa proximidade de um indivíduo, sendo capaz de interferir e influenciar na configuração social. Esse acervo histórico é exibido através de performances, uma chave analítica da linguagem produzida no conflito, o modo pelo qual se comunica uma ação, seu arranjo e acionamento de significados; se o planejado é uma greve, como fazer? Aqui entra a performance. Para Tilly:

Greves, *sit-ins*¹⁴, reuniões em massa e outras formas de fazer reivindicações ligam identidades bem definidas umas às outras, envolvem inovações incessantes e mudam a configuração a longo prazo, mas acumulam suas próprias histórias, memórias, folclore, leis, e práticas padrão. O repertório, em resumo, está evoluindo historicamente e restringindo fortemente os produtos culturais. (1999, p. 267, *tradução nossa*)¹⁵

¹⁴ O termo corresponde às ações de protesto de caráter pacífico, como aquelas em que os manifestantes ocupam um lugar, recusando-se a sair até que suas exigências sejam atendidas.

¹⁵ "Strikes, sit-ins, mass meetings, and other forms of claim-making link well-defined identities to each other, involve incessant innovation, and change configuration over the long run, but they accumulate their own histories, memories, lore, laws, and standard practices. Repertoire, in short, are historically evolving and strongly constraining cultural products. Repertoire, in short, are historically evolving and strongly constraining cultural products." (1999, p. 267).

Conhecer as performances de uma ação coletiva é ampliar sua dramatização, no sentido aristotélico, reparar o drama da ação, sua intensidade dialógica numa situação. Esse acontecer é sensível e reorientado diante das expectativas de reação e efeito do sujeito da ação e daqueles que os observam. Ao planejar algo, é elaborado também seu objetivo-fim, no entanto, por um motivo específico, se produz um efeito diferente, conseqüentemente é acessado um escopo sociopolítico diferente para produzir ênfase no conflito encampado, para reorientar o fim.

As performances não são artefatos paralisados; ainda que façam parte de um acervo de repertórios, elas são acionadas e modificadas, a todo momento, no enfrentamento dos desafios que se impõem para efetivação da ação de protesto, a fim de produzir um tipo de efeito social. Ao longo da história são incorporadas, apropriadas e modificadas na interação daqueles que a percebem como um meio para ação.

O repertório de conflito de Tilly é valioso para compreender a ação viva, o que permite uma aproximação teórica com os sujeitos que produzem experiências. Uma agência conciliada com a dimensão coletiva e atenta a suas pressões. Tratar sobre trajetórias individuais de trabalhadores e a busca destes por agir diante das imprevisibilidades do mundo do trabalho é, ao mesmo tempo, tratar sobre aquilo que os une e como se reconhecem. O que é possível através das performances que comunicam o repertório da experiência que acionaram. É a partir desse pressuposto relacional entre uma classe trabalhadora que é agência no presente, mas que também é condensação histórica de performances daqueles que lutaram antes, que será tratada a Cooparj.

3. SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Claus Offe (1989) diz o seguinte:

Enquanto que pelo lado do trabalho e da produção sabemos claramente com quais estruturas, atores e princípios de racionalidade podemos contar e, por isso, com quais categorias devemos trabalhar, pelo lado oposto, “no modo de vida”, isso é menos claro. Esse embaraço talvez explique a tendência observável na literatura sociológica, de apoiar-se (quando não debanda) na historiografia, na literatura, no jornalismo, na política e na filosofia. (1989, p. 36)

As preocupações de Offe versam sobre a formulação conceitual e teórica da sociologia¹⁶ e os impactos metodológicos na pesquisa social no mundo pós-industrial, um mundo financeirizado e cada vez mais desindustrializado, que sinaliza para a dissolução conceitual do trabalho como uma questão central para a compreensão da sociedade. O trabalho como categoria analítica entra em desuso e sua racionalidade de caráter generalista vai sendo tomada por um imperativo subjetivista.

Um dos problemas desse deslocamento metodológico é polarizar a pesquisa, como se a categoria trabalho não conseguisse captar as transformações e, portanto, atestasse sua forma antiquada. Assim, forja-se um mundo do trabalho em transformação que não reconhece a categoria trabalho e mobilizam-se novas categorias que neblinam as exigências com as quais é necessário lidar ao tratar sobre a relação trabalho e sociedade, a organização social e suas estruturas, os cenários onde acontecem a ação dos indivíduos.

No entanto, diferente do que aponta Offe sobre uma tendência sociológica de apoiar-se na historiografia, literatura e filosofia, entre outras, como um fator de deficiência ou demandada diante de questões fundamentais, a interdisciplinaridade não retira a objetividade ou capacidade de rigor analítico, mas abre a possibilidade de pensar acerca do basta-se sociológico.

Dessa maneira, o discurso sociológico e sua autoridade não é linha reta de acúmulo, no qual se depositam avanços, ao contrário, é a capacidade de propiciar diálogos, no qual seja possível reconhecer a capacidade de fazer sentido ao mundo do qual falamos e para o qual falamos uma linguagem teórica e metodológica que possa sempre ser revisada, revisitada e sentida – no sentido de sentir.

Offe tem razão quando crítica o subjetivismo sociológico que tende a particularizar a experiência como forma de oposição às grandes narrativas ou aos grandes conceitos, e com isso acaba por jogar uma carta curinga de livre conclusão sobre o particular, e abandona o que foi anteriormente construído e ponto. Isso não quer dizer que ao particularizar afagamos conclusões individuais, mas é preciso atenção aos riscos de produzir uma história solitária que dialoga apenas com nossa obsessão científica.

O autor sustenta que o trabalho como conceito fundamental não fez parte de uma preocupação direta de Durkheim, Weber ou Marx, mas a questão atravessa tanto as

¹⁶ Ver p. 33.

preocupações dos clássicos quanto os que hoje se preocupam e reivindicam um mundo onde não há lugar para trabalho, um mundo pós-industrial.

O tom de aparente presunção ao apresentar a questão do trabalho como pauta da pesquisa científica do hoje, mesmo diante do espaço cada vez menor nas discussões teóricas e metodológicas nas ciências sociais, para as quais a categoria analítica do trabalho ora é vista como insuficiente, ora como uma questão superada, tem outra possibilidade de posição nesse debate. Como aponta Oliveira, o trabalho “não é um processo histórico, mas um movimento continuado” (1990, p.1).

Pois explicar uma sociedade diferenciada e heterogênea é tratar de: 1 – dependência da força de trabalho; 2 – submissão a autoridades empresariais organizadas; 3 – risco permanente de perda do emprego; 4 – efeito uniformizador da existência a partir da organização do sindicato único; 5 – existência de um orgulho coletivo do valor do trabalho com reflexos na produção de uma autoconsciência (OFFE, 1989, p. 20). Os aspectos sociológicos para analisar esses vínculos são atravessados pelos sentidos da categoria trabalho; todas essas questões sociológicas e as mudanças sofridas ao longo do tempo não são sinais da implosão da categoria trabalho, mas um tratamento das propriedades de um mundo do trabalho continuado, em processo.

As transformações no mundo do trabalho não são exclusivas a uma sociologia do trabalho, tampouco a macronarrativa desse campo, porém, dissolver a categoria trabalho de uma pesquisa não resulta apagar as dinâmicas do trabalho e as relações sociais que a envolvem. As mutações, transfigurações e deformações são parte de um todo que pode se fragilizar, e mesmo perder sentido e relevância nas relações sociais. O que temos visto com os sindicatos, com a perda de representatividade e função crítica; as políticas de assistência que contornaram a relação de absoluta dependência com empregador; a existência de uma consciência coletiva pelo trabalho menos potente. Tudo isso é sintoma de uma sociedade que existe e não está dissociada das discussões clássicas da problemática do trabalho.

Essas questões tão caras não são anacrônicas no mundo pós-industrial, pós-moderno; sua heterogeneidade e a predominância da economia financeira estão absolutamente contaminadas pelos desdobramentos de humanidade que produz e vende sua força de trabalho. Portanto, o conceito sociológico do trabalho e sua racionalidade, como aponta Offe, está em crise, tanto na forma objetiva de construção teórica quanto no “significado valorativo” que os trabalhadores dão a dimensão do trabalho em suas vidas, mas não superado ou invalidado.

Offe sistematiza uma proposta de revisão do conceito do trabalho recarregando sua complexidade, numa espécie de “cartografia da realidade social”; assim, propõe um campo de relações e os significados que o atravessam, sem deixar de reconhecer aqueles que vão além da dimensão do trabalho (1989, p. 34). Por fim, corroboramos com Oliveira sobre as contribuições de Offe, quando diz:

Não interessa aqui introduzir um debate ideológico, mas reconhecer a improcedência de qualquer sociologia crítica que não possa conversar com esse legado. Isso não deve ser interpretado como uma recomendação de fidelidade a categorias e teses desenvolvidas por Marx, o que seria inteiramente anacrônico, mas como defesa de uma posição de “neutralidade afetiva” frente ao método analítico proposto por um dos fundadores de nosso campo disciplinar. Não tenho a menor dúvida de que Offe transgride, teórica e metodologicamente. (1990, p. 1)¹⁷

Como ato final de rebeldia para com Offe, atenta a uma sociologia apoiada na literatura, na história e na filosofia, apoiamo-nos na nudez de Rubem Alves ao discutir o que é científico, que diz o seguinte:

A ciência nasceu da desconfiança dos sentidos. Ela acredita que a realidade é como uma mulher pudica, acredita que aquilo que a gente vê não é verdade. Ela fica envergonhada quando é vista por meio dos sentidos. Esconde-se deles. Dissimula. Engana. A realidade, para ser vista em sua maravilhosa nudez, só pode ser vista – pasmem! – com o auxílio de palavras. As palavras são os olhos da ciência. “Teorias” e “hipóteses”: esses são nomes que esses olhos comumente recebem. Na verdade, todas as teorias não passam de hipóteses. Uma teoria é uma hipótese que ainda não foi desbancada. A ciência, assim, pode ser descrita como um *strip-tease* da realidade por meio de palavras. E o que a gente vê, ao final do *strip-tease*? A gente vê uma linguagem... (1999, p. 101)

Adverte ainda:

A ciência é muito boa – dentro de seus precisos limites. Quando transformada na única linguagem para conhecer o mundo, entretanto, ela pode produzir dogmatismo, cegueira e, eventualmente, emburrecimento. (1999, p. 115)

¹⁷ Resenha publicada na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.5 n.13, Rio de Janeiro, 1990. Acesso em: <https://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/224-rbcs-13>.

4. OS SEM-TRABALHO

Ao qualificar o mundo como “mundo do trabalho” evoca-se um modelo de sociedade orientada, “organizada” e sustentada pelo trabalho, por isso assentada na relação do ser humano com a transformação da natureza e no valor econômico agregado nas relações de trocas, mas também é modo pelo qual se localizam conflitos e classificações na sociedade.

O trabalho é o modo como produzimos a vida social, seja na escala de exigências básicas para viver – ou seja, a produção do que é necessário para alimentar-se e abrigar-se, entre outras –, seja nas resoluções das demandas diárias, conjugadas com os planos para o futuro, no qual o trabalho é um meio para a construção de trajetórias, a partir do entendimento e mobilização dos recursos necessários para atingir um fim, uma função social, um retorno financeiro ou um status social.

Trabalho é mercadoria, ou tem sido desde que o ser humano empenha sua força de trabalho para transformar a natureza, e dá a isso uma equivalência em dinheiro. A mercantilização é tamanha que nada parece escapar dessa lógica. Consequentemente, duas posições se aprofundam, os compradores da força trabalho e aqueles que, sem opção, vedem sua força de trabalho. Na leitura do materialismo histórico, como propunha Marx, um conflito de classe marcada pelo antagonismo de interesses entre burguesia e proletariado. Portanto, na sociedade do mercado, o ser humano é despossuído de sua humanidade e “monetarizado”; o conflito é eminente.

A essa equivalência do dinheiro pago por um determinado tempo de produção, foi instituído um mediador, o salário, e, consequentemente, incorpora-se a figura do trabalhador assalariado, uma figura emblemática, tanto para o plano das lutas políticas, sobretudo do século XX, como para o reconhecimento de uma identidade de classe, vista como revolucionária e portadora do futuro, noutras vezes inimiga de tudo e todos.

O salário não é a-histórico, reduzido a uma interface que propicia ligações entre partes distintas; muito pelo contrário, é sistêmico na sociedade que tem como cerne o trabalho, é o ápice dessa centralidade. A par disso, Robert Castel (2015) desenvolve uma análise sobre o que chama de sociedade salarial e a relação desta com as “metamorfoses da questão social”. Mas por que social e não “metamorfoses do trabalho”? A mudança de categoria não tenta ferir a sociologia do trabalho clássica, nem a superar, mas reexaminar o trabalho além do ordenamento técnico e suas respectivas mudanças. A questão social para

Castel é “uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma da sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” (2015, p. 30).

Os impactos da transição do modelo de produção taylorista para fordismo, e mais posteriormente a passagem do fordismo para o toyotismo, exige um tipo de organização social alicerçada na precarização e na segmentação como regra no mundo do trabalho, dentre outras características de desmantelamento e desvalorização daquele que trabalha. O recado está dado: o mundo do trabalho mudou, e mudou em prol da acumulação de capital em detrimento da condição humana. A desindustrialização está na moda, isso porque “fazer dinheiro” ou empreender não implica produzir; multiplicar dinheiro se parece hoje com uma jogatina sobre as regras do capital financeiro. Assim, ganha dinheiro quem tem dinheiro e, para ganhar dinheiro, é preciso investir dinheiro.

Diante de tudo isso, a categoria de crise do trabalho é absoluta, mas não a crise como foram outras tantas crises; há um desequilíbrio, uma metamorfose desse mundo, sobretudo dos sujeitos. Dessa maneira, para Castel, o trabalho é uma “inscrição na estrutura social” (2015, p. 24), por conseguinte, um movimento histórico de absorção ou não de questões sociais, como os “vagabundos da pré-revolução industrial, os miseráveis do século XIX e os excluídos hoje”. Dito de outra forma, o trabalho foi, e ainda é, um vínculo potente das relações sociais, um salvo-conduto para transitar em sociedade; é justamente a mudança dessa condição, e não apenas do trabalho, que preocupa Castel.

O aprofundamento da disputa na sociedade do sujeito trabalhador é antes uma luta por um lugar na estrutura social. O operário é enfrentamento, memória, direitos conquistados, uma herança cara e fruto de muitas lutas. E foi por essa carga política, ideológica e social que o operário foi sendo sobreposto por uma mística, ora visto por alguns, como aponta Castel, como profética e para outros como uma ameaça constante a um *status quo* de privilégios sociais. Uma identidade dual que oscila entre salvadores ou decadência final, o operário foi fixado na produção manual, condição essa necessária para cumprir seu destino para o bem ou para o mal.

Esse “trabalhador pronto”, aquele que idealmente acessamos nas fábricas, o torneiro mecânico, o caldeireiro, o metalúrgico, entre tantos arquétipos, não pode findar uma modalidade única de existência do trabalhador; o trabalhador não é cárcere da produção. Ao trabalhar, um indivíduo estabelece uma relação de dependência com o empregador, mas isso não é uma carta que o certifica como trabalhador; essa posição é, antes, como aponta Castel,

parte de um julgamento social. Por isso, ao sair da produção de uma fábrica, estar desempregado não implica deixar a condição de trabalhador.

Quando se evoca: “eu sou trabalhador”, numa situação de tensão, como um assalto, uma batida policial na periferia ou na tentativa de explicar que pós-graduação é um trabalho, se está reivindicando um reconhecimento na sociedade; muito além da classificação entre burguês ou proletário, busca-se comunicar à sociedade o papel que é desempenhado na sua configuração.

Castel analisa o trabalho numa dimensão social integral, reconhecendo diferentes arranjos sociais operando no simbólico, na identidade e na cultura, a isso ele chama de “*continuum*” de posições, em outras palavras, não recorre ao trabalho como categoria dual de “aburguesamento de classe” ou “fim da classe operária”. A tese na qual os trabalhadores são herdeiros de um passado revolucionário, mas que ao estabelecer uma relação com o consumo e com as políticas reformistas, se deformam, se aburguesam; ou outra, que anuncia o fim da classe operária, comemorando uma entrada na classe média; ou, ainda, aqueles que cobram que a classe média assuma sua identidade de “nova classe trabalhadora” é insuficiente.

Como aponta Castel, “a realidade histórica da classe operária não é redutível a um único conjunto de modos de vida que se descrevem, de curvas salariais que se comparam, ou a um folclore populista que se lamenta” (2015, p. 463). Ao confrontar as teses sobre a classe operária, o autor não defende uma sociedade sem antagonismo, sem luta de classe, nem levanta a bandeira do consenso como projeto pacificador. Por sua vez, concentra seu argumento para além da relação patrão *versus* operário. Qual leitura possível quando não há patrão, nem salário, nem operário e nem sindicato? Conflito é, antes, uma diferenciação, a articulação de credenciais no espaço social, assim, “a condição de assalariado não é um modo de atribuição salarial, mas a condição a partir da qual os indivíduos são distribuídos no quadro social” (2015, p. 478).

O processo histórico da sociedade salarial começa nas margens, com aqueles considerados “inúteis do mundo”, se instala como modelo regulador das relações sociais, permanece como elo de obediência, é tencionado a tal ponto limite do impossível para se produzir um existir enquanto classe trabalhadora, e então, o que Castel chama de “status social”. Nessa perspectiva histórica, já na pré-revolução industrial, “o trabalho, como se verificou ao longo desse percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco” (2015, p. 496).

Os desempregados, os precarizados, os terceirizados, os subempregados, os inúteis do mundo e os desfiliaados, todas essas classificações, segundo Rizek (2015), pesquisadora brasileira que escreve o prefácio do livro de Castel, não podem ser apenas objeto de constatação. Esse mundo do trabalho não é um anúncio; é, antes, o agora. A autora argumenta ainda que:

O fim destas cristalizações históricas experimentadas de fato, ou reivindicadas como horizonte, é o que caracteriza o momento contemporâneo, situação de transitoriedade que clama por diagnósticos precisos, na medida em que os indícios de transformação já estão desenhados. (2015)

As lutas dos que trabalham, dos operários, dos militantes trabalhadores, dos sindicalistas e da rede política que compõe sua agência foi, e continua sendo, um fio condutor na conquista de direitos sociais. No caso do Brasil, não se aposentar, não receber o fundo de garantia ou não ter acesso ao seguro desemprego *deveriam* ser causas de pânico e revolta; é possível que sejam, mas essa ameaça parece encoberta por um nível de sossego assustador. Qual é a cobrança do agora? O fato desse sossego pode ser pela ausência de trabalhadores que dialogam com essa herança e com esses direitos?

A exigência do agora é uma ação possível para aqueles cuja luta se impõe na produção da existência social, isto é, os trabalhadores, mesmo os sem-trabalho, quando perdem um lugar na sociedade salarial, perdem um papel na cartografia do trabalho formal; sobretudo, perdem uma relevância na produção da sociedade e na construção de pautas. É a partir do processo de desintegração de vínculos e de desfiliação social que Castel mobiliza para reconstruir o caminho de invalidez social, invalidez essa que interfere na atuação dos indivíduos sobre os reclames e as revoltas em sociedade. Sendo assim, desfiliação social não é uma ruptura, mas uma desqualificação do exercício democrático, a invisibilidade de trajetos (2015, p. 26).

Por isso, o apego à domesticação do capitalismo e a calcificação de um perfil de “trabalhador” restrito na dependência do salário propicia um isolamento autodestrutivo das relações sociais. A salvação com base nas lutas já travadas é o risco de gritar sozinho; seguir à risca um manual é não estar preparado para a dispersão e, ainda, recorrer ao tom apocalíptico é assumir que nada fez ao esperar fatídico dia. Castel não exorciza a clássica sociologia do trabalho; melhor, provoca sua historicidade ao analisar as transformações e inflexões sociológicas.

Não se trata de reescrever nem de rever a história, mas de a reler, isto é, produzir, com dados pelos quais se é inteiramente devedor aos

historiadores, um outro texto que, ao mesmo tempo, tenha sua própria coerência a partir de um esquema de leitura sociológica e seja compossível com o relato dos historiadores. (2015, p. 29)

A “história do presente”, não a persistência do passado, nem o do “plano de futuro”, mas a “urgência resoluta do agora”¹⁸. No agora das análises de Castel:

[Os] operários estão, sem nenhuma dúvida, fora do trabalho, serão, por isso, mendigos e vagabundos profissionais? O mais provável é que a maior parte deles represente o que hoje chamaríamos de desempregados subqualificados em busca, de modo mais ou menos convincente, de um emprego. (2015, p. 129)

O cooperativismo, a tecnologia e o empreendedorismo se somam na instabilidade das relações de trabalho, ora operando como precarização das condições de trabalho, ora como medida para expulsão do trabalhador, ora como alternativa consentida na dinâmica de mercado para aqueles sem opção. A saída da condição de salariado envolve não apenas perder “as correntes que aprisionam” o trabalhador numa relação de dependência na lógica capitalista, mas também o direito de ser reconhecido e posicionado na sociedade.

A revisão do modelo de sociedade centrado no trabalho formal interroga a atualidade da classe operária, sua extensão e atuação. Castel questiona essa centralidade porque admite a dissolução em curso da sociedade salarial, assim, se esse operário é, tão somente, o indivíduo de aparição atrelado ao processo de industrialização, quem seria este sem-trabalho?

Se o desemprego é mais que desemprego diante do afinilamento do perfil de pessoas salariáveis, sejam estas qualificadas ou não, o salvo-conduto da estabilidade, de direitos assegurados na carteira do trabalho é cada vez mais restrito a poucos dentro da dinâmica do emprego formal. Aos muitos de fora o autor chama de supranumerários, indivíduos colocados em inatividade e que não são afetados pelos vínculos e solidariedade operária, incapazes de reconhecer uma identidade pelo trabalho, herdeiros de mudanças culturais e conjunturais do trabalho que os excluiu forçadamente do ordenamento social.

Assim como o conflito e a coesão significam para o exame dum conjunto de relações sociais, segundo Castel, a exclusão também o é, pois não é nula ou alegórica na interpretação social, e não aponta para a ausência de relação; pelo contrário, é, antes, o modo como as

¹⁸ Referência à canção Tonight, Tonight, da banda The Smashing Pumpkins (1995).

relações sociais acontecem. Isso quer dizer que não basta vociferar para que os olhares se voltem aos excluídos, mas, sim, contestar a constituição dessa formação relacional.

Castel não recua na assertiva de que “o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação mais profunda” (2015, p. 514), e cabe ao Estado atuar nessa transmutação de condição e “comandar a manobra e evitar o naufrágio” (2015, p. 611) em águas de individualismo em massa que, segundo autor, leva a um individualismo negativo, marcado pela falta de referências, um rasgo profundo nos vínculos sociais, situação de corrosão social e impossibilidade de construir futuro.

A leitura de Castel é desencantada para os que buscam encontrar em sua análise um único caminho travado em passos que rejeitam os de fora da condição salarial, mas também o é para aqueles que não procuram caminho algum. No entanto, o autor não absorve nem a história, nem os trabalhadores, assalariados ou supranumerários, da capacidade de transformação social; a mudança parece ser inevitável, a questão é como fazê-la. Todavia, o autor aponta três condições para uma força contestatória efetiva: 1) a organização estruturada em torno de uma condição em comum; 2) um projeto alternativo; e 3) um sentimento de indispensabilidade. Mas adverte das dificuldades em construir esse arranjo.

Onde a economia solidária se localiza nesse debate? Castel concentra sua análise sobre a França, na qual essa solidariedade nas relações de troca se estabelece numa tentativa de quebra do isolamento social, caracterizado pelo que chama de “serviços pessoais”, ou seja, mais voltados para o campo doméstico da vida. Proposta diferente de uma estratégia diante do desemprego, central nesta dissertação, questão que será abordada no capítulo 2, mas desde já tomemos nota que para Castel as experiências de economia solidária:

[...] são pouco visíveis socialmente e não ultrapassam o estágio da experimentação. A preocupação de promover uma “economia solidária”, isto é, de ligar a questão do emprego e da coesão social, de criar vínculos, ao mesmo tempo que atividades, entre as pessoas, é respeitável ao máximo. Porém, na situação atual, trata-se mais de declarações de intenção do que da afirmação de uma política. (2015, p. 575)

Castel é um moderado ou, como se apresenta, um otimista da sociedade pós-industrial e da capacidade de construção de um novo sistema regulatório capaz de dar conta das mutações. A moral da história não é a revolução, mas para os encantados poderia ser, ainda que por vias moderadas. Mas o fato é que o autor não destitui a categoria trabalho; rompe, é verdade, metodologicamente com recortes analíticos que não admitem saídas além da

distinção pelo trabalho, doando à economia a propriedade absoluta da dignidade humana e dos marcos civilizatórios. O que parece, a contragosto de Castel, uma perspectiva nada moderada, pois acentuar possibilidades de caminhos é revolucionário, ainda bem.

O esforço de Castel é “nesses tempos de incertezas, em que o passado se esquivava e o futuro é indeterminado, [ser] preciso mobilizar nossa memória para tentar compreender o presente” (2015, p. 21) e acertar os ponteiros para agir no hoje. Para tanto, “o trabalho continua sendo referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não têm” (2015, p. 578).

5. MEMÓRIA COLETIVA – UMA PERSPECTIVA OPERÁRIA

A relação entre sociedade e indivíduo é nerval para a sociologia; o limite dessa interação aparece com diferentes arranjos, uns centrados no indivíduo e suas subjetividades, outros na sociedade e suas determinações, e há, ainda, aqueles preocupados como ocorre a interação. Até que ponto um indivíduo governa sua individualidade? Será a sociedade consequência da ação dos indivíduos? Para essa discussão são convocadas diferentes escolas sociológicas, desde Marx, Weber, Durkheim, Simmel, Bourdieu, Elias, entre outros, porque tal relação é axioma fundamental do campo das ciências sociais.

Halbwachs (1990) discorre sobre a memória como categoria analítica que absorve tanto o indivíduo quanto a sociedade, numa perspectiva de confrontação não excludente, isso porque quando mobilizamos uma lembrança particular, a qual vivenciamos individualmente, não esvaziamos o caráter coletivo desta. Segundo o autor:

[...] Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetivos que só vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (1990, p. 26)

Reconstituir uma memória é um meio de perguntar ao passado, mas, sobretudo é reexaminar o presente, adotando um ponto de vista; é a confrontação de um conjunto de modos de pensar que culmina na coesão, na ruptura, no estranhamento ou no reconhecimento

de determinado grupo. Dessa maneira, reconstituir uma memória é acionar reconhecimentos a partir das ideias mobilizadas, das experiências que compõem uma trajetória.

A memória coletiva não é a oposição da memória individual, mas estas são partes conjugadas. Assim, ao considerar a memória individual como algo interior e íntimo, não significa aprisioná-la no isolamento diante de referências que são “fixadas pela sociedade” (1990, p. 53). O autor observa que:

A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam realocadas num conjunto que não é mais a consciência pessoal. (1990, p.53)

Os vínculos que estabelecemos em sociedade imprimem permanência e orientam as lembranças que mobilizamos ou esquecemos. Dessa forma, a duração da memória é a gramática dos significados que adotamos na produção de ação no mundo. Quando se apaga uma memória, apagam-se também um grupo e seus acionamentos de afetos, revoltas e resistências que dão sentido às relações entre os seres humanos.

Para Halbwachs, “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (1990, p. 50). O que significa dizer que revisitar o tecer de uma memória, de uma experiência a partir da trajetória individual é contar como particularmente comunicamos e compartilhamos uma memória coletiva.

Para acessar uma memória coletiva é necessário apreender as noções comuns que a localize e comunique numa mesma sociedade e, ainda, superar os limites daquilo que pesamos individualmente, realocando além da definição pessoal sobre uma determinada lembrança. Assim, mesmo com a dissolução de um grupo, de uma comunidade e de uma fábrica, é necessário compreender as lembranças superando as “barreiras que separam o presente” (1990, p. 35).

Em outras palavras, recuperar memórias não é um processo saudoso de colocação de eventos em seus devidos lugares, muito menos um resgate de lembranças em comum. Trata-se de um enfrentamento do que se é, do que por escolha ou por obrigação deixou-se de ser, sobretudo, dos muros que são construídos para apartar o presente daqueles ou daquilo que não se reconhece mais.

A memória é “essencialmente coletiva” (1990, p. 17), isso porque, para Halbwachs, ao evocar lembranças, reflexões e atos reatam-se laços com a “natureza do ser social e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade” (1990, p. 36). Obedecendo à máxima halbwachsiana, uma memória individual, embora tenha componentes acentuadamente íntimos só possíveis numa dinâmica relacional com a memória coletiva que dá sentido às lembranças.

Michel Pollak (1989) discorre sobre a categoria analítica da memória, abordando os significados do silêncio e da produção do esquecimento, seja ele de caráter oportuno ou estratégico. Dispõe do argumento de que a memória comum é polissêmica, pertence e estrutura-se na coletividade. O autor retoma as análises e faz uma adesão metodológica às contribuições de Halbwachs e sua discussão acerca da memória coletiva. Para Pollak:

Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que o utiliza, de comunidade afetiva. (1989, p. 3)

A partir disso, Pollak reforça um campo problemático da memória coletiva e o caráter de negociação das memórias comuns. Para o autor, mesmo as “memórias subterrâneas”, ou seja, aquelas mais profundamente guardadas e silenciadas no esquecimento, carregam razões que disputam em sociedade. Haja vista as relações humanas com o passado serem permeadas de discursos oficiais, narrativas que convencem uma nação, um grupo ou um indivíduo do que é concreto e relevante para permanecer entre gerações.

Mais do que atuar numa polarização diante da memória oficial, a memória subterrânea e seus silêncios falam sobre uma identidade estabelecida no congelamento dessa identidade, a partir de um único enquadramento de memória. Ao acessar uma memória comum, são mobilizadas inúmeras memórias coletivas que resistem em ser a definição dos definidores¹⁹. Portanto, compreender as memórias subterrâneas segue da relação micro de identificação do ser humano com suas lembranças.

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso é aquele que, como os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecer os limites individuais que tendem a

¹⁹ Referência ao poema: Da crítica de Mario Quintana.

controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças. (1989, p. 10)

A memória coletiva defendida por Pollak volta-se para como os atores sentem suas memórias e atuam sobre suas formas, encarando a complexidade dos silêncios e no reconhecimento do conjunto de significação que compõe o seu dizer no mundo. Desta maneira:

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por que eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicado à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. (1989, p. 4)

O silêncio e o “não dito”, como aponta Pollak, têm razões políticas somadas a questões pessoais, por isso, reconhecer essa fronteira e seus motivos é recalculando rotas que contornam conflitos pessoais, emoções, afetos e desafetos com o que foi o passado e como ele se mostra no agora. Conforme o autor:

As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” como o esquecimento definitivo e reprimido inconscientemente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao mesmo, de se expor a mal-entendidos. (1989, p. 6)

A memória coletiva e qualquer enquadramento proposto são insuficientes para narrar uma experiência ou uma lembrança. O corpo de uma memória só é acessado em movimento, ou seja, no processo de formação do dizível ou não, na modulação das lembranças, a partir da vivência particular de um indivíduo em relação ao seu grupo, sua sociedade. Por isso, memória é a disputa de lugar na história, é a busca por “verdades”, é o ato em si de construção de identidade e pertencimento; por fim, é o tratamento direto das contradições tão próprias à humanidade.

Ramalho e Santana (2001) apontam para a dificuldade de identificar uma classe operária dentro de um enquadramento clássico, basicamente traduzido nas práticas de uma Europa industrializada. Conquanto, tratar sobre os processos de formação e ação da classe trabalhadora brasileira é estar atento aos aspectos que compõem sua experiência particular, ainda que atravessada por demandas e exigências muito além dos trópicos.

A história dos metalúrgicos brasileiros, seus congressos, campanhas, greves, comissões, solenidades, grêmios, festas, fábricas, palácios, escolas e partidos políticos, contam algumas de suas lutas. E os de fora? Aqueles sem sindicato? Pessanha (2001) trata de uma categoria de trabalhadores, os “sem fábrica”, em referência à dissolução do setor naval e dos postos de trabalho dessa categoria e, conseqüentemente, a retirada do lugar na tradição operária. Esses trabalhadores foram “expulsos progressivamente do mercado formal das empresas, e posteriormente absorvidos em condições extremamente precárias de trabalho, por empreiteiras ou ‘cooperativas’ gerenciadas e supostamente controladas por trabalhadores” (2001, p. 100).

Assim como os navais, os metalúrgicos produtores de parafusos ficaram sem fábrica e experimentaram gerir uma produção, questão que será cuidadosamente tratada no capítulo posterior. Mas o que compõe uma memória operária? Todo o conjunto de dinâmicas próprias do sindicato e da relação deste com os trabalhadores; os lugares, os acervos documentais, os jornais e seus discursos; a militância partidária, ou não, em uma causa comum; as práticas de acionamento e exigência política do sindicato, do Estado, do patrão; no entanto, a alma da memória operária está também nos vínculos e no reconhecimento dos trabalhadores pelos seus iguais.

A trajetória de um trabalhador numa experiência coletiva, ainda que “sem fábrica”, conta e ressignifica a memória operária, diz sobre os contornos contraditórios tão próprios ao mundo do trabalho. Absorve a capacidade crítica de lidar com uma memória de ruptura, mesmo em situação de abandono de uma identidade e sua carga política e cultural construída ao longo do tempo. Uma memória operária que é forçada a se divorciar de sua própria memória, e que mesmo assim, ao produzir sua vida material, se reencontra com suas demandas históricas, suas exigências inauditas e suas lutas coletivas. Por fim, a memória operária dos “sem fábrica” é o que a afeta ou aquilo que mexe o passado e se internaliza na luta para produzir a vida no presente.

CAPÍTULO 2 – NEM NEGOCIADO, NEM LESGILADO: AUTOGESTÃO

Neste capítulo, o objeto central é situar o debate da autogestão, observada a partir de perspectivas teóricas e estudos de casos sobre processos de recuperação de fábrica no Brasil. E, ainda, discorrer sobre o conceito de economia solidária e cooperativismo e as disputas políticas e ideológicas que os envolvem. Por último, serão revisadas a literatura e as entrevistas sobre a Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro (Cooparj), a fim de localizar referências analíticas para alinhar este estudo.

1. COOPERATIVISMO(S)

Enquanto o conhecimento científico for monopólio de corporações fechadas de especialistas, o debate político estará condenado a permanecer em nível rasteiro, cada lado esgrimindo lugares-comuns e meias-verdades. Inevitavelmente a demagogia se torna a arma mais efetiva e o público fica cada vez mais desconfiado e descrente. (SINGER, 1983, p. 8)

O processo de recuperação de uma fábrica em situação falimentar protagonizado por trabalhadoras e trabalhadores brasileiros compõe o debate sobre as transformações e desmoronamentos no mundo do trabalho. Trata-se também de uma ação coletiva, isto é, “[...] ocasiões nas quais um conjunto de pessoas aplica recursos, incluindo seus próprios esforços para fins comuns. Inclui, portanto, tanto lutas históricas violentas, como negociações institucionalizadas, protestos e rebeliões, marchas, manifestações coletivas etc.” (VIEIRA, 2011, p. 85). Dito de outro modo, a ação coletiva é resultado de sujeitos numa dinâmica cultural que demanda socialmente suas questões.

As pesquisas acerca dos processos de recuperação de fábricas, seus sucessos e desafios se avolumam já na década de 1990. Para compreender as principais preocupações e características desse campo, este estudo estará apoiado, principalmente, nas contribuições de (PIRES, 2016), (SÍGOLO, 2015), (HENRIQUES, 2014), (SINGER, 1983) e (TAUILE, 2009), análises vigilantes na construção de um panorama crítico às mudanças e às motivações que envolvem os empreendimentos “recuperados”.

O debate teórico que atravessa esse campo de estudo desdobra-se em eixos, dentre os quais: a autogestão em suas dimensões práticas e teóricas; a economia solidária como

alternativa antagônica ao capitalismo; os impactos da reestruturação produtiva; a autoexploração dos cooperados; a democracia operária; o socialismo; a precarização do trabalho nas cooperativas; e o marco jurídico. Ainda que por vezes imbricadas com a questão da autogestão, economia solidária, fábricas recuperadas e cooperativismo, não são categorias analíticas semelhantes, mas compartilham contextos e dinâmicas.

A cooperação como princípio organizativo das relações de troca nas esferas econômica e social, antes de ser uma pauta, uma lei ou uma luta, é um modo nada extravagante no qual aqueles que trabalham e estruturam suas relações em cooperação, uma oposição, mesmo que não planejada no político, à lógica de competição leonina imputada no capitalismo. Essa maneira relacional no mundo não tem sua anunciação no capitalismo, mas é anterior à própria revolução industrial; este é o caso experimentado no século XVIII pela cooperativa de alfaiates em Brimingham (HENRIQUES, 2011). Todavia, é o caso inglês da Cooperativa Rochdale, a trajetória de 27 homens e uma mulher, operários tecelões, a pioneira experiência e precursora do cooperativismo mundial moderno que estabeleceu paradigmas no modo de ser do cooperativismo como os princípios de democracia e a igualdade. Sobre isso, Henriques:

Apesar da existência de experiências pretéritas, muitos estudos conferem à Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale o título de primeira cooperativa da história. Fundada por 28 tecelões da cidade Manchester e influenciada por owenistas e cartistas, esta, que nasce como uma cooperativa de consumo em 1844, teve o mérito de redigir oito regras que até hoje servem de base para o movimento cooperativo no mundo. Entre estas, podem ser destacadas: a democracia na gestão, em que cada sócio teria direito a apenas um voto; a livre associação de trabalhadores; e a destinação de parte do excedente para a educação dos sócios. (2014, p. 33)

Paul Singer²⁰ sinaliza que já no século XIX a aparição das “cooperativas operárias” ligadas aos sindicatos antevia um vir a ser potente do movimento operário. Portanto, o associativismo e o cooperativismo, modos de organização do trabalho, estão conectados à tradição e ao repertório de ação dos trabalhadores, desde as relações laborais até a luta pelo emprego e por mais direitos. Esse período também é marcado pelo pensamento dos socialistas utópicos que enxergavam no cooperativismo e na autogestão uma forma de combate ao desemprego, mas, além disso, um embrião para outro modo de viver em sociedade, um passo rumo ao socialismo.

Para Singer, e para outros muitos socialistas nada utópicos, o socialismo está nas

²⁰ (SINGER, 1981 *apud* SÍGOLO, 2015).

lutas recentes, se ressignificou e fragmentou-se em medidas cada vez mais palpáveis. Um exemplo disso é o tratamento da hierarquia nas unidades produtivas. Conforme Singer:

A luta pelo socialismo almeja, hoje em dia, não tanto a abolição da propriedade privada dos meios de produção que no capitalismo monopólico se tornou pouco mais que uma ficção jurídica (os “donos” das grandes empresas são incontáveis acionistas, com quase nenhum poder de decisão), mas a eliminação da hierarquia de mando nas unidades de produção e distribuição. O que implica a criação de forças produtivas fundamentalmente diferentes das que existem hoje, que não se apoiarão mais na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, mas na sua reunião num corpo de trabalhadores, cujos participantes realizarão *todos* um e outro tipo de trabalho. (SINGER, 1983, p. 166)

O fato é que o cooperativismo e a autogestão não são, simplesmente, revés ao capitalismo, porém, *podem ser*, e esse é ponto, a capacidade de produzir antagonismos ao modelo dominante. Assim como Henriques:

Adoto, entretanto, a perspectiva de Singer (1998) que enxerga o potencial anticapitalista nas experiências cooperativas do começo do século XIX. Para este autor, o conceito de Revolução Social designa o processo de transformação de um sistema socioeconômico e significa a alteração nas relações de produção. Difere-se, portanto, do conceito de Revolução Política, que está relacionado às mudanças nas relações de poder entre autoridades e cidadãos. (2014, p. 34)

Conforme Tauile, essa potência antagonista se reafirma nos empreendimentos de autogestão no Brasil. Em relação a isso, argumenta:

A autogestão, apesar de não ser uma ideia nova, pode ser vista hoje como uma radicalização desse processo de devolver ao trabalhador parte daquilo que o capitalismo lhe foi tomando ao longo de séculos. Ao se recuperar coletivamente o saber produtivo, por exemplo, a autogestão dá um passo na direção de reduzir ou mesmo, no limite, superar o que Marx chamou de subsunção real do trabalho; e criar formas de propriedade coletiva do capital, ela propõe a superação da subsunção formal do trabalho e, quiçá, no limite, do próprio capitalismo. (2009, p. 315)

As primeiras experiências de associativismo e autogestão no Brasil não são recentes (SÍGOLO, 2015). Já na República Velha (1889-1930) os trabalhadores brasileiros vivenciaram, ainda que de forma isolada, o associativismo, período em que foram escritas importantes páginas da luta de classe no país. Em 1853 surge a Imperial Associação Tipográfica Fluminense; logo mais tarde, em 1873, funda-se a Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional e a Associação dos Socorros Mútuos, o que viria a

ser chamada de Liga Operária²¹. Concomitante a isso, a mobilização de outros tantos trabalhadores, até então organizados por ofício, pela regulamentação do mercado de trabalho (GOMES, 2013).

O século XX na Europa, especificamente na Itália e na França, vivenciou um movimento cooperativista expressivo, com estreitamento de relações com o Estado e com partidos políticos. No entanto, é no contexto generalizado de crise do fordismo, no fim do século, o desencadeamento mundial do cooperativismo como possibilidade de organização do trabalho (PIRES, 2016). Dessa maneira, o cooperativismo está imbuído do legado operário e, atrelado a isso, as dinâmicas e enfiamentos no desenrolar dos modos de produção. De acordo com Tauile:

Como mostra a história econômica, a produção para o mercado pode dar-se por meio de diversas formas de organização social. A predominante nos últimos séculos tem sido a produção capitalista que implica no trabalho assalariado e propriedade privada (e alheia ao trabalhador) dos meios de produção. [...] A questão diante de nós é saber se a produção por meio das formas de economia solidária, como a autogestão e as cooperativas, pode ter espaço próprio de sobrevivência sustentável de longo prazo nas economias capitalistas contemporâneas. (2009, p. 289)

Para Pires, o cooperativismo tem ressurgido, o que significa um processo de redescoberta deste e da autogestão enquanto alternativa para produzir a vida. O “velho cooperativismo era uma utopia em busca de sua prática, e o novo cooperativismo, uma prática em busca de sua utopia” (Henri de Roche *apud* Tauile, 2009, p. 287). Essa “velha nova” forma de organização do trabalho tem sido escrita à mão, tem sido experimentada em: cooperativas populares, associações, grupos informais, clubes de troca, fábricas recuperadas por trabalhadores etc., dinâmicas que fazem parte do bojo do que é chamado de Economia Solidária no Brasil.

O novo cooperativismo, como sustenta Pires, surge diante do declínio do Estado de bem-estar social ou sua aparente e inacabada presença, como é o caso brasileiro. Fazem parte desse cenário os impactos da reestruturação econômica e o avanço da ideologia neoliberal, alma do capitalismo contemporâneo. Sobre isso, Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009) argumentam que existem capitalismos; o primeiro capitalismo tinha um espírito burguês, familiar e paternalista; o segundo atua como um chefe de departamento, posto justificado pela meritocracia, pelo poder de seus diplomas e qualificações. A terceira expressão, o novo

²¹ <http://www.ligaoperaria.org.br/documentos/congresso2-1.htm> Acesso: 29.01.2018.

espírito do capitalismo, está pautada na globalização, em novas tecnologias e aos aparatos de “otimização” da reprodução do capital, que corresponde aos últimos 30 anos do capitalismo que, diante de uma crise ideológica, tenta vestir-se com nova roupagem, concebendo um novo espírito para sua materialidade, o neoliberalismo.

A fórmula mínima de expressão do capitalismo exige a propensão à acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos, que se expressam na forma do trabalho livre e assalariado. Conta, ainda, com a abertura do mercado e o encolhimento do Estado em detrimento da coisa pública e provoca o desmonte acelerado das vitórias, ainda que parciais, dos trabalhadores na linguagem da sociedade salarial. Junto a isso, ocorrem os processos de desindustrialização, acelerada mundialização do capital financeiro, terceirização, desmonte de direitos sociais, aprofundamento do cativo de sobrevivência da classe trabalhadora e exaustão no agir coletivo. Diante disso, produzir coletivamente é um desafio do novo cooperativismo.

O contexto de crise, seja esta política, social ou econômica, na vida dos trabalhadores gera rupturas esperadas e inesperadas. Perder o emprego, mudar de vínculo empregatício é uma ruptura formal, previsível para todo aquele que na carteira de trabalho tem a assinatura patronal, e lá se vão o salário, os benefícios e os seguros. No entanto, o roteiro prevê que o fim de uma situação empregatícia logo levará ao ingresso em novos postos de trabalho; essa é a rotina na sociedade salarial. Os imprevistos quase sempre acontecem na vida daqueles trabalhadores velhos demais, jovens demais, mulheres demais, pobres demais, periféricos demais e analfabetos demais; não é só a perda do emprego, é expulsão baseada na corriqueira “coincidência” de inadequação ao mercado.

Cooperativismo apresenta-se em plurais; o cooperativismo formal pode atender ao empreendedorismo mais vulgar, e este é diferente do cooperativismo autogerido, que pressupõe organização e democracia enquanto condição que pavimenta e orienta o trabalho coletivo capaz de inserir-se numa economia solidária. Para recorrer ao cooperativismo como chave analítica, é necessário identificar para além da sua forma jurídica, pois sua ativação pode atender a quereres difusos e opostos.

2. FÁBRICAS “RECUPERADAS”

Os processos de recuperação no Brasil foram e são majoritariamente traumáticos, e ocorrem em situações de crise. As narrativas passam por atrasos de salários, descumprimento de direitos trabalhistas, abertura falimentar sem aviso prévio, paralisação, greve, ocupação,

greve de fome e outras diversas situações de protesto, vulnerabilidade e tensão. Quando se inicia um processo de recuperação, a rotina é a imprevisibilidade e, junto a isso, o medo da retomada da massa falida pelo patrão através da polícia, da milícia, com ou sem mandato. O medo da derrota e do descarte do esforço daqueles trabalhadores que “recuperam” se apresenta antes mesmo do início da cooperativa.

A abertura do processo de recuperação, por vezes, tem como gatilho a forma encontrada para o pagamento de passivos trabalhistas, isso porque na impossibilidade de quitação da dívida em dinheiro, os trabalhadores recebem as máquinas como créditos trabalhistas. A partir de então, costumam-se negociações com os patrões para o efetivo pagamento das dívidas, mas caso ele suma, então será com o síndico da massa falida, o representante da ausência, designado pelo Estado. Posteriormente, caso o negociado não seja respeitado, pode-se iniciar uma jornada jurídica para a resolução do conflito; o objetivo é resolver o que dá para resolver, já que nem sempre é respeitada e atendida a completude dos impasses dispostos, tampouco os direitos trabalhistas devidos.

O valor unitário de uma máquina corresponde corriqueiramente aos créditos de trabalho de mais de um trabalhador. Dessa maneira, a propriedade dos meios de produção, quase sempre as máquinas, passa a ser um problema em comum tanto para os trabalhadores que decidem vender ou alugar seu maquinário quanto para aqueles que optam por retomar as atividades via cooperativa ou associação. Consolidada a decisão pela recuperação, na maioria das vezes, há uma formalização de cooperativas de produção, na qual a organização do trabalho se dá por meio da autogestão.

Como os trabalhadores de chão de fábrica mobilizam conhecimentos jurídicos, administrativos, financeiros e políticos nessas situações de ruptura? Conforme Pires (2016), é por meio das instituições de apoio que prestam assessoria técnica e jurídica. Esse é caso da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), criada em 1994 por iniciativa de sindicalistas paulistas com uma visão crítica e oposicionista à estrutura sindical; hoje, a Anteag está extinta. Algumas das fábricas recuperadas apoiadas: Cooperminas, Bruscor, Coopermambrini e Cooparj²². Sobre a Anteag, Tauile argumenta que:

Na prática, esta entidade tem exercido um papel não só de aglutinador de interesses de trabalhadores e empreendimentos que lutam pela oportunidade de uma inserção econômica em um contexto de relações solidárias de produção, como também de formação profissional e

²² Ver mais em: (PIRES, 2016).

empresarial; tem como missão: promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuam para criar/recrir trabalho e renda, desenvolvendo a autonomia e formação dos trabalhadores estimulando ações solidárias e fraternas, e representando empresas autogestionárias. (2009, p. 306)

Em entrevista concedida à *Revista do Brasil*, Paul Singer observa o contexto de surgimento da Anteag:

Os sindicatos viram que os trabalhadores de empresas que iam falir – e muitas faliram nessa época – poderiam arrendar a massa falida, preservar a empresa e, portanto, seus próprios empregos. Os primeiros casos causaram muita sensação: fábricas sem patrões. Logo mais, isso se tornou um modelo. Surgiu a Anteag (Associação de Empresas Recuperadas), que se especializou nisso, a partir do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). Então, foi o início da economia solidária no Brasil. Os sindicatos apoiaram seus trabalhadores na formação de cooperativas de trabalho²³. (*Entrevista de Singer na RdB nº 1: Coerência à flor da pele, publicado 24/12/2014*)

Outra rede de apoio é a União e Solidariedade das Cooperativas de São Paulo, fundada em 1999 a partir de dois sindicatos do ABC, responsável por ampliar o debate sobre cooperativismo dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que propiciou, posteriormente, a criação da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil (Unisol Brasil), tendo por objetivo organizar e articular cooperativas, associações e empreendimentos autogestionários em todo o país. Alguns dos empreendimentos ligados à Unisol Brasil: Metalcoop, Copromem e Uniforja²⁴.

Os sindicatos têm grande impacto no processo inicial de recuperação, tanto no acolhimento/apoio quanto no isolamento/invisibilidade do empreendimento, o que, conseqüentemente, interfere nos embates travados para uma efetiva recuperação.

Para algumas correntes sindicais, consideradas mais de esquerda, as atuais cooperativas representam uma forma dos trabalhadores se subordinarem à economia de mercado e serem expostos a contradições de trabalho precário. [...] Para outros sindicatos, no entanto, as cooperativas ajudam a garantir a sobrevivência de postos de trabalho e promovem geração de renda, além de se constituírem em um importante instrumento de educação política e econômica para os trabalhadores. (PIRES, 2016, p. 41)

²³ Disponível: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paul-singer-a-compara-ao-socialismo-4852.html>. Acesso: 22/04/2018.

²⁴ Ver mais em: (PIRES, 2016).

Embora a Anteag e a Unisol Brasil, ambas de base sindical, sejam protagonistas no apoio e articulação nacional das cooperativas, outras instituições cumpriram um papel de apoio às experiências, como as iniciativas de autogestão da Cáritas, que atua desde 1984 com ações ligadas à Igreja Católica. O Sistema Cooperativista dos Assentados, criado em 1991, e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também, a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), fundada em junho de 2005. E, ainda, as atividades das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), a primeira criada em 1995, atrelada aos programas de pós-graduação em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

É a partir de uma rede de apoio de trabalhadores desempregados, sindicalistas, militantes, movimentos sociais, partidos políticos e intelectuais que se encorpa o início do processo de recuperação de uma fábrica, momento frágil e conflituoso. Os trabalhadores que recuperam não são militantes de causa única, às vezes de causa nenhuma, mas experimentadores em contato com um corpo de ideias, de ações, de movimentos, e seus repertórios são parte de uma rede heterogênea de ações política e social.

Pires (2016) e Sígolo (2015) concordam que os casos de fábricas recuperadas no Brasil e os processos falimentares têm particularidades, mas num quadro geral são bastante semelhantes. São esses, em sua maioria, de empresas familiares, ou seja, empresas dominadas por membros de uma mesma família, com extensão de 40 anos de poder sobre os meios de produção. Essas empresas são marcadas por passivo trabalhista, isto é, quando o contratante deixa de cumprir suas obrigações diante dos direitos trabalhistas.

De acordo com um levantamento realizado entre 2011 e 2012 pelo projeto Fábricas e Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores: Diagnósticos das Experiências Brasileiras²⁵, Sígolo (2015) observa que as ERTs se caracterizavam majoritariamente como experiências urbanas, voltadas para o setor industrial, com atividades primordialmente para o setor metalúrgico, e com concentração nas regiões desenvolvidas do Sul e do Sudeste. Ademais, as empresas que passam pelo processo de recuperação são de pequeno e médio portes, conduzidas pela gestão predominantemente masculina, com escolaridade até ensino médio.

A maior parte das recuperadas conta com até cem (100) trabalhadores, no entanto, há casos de vinte e seis (26) empresas que contam em seus quadros com quinhentos (500)

²⁵ Resultado do trabalho de pesquisadores de diversas universidades, dentre elas UFRJ, USFC, UFRN, UFPB, Unicamp.

trabalhadores entre sócio/cooperados e contratados. Esse número de trabalhadores envolvidos chega ao seu ápice com abertura para a concorrência internacional, incentivada pelos governos neoliberais, sobretudo na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o que gerou uma série de falências entre a década de 1990 e o início dos anos 2000. Essas são algumas das características das fábricas recuperadas.

A recuperação de fábricas, no entanto, não é consequência direta da falência. Como relata Pires (2016), os trabalhadores brasileiros recuperam pouco, mesmo diante de quadros de falências alargados. A incidência de processos de recuperação na Argentina é maior que no Brasil, isso porque recuperar faz parte, segundo a autora, do repertório dos trabalhadores argentinos para garantir a manutenção dos postos de trabalhos; assim, a falência é, por si só, um marco inicial para a recuperação. Já no caso dos trabalhadores brasileiros, “isso não parece ocorrer, na medida em que a maior parte dos casos de recuperação são datadas historicamente e impulsionadas pela ação de alguns sindicatos e de instituições de apoio específicas” (2016, p. 229).

Um adendo: o repertório de ação acontece no estabelecimento de vínculos, na mobilização de redes, nos laços sociais e históricos que atravessam uma luta, principalmente, no acionamento de acervo de ação. Não se trata, exclusivamente, de uma ação voluntária ou automática defronte de uma situação.

Repertórios preexistentes foram vistos como os recursos centrais para os movimentos sociais [...]. [...] Tilly enfatizou a importância dos vínculos e ligações sociais e históricas assim como a necessidade de entender as formas pelas quais processos de larga-escala como a proletarização, urbanização e a formação do estado afetaram as identidades e interesses dos diferentes grupos. (HANAGAN, 1998, p. 10-11 *apud* VIERA, 201, p. 85)

Ter um repertório para o desemprego não é algo mecânico, ou seja, *faliu, logo recupero*; é, antes, um cálculo do risco da realidade, a mobilização dos vínculos e coletividades, o diálogo em rede para a construção de determinado fim. O modo como é acessado o repertório pode ser diferente, assim, a gestão coletiva como alternativa ao desemprego faz parte do repertório dos trabalhadores a partir do momento em que ela existe; pode ser por hora descartada e mais ou mesmo afeiçãoada, mas existe. O repertório é histórico e seu contorno de ação acontece na relação dos trabalhadores com suas redes de apoio institucionais ou não, dos vínculos existentes e acumulados durante o processo.

No primeiro momento, as empresas passam por crises administrativas e financeiras, quase sempre associadas à conjuntura econômica do país. Consequentemente, atrasos nos

pagamentos de impostos, fornecedores e financiadores. O não pagamento se estende aos direitos trabalhistas, mais atrasos, desta vez, no depósito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e em cadeia são atingidos: previdência social, férias, vale-transporte, convênio médico e, em seguida, os salários.

Tudo isso rascunha o processo de divórcio da condição salariada. Num segundo momento, trabalhadores insatisfeitos reagem com mobilização e protesto contra a situação; o intuito é reverter o quadro. O que ocorre? Nada, mantém-se o estado de crise e atrasos, e a perda do emprego se materializa em medo e ansiedade. A visão de colapso toma conta da empresa e se expande fora dela, na família e na possibilidade de um novo emprego. Os trabalhadores velhos e com baixa qualificação circunscrevem um quadro de poucas possibilidades de absorção no mercado, e o desemprego prolongado parece inevitável.

A aproximação com os sindicatos ocorre na busca por alternativas diante da perda eminente do emprego. Segundo Pires, é a partir dessa relação que:

Normalmente, [surgem] os atores responsáveis por apresentar aos trabalhadores a alternativa do trabalho autogestionário e a possibilidade desses ex-empregados assumirem o controle da produção podendo, assim, manter seus postos de trabalho e sua renda. (2016, p. 57)

A proposta de autogestão na fábrica não é aderida por grande parte dos trabalhadores; isso é o que frequentemente ocorre, mas aqueles que seguem interessados na recuperação recebem, na maioria das vezes, orientação e formação do sindicato. O acesso às demais redes de apoio acontece no curso do processo de firmamento da recuperação.

Há uma tendência, no conflito patrão e operário, favorável à manutenção dos bens com os empresários, mesmo diante da falência – tentativas de rearranjos para pagar as dívidas sem, com isso, transferir a massa falida para os trabalhadores. De acordo com Henriques, “há, inclusive, na nova lei de falências brasileira, de 2005, a figura da recuperação judicial, que permite com mais flexibilidade que o dono do empreendimento em falência equacione suas dívidas” (2014, p. 79). Além disso, Pires (2016) aponta que no argumento jurídico dominante os empreendimentos coletivos de trabalhadores não teriam solidez financeira para gerir a massa falida; alegações como essa ocorreram no processo de recuperação da Coopermetal, Unifercos e Cooperbotões²⁶.

Se no argumento jurídico os empreendimentos têm pouca solidez financeira, os

²⁶ Ver em: Pires (2016).

bancos cismam quanto à insegurança financeira. Na ótica jurídica empresarial, as cartas de interesses das cooperativas populares não são compatíveis; na realidade, é um julgamento sobre quem gere e quem se financia, pois conceder crédito a um operário contém o risco de operar com “os despossuídos de berço”, isto é, aqueles sem herança, sem propriedade e sem reserva. Quando um grupo de empresários abre falência, não é regra a punição ou herança de mácula devido à falta de solidez financeira e baixa capacidade de gerir, apenas registra-se que foi “um mau negócio”, uma crise. Já o operário, antes de ativar uma cooperativa, é preestabelecido como incapaz.

Essa “incompetência” é, aliás, moral. São valores pregados no capitalismo, para manutenção da divisão social do trabalho entre aqueles que exercem o trabalho intelectual e o trabalho manual num “quadro de uma sociedade competitiva e de classes” (SINGER, 1983, p. 176). Os próprios bancos convocam para pensar empreendimentos, seus planejamentos, limites e investidas; o banco Santander, por exemplo, pergunta: “o que a gente pode fazer por você hoje?” Mas por quem se faz algo hoje? Existe um ordenamento moral, uma latência classista sobre considerações acerca de um empreendimento inseguro. O argumento de fragilidade financeira é contaminado pela noção acerca do sujeito passível de investimento e da defesa dos interesses e lugares sociais a preservar.

O processo, seja via Justiça do Trabalho, seja sobre a vontade do síndico da massa falida, provoca uma lacuna temporal de espera e resistência em meio às disputas legais, um estado constante de alerta. Durante o processo de negociação, a fim de evitar a tentativa de fuga dos antigos proprietários com o maquinário, existem casos de trabalhadores que fazem acampamentos nas portas das fábricas, por dias, e ocupações; no curso de algumas dessas ações, confrontos com a polícia, situações forjadas no limite do enfrentamento.

Finalizado o acordo sobre a massa falida e o devido pagamento das dívidas com trabalhadores, e com assinatura da ata de fundação da cooperativa, termina a etapa legal do processo de recuperação. Porém, ao retomar a produção, outras dificuldades são partilhadas pelas agora cooperativas de produção, uma etapa de limbo entre a cultura do assalariamento e o trabalho cooperado. Os empreendimentos passam pela lógica de herança da empresa de origem e tateiam os dilemas sobre cooperativismo e os muitos desafios, como diz Pires (2016), para autogestão.

A organização dos trabalhadores na cooperativa tem uma forma híbrida. Para alguns, a extensão piorada da lógica capitalista anterior, mais exploração e menos direitos; já para outros, é a euforia de encontrar ali a oposição ao capital. Não é isso, nem aquilo, é construção

um tanto desorientada que vai experimentando possibilidades que caibam no empreendimento.

A cooperativa está entre lugares, na lógica anterior à cooperativa e, em disputa no ato de construção dos sujeitos e dos rumos do empreendimento. Ainda que, de imediato, haja uma quebra hierárquica na divisão de trabalho anterior à cooperativa, são muitos os problemas para estabelecer as diferenças entre o modelo capitalista. Uma das chaves desse entrave é a jornada de trabalho, isso porque, para atender às expectativas do mercado, a cooperativa expande jornada de trabalho sem remuneração correspondente, configurando um nível de exploração alinhado com o lucro e menos com a dignidade humana do trabalhador. Bem, mas se o lucro é do trabalhador, a ampliação de jornada perde sua carga de abusiva exploração? Não. Parece inevitável a precarização, a saída da antiga condição de trabalho inexoravelmente muda; mesmo cooperados, os trabalhadores não superam, e nem deveriam assumir a carga absoluta dos paradigmas acerca do trabalho.

Essas potencialidades [das cooperativas] são limitadas, mas não inexistentes. Renegá-las ou diminuí-las faz parte de uma visão míope acerca das possibilidades de transformação social. As suas fragilidades são decorrentes, como sugere Santos e Rodríguez (2005), de seu caráter antissistêmico. [...] uma “perspectiva que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas baseadas em princípios não capitalistas” (p. 26). (HENRIQUES, 2014, p. 79)

Precarização em relação a quê? Evidentemente, a condição de um assalariado é distinta de um cooperado; direitos, como seguro desemprego, licença maternidade, fundo de garantia, previdência social e piso salarial ficam amortizados diante da pauta, aparentemente maior, a autogestão. Precarização é bivalente, atinge tanto os que estão dentro da condição salariada quanto os “supranumerários”, fora da lógica do trabalho formal. É possível escalonar, para mais ou para menos, esses processos, no entanto, a precarização está na ordem do dia para todo o corpo daqueles que trabalham.

Não se pode dizer que uma cooperativa é por si só mais precarizada sem localizar a precarização no mundo trabalho como um todo. A insistência em examinar a ideia de precarização ocorre pela necessidade de olhá-la como uma condição anterior à decisão de recuperar uma fábrica e/ou construir uma cooperativa; o objetivo aqui não é invisibilizar o agravamento da precarização nas cooperativas, isso é fato. Mas compreender que é pela via,

mesmo, da precarização da condição de trabalhador assalariado que a recuperação é colocada como alternativa.

Como afirma Sígolo (2015), alguns estudos investigam a potencialização da precarização nas cooperativas com processos profundos de autoexploração, condição na qual o trabalhador torna-se patrão de si mesmo. Porém, tornar-se patrão não é uma condição subjetiva; se assim fosse, todos os indivíduos que almejam essa inscrição social e seus privilégios o fariam como escolha. Patrão é a relação que se estabelece com o outro, numa dinâmica de exploração e poder, e não uma adesão garantida pela exaustão. Estar consumido pelo trabalho como necessidade para viver continua sendo a condição de um trabalhador.

Os obstáculos de uma fábrica recuperada ora atravessam os desafios de reconhecimento do empreendimento num modelo de autogestão, ora pelem por responder às demandas para sua efetiva filiação no mercado. Outras questões perpassam, como: o processo de educação para autogestão; a busca por financiamento; o acesso a linhas crédito; o restabelecimento da relação de confiança com antigos clientes e conquista de novos; criação de capital de giro; pagamentos de dívidas oriundas da massa falida; quebra de hierarquia na divisão social do trabalho; e efetivação da gestão coletiva, entre outras.

É imprescindível dizer que o debate sobre as fábricas recuperadas não se restringe às cooperativas de produção, conta também com a experiência do Movimento de Fábricas Ocupadas, como é o caso da Flaskô, localizada em São Paulo. Embora vivencie obstáculos semelhantes aos experimentados pelas cooperativas de produção, rejeita a via do cooperativismo, ainda que o reconheça como um avanço diante do mercado capitalista. Na Flaskô, a pauta é a luta pela estatização do empreendimento e a manutenção do assalariamento; a finalidade é romper com o caráter empresarial que se impõe às cooperativas e, ainda, resguardar direitos trabalhistas e somar-se à luta pela ampliação e preservação de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores brasileiros.

Assim, os trabalhadores da Flaskô defendem que a estatização é o melhor caminho para fábricas falidas, visto que, sob o controle do Estado, a empresa teria maiores chances, em termos econômicos, de se reerguer. Além disso, a empresa estatizada possibilitaria que os trabalhadores conservassem os postos de trabalho com carteira assinada. (PIRES, 2016, p. 178)

Outro fator a destacar: as experiências de recuperação no Brasil estão em retração, como revela Pires (2016); isso se deve à concorrência com o mercado internacional,

sobretudo chinês, a nova Lei de falência (2005)²⁷, que dificulta o acesso dos trabalhadores à massa falida das empresas, o anacronismo do maquinário e, ainda, a queda no número de falências a partir de meados dos anos 2000. Todavia, há processos recentes de recuperação, esse é caso da Unimáquinas, ocorrido em 2009, com apoio da Unisol Brasil.

O que muda depois de uma recuperação? Dentre as principais mudanças ocorridas na organização do trabalho, se destacam: descentralização do poder; acesso a informação; maior comprometimento no rodízio de funções; aumento de autonomia e liberdade; ações voltadas para alfabetização, cursos técnicos e ensino superior para os trabalhadores e seus familiares; diminuição da pressão no trabalho e, conseqüentemente do número de acidentes no ambiente de trabalho (SÍGOLO, 2015).

Há um esforço por uma gestão democrática nos empreendimentos, mas a diferenciação entre sócios-trabalhadores, funcionários, celetistas e terceirizados é um entrave na capacidade de horizontalizar a gestão e a produção na fábrica. Isso resulta numa hierarquia de poder, ação e representação nas questões fabris, logo, no efetivo exercício democrático. Essa divisão entre sócio e funcionário e o processo de entrada de novos sócios é polêmica, dado que, de um lado, há o medo dos antigos sócios da não incorporação dos valores necessários para a autopreservação dos princípios do empreendimento, e de outro, um círculo pequeno de sócios que centralizam decisões e, em certa medida, condições privilegiadas de trabalho. Esses fatores influenciam a capacidade de renovação e educação para a autogestão.

Segundo Pires (2016), entre 1990 e 2000 existiram diferentes empreendimentos recuperados no Brasil; muitos deixaram de existir ou se tornaram empresas comuns e outros continuam em atividade, mas nenhum deles seria “autogestionário”, pois estariam:

Imersos em uma cultura capitalista e, portanto, sujeitos às determinações do mercado e do Estado, de forma que ideia de gestão coletiva não consegue ultrapassar muito os limites da própria fábrica. O que podemos dizer diante disso é que os trabalhadores realizaram e ainda realizam um grande esforço para manutenção da ideia de “empresas de propriedade coletiva gerida pelos próprios sócio-trabalhadores”, apesar das várias dificuldades que se apresentam para que essa ideia seja plenamente alcançada. (2016, p. 223)

Assim, sair à procura de uma fábrica recuperada é, acima de tudo, buscar suas

²⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm Acesso em: 22.04.2018.

insurgências, suas justificativas, seus limites e suas particularidades.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: MECANISMOS E PARTICULARIDADES

Autogestão, no sentido pleno, depende de uma organização social antagônica ao capitalismo, conforme Pires, “o que hoje se convencionou chamar de 'autogestão' seria, no máximo, uma autogestão ao nível de unidades produtivas, justamente por não ultrapassar os limites do próprio empreendimento” (2016, p. 21). Isto é, uma experiência parcial ou aproximada, a autogestão depende não só da organização e divisão do trabalho, mas também da organização da vida em sociedade.

Pires sustenta que a autogestão deve ser pensada como local de chegada, e não de partida, uma vez que o fato de existir uma cooperativa de produção ou uma gestão coletiva não atesta o empreendimento como autogestionário. Portanto, a autogestão orienta uma proposta política de chegada, que cotidianamente deve ser construída e repensada. Já a noção de economia solidária adotada pela Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes), atribuída ao economista Paul Singer, diz o seguinte:

Economia solidária é um jeito de diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o meio ambiente. [...] Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. [...] A economia solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XX, sob a forma do cooperativismo, como forma de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial. No Brasil, ela ressurge no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho. (SENAES, 2012 *apud* PIRES, 2016, p. 24)

Há um esforço no debate sobre autogestão para diferenciar-se do pensamento representado por Singer. Isso porque, enquanto política pública no Brasil, a economia solidária ampliou sua visibilidade na plataforma de governo do Partido dos Trabalhadores (PT); esse deslocamento de uma ação fora do Estado para dentro da engrenagem estatal passa, ainda que não queira, por uma cooptação burocrática e um refinamento de pautas confortáveis diante dos interesses acomodados nos níveis político e econômico do país. Singer, antes de assumir a Senaes, observava que:

As múltiplas lutas, que implícita ou explicitamente almejam o socialismo, estão aí, crescendo, mobilizando cada vez mais gente – mas nada garante que elas sejam vitoriosas. Contra elas se levantam duas formas de resistência: uma frontal, aberta, direta – a repressão;

outra insidiosa, encoberta, indolor – a cooptação. Uma e outra são usadas alternativamente, conforme as circunstâncias históricas e as relações de força. (1983, p. 174)

Pires (2016) produz sua diferenciação a Singer a partir da crítica à fragilidade teórica da noção de economia solidária adotada pelo economista, fundamentada de forma “abrangente, genérica e contraditória”. A economia solidária e a autogestão de Singer estão associadas à prefiguração do socialismo, o que para Pires sinaliza um processo linear, numa perspectiva do inevitável histórico, isto é, se temos uma economia solidária, logo temos a autogestão e caminhamos para o socialismo. Uma lógica, segundo a autora, forjada no pensamento dos socialistas utópicos sobre o cooperativismo no século XIX e ressurgida na contemporaneidade que pressupõe que as experiências de autogestão estão elaboradas e prontas.

Outro aspecto crítico a Singer é a determinação do lugar da autogestão, enquanto “princípio organizador da economia solidária” (2016, p. 34), um lugar fixo e invariável. Se há economia solidária, há autogestão. Isso configura um risco analítico alto, pois ao estabelecer um, *a priori*, deixa um vazio no entendimento do curso da experiência dos trabalhadores, das contradições, das transformações em processo, da necessidade de rever os rumos tomados e da emergência de construir novas vias.

Sobre a economia solidária, as linhas de pensamento de Singer e a atuação do Senaes, Pires (2016) repara um lapso entre a proposta apresentada no discurso e a efetiva ação das políticas públicas. Pois o entendimento da autogestão como característica inicial de um empreendimento dificulta a visão dos desafios postos para alcançar um desenvolvimento mais “cooperativo, menos explorador e menos gerador de diferença” (2016, p. 223), por isso, é preciso uma mudança mais ampla na sociedade e nas relações que estabelecemos para as trocas econômicas.

Apesar de Pires (2016) estabelecer algumas distâncias entre a teoria do economista, considera que “para Singer a autogestão não se restringe ao processo produtivo, mas exige uma mudança de mentalidade que deve ser transportada para outras esferas da vida” (2016, p. 35), e isso os aproxima. Esse debate é fundamental, pois é a partir dele que a autora faz uma revisão teórica do debate no campo e ainda remonta ao diálogo político do qual Singer compartilha. Assim, a oposição ao Singer é, mais do que uma oposição, uma convocação para o debate teórico, sobretudo acerca dos desdobramentos reais demandados pelos trabalhadores e as redes que têm autogestão como norte.

A concepção na Europa de uma economia solidária está voltada para o reestabelecimento de relações domésticas, próximas, entre os indivíduos; já na América Latina, sobretudo no Brasil, está atrelada ao enfrentamento ao desemprego. De acordo com Pires (2016), essa diferença passa pelo significado do emprego e acesso aos benefícios sociais nesses continentes, o que resulta numa confrontação diferente diante do desemprego. Em vista disso, são atípicos os processos de recuperação de fábricas falidas em países europeus, já que o desemprego não é fator de absoluto abandono pelo Estado, como é caso de países da periferia do capitalismo mundial.

A relação entre capitalismo e autogestão, seus arranjos e a “concepção dominante sobre economia solidária” não está ilesa à lógica capitalista, isto é, ao processo de assimilação no sistema de reprodução do capital. Como apontam as contribuições de Sousa e Castro (2016), por mais que haja um grau de autonomia interna e as cartas de intenções extensas sobre o exercício pleno da autonomia, as cooperativas são submetidas a uma relação de dependência e controle demarcados pelo interesse de fornecedores e clientes “não solidários”. O mercado exige uma conduta de competição, produção e qualidade ao empreendimento com poucos limites negociáveis.

A fronteira entre a economia solidária e a economia capitalista é tênue. Porém, desconsiderar a possibilidade de brechas ao ordenamento hegemônico das coisas é negar a capacidade de agir sobre aquilo que se impõe e a produção de resistências. Considerar uma economia fora do mercado capitalista é uma elaboração mental de um propósito, de uma vontade e, ainda, a disposição para repensar e agir diante do que está dado; isso é uma diferença substancial. Em primeira pessoa, Paulo Freire diz: “movo-me na esperança enquanto luto, e se luto com esperança, espero” (1970, p. 52); entre os atestadores do *status quo*, demorar-se na procura de rupturas é uma obrigação.

Para Pires, os empreendimentos que nascem questionando e combatendo o capital têm uma relação de risco:

Existem vários fatores que dificultam não só a estabilidade econômica do empreendimento, como também a manutenção de seu caráter autogestionário e cooperativo. Mesmo quando uma fábrica recuperada parece ter atingido o sucesso econômico e uma posição de destaque no mercado, precisamos analisar fatores que podem demonstrar o abandono de práticas coletivas. (2016, p. 69)

Assumir riscos é deparar-se, inevitavelmente, com possibilidades, mas também é um modo de avaliar jornadas, o reexame do que foi de ruim e a orientação da caminhada.

Portanto, *chegar lá* é um processo exaustivo de calcular e recalcular rotas a todo instante e, com isso, assumir os riscos; não o risco do mercado, dos bancos, da política externa, mas os *nostros* riscos.

A sociedade de mercado capitalista tem intensificado sua capacidade de incorporação das críticas e ações contrárias a sua lógica de mundo:

O capitalismo tem, mais uma vez, mostrado sua força e sua capacidade de incorporar, de tornar útil e funcional tudo o que surge como crítica. Assim, é necessário que, ao falar de cooperativismo e autogestão, saibamos fazer uma distinção entre o “ser” e o “dever ser”, isto é, separar o que gostaríamos que fosse daquilo que, de fato, representam na prática, de forma a melhor compreender os limites e possibilidades dessas experiências de trabalho. (PIRES, 2016, p. 231)

A par disso, a relação entre fábricas recuperadas e a lógica capitalista nem sempre é antagonica, mas por vezes se confunde. Se o capitalismo refina suas ordens como meio de manter seu ciclo de reprodução social, reduzindo lutas históricas dos trabalhadores, convertendo alternativas de mundo em lucro, as experiências de recuperação e os desafios que a envolvem são caminhos de experimentação e crítica que podem ser substrato para os enfrentamentos que virão. Para construção de novos lugares de ação e reação no mundo do trabalho, de resistências à gravidade dos fatos e da vida²⁸.

A trajetória dos empreendimentos recuperados por trabalhadores no bojo da economia solidária brasileira está imbuída de enfrentamentos, contradições insistentes, pressões, fissuras, conjunturas e derrotas. Faria (2011) sustenta que “a autogestão não é uma “palavra mágica” para socialismo, como se bastassem mudanças formais no interior das empresas para a instauração do autogoverno dos produtores”. É, antes, um processo, uma prática que está em curso, criando um caminho por meio da experimentação.

Aquilo que move a recuperação de um fábrica não é um modelo final, muito menos uma forma ideal de produção ou troca, mas a experimentação diante dos enfrentamentos que se colocam. Para Naville, a defesa da autogestão como modelo produção “não é uma [defesa da] civilização do trabalho e da produção, é uma sociedade liberada nas suas trocas, comunicação e sua imaginação”. (NAVILLE *apud* FARIA, 2011).

²⁸ Referência ao poema do Coletivo Coquetel Molotov.
<https://coletivomolotov.milharal.org/author/coletivomolotov/> Acesso: 24.04.2018.

A experiência de recuperação de uma fábrica falida trata-se de uma organização do trabalho sem patrão; isso, numa visão romântica, teoricamente, bastaria. No entanto, negar o patrão não é opor-se a ele. Portanto, qualificar a recuperação é localizá-la historicamente, recobrar seus conflitos e sua transitoriedade. É, ainda, uma ampliação do leque histórico de ação para além da condição de desemprego e das soluções “mentais” de mercado.

Conforme Henriques (2013), as experiências de cooperativas comprometidas com a autogestão se somam a vários movimentos sociais na preocupação com o aprofundamento da democracia e com a recuperação direta do agir sobre todas as esferas de produção da vida. Já Pires destaca que:

Os trabalhadores das fábricas recuperadas no Brasil demonstram grande resistência, mas não estamos falando de resistência ao capitalismo, ao sistema, em revolução socialista, estamos falando de resistência ao desemprego, da luta para manter postos de trabalho e o sustento de suas famílias, o que levou esses trabalhadores a enfrentarem a morosidade e a parcialidade do sistema de Justiça, a passarem fome por acreditarem que sua luta pela recuperação da empresa alcançaria o sucesso e seu ganha-pão seria assegurado. Essa resistência aconteceu, foi muito importante e não pode, de forma alguma, ser desprezada. (2016, p. 230)

Assim, fábrica recuperada por trabalhadores é uma experimentação, um meio de buscar utopias em sua permanência, é, ainda, um componente combustível do maquinário de outras relações de troca, de uma economia menos danosa e alienante para esses sujeitos.

CAPÍTULO 3 – EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO

Neste capítulo, serão apresentadas as situações²⁹ que foram o cenário de aproximações e contrações com os sujeitos da memória. Objetiva ainda apresentar as questões metodológicas que impulsionam a dissertação.

1. COOPARJ: UMA IDEIA

Não houve uma apresentação formal com a Cooparj; antes disso, esse encontro sempre esteve no plano da ideia. As expectativas eram muitas, visitar a cooperativa de produção, conhecer todos os cooperados e com eles demorar-se naquela experiência. O que de fato ocorreu inicialmente foi uma localização teórica sobre o empreendimento nos estudos que se propunham a discutir a autogestão, memória, trabalho e economia solidária. Em leituras exploratórias sobre o campo, lá estava a Cooparj, espremida entre outras tantas fábricas recuperadas e seus processos emblemáticos de recuperação; algumas páginas eram reservadas a ela, não muitas. Pires diz o seguinte:

A Cooparj funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h50, sendo a jornada de trabalho diária de oito horas e cinquenta minutos. Atualmente, a cooperativa encontra-se em dificuldades, principalmente devido à concorrência com os parafusos produzidos na China [...] Assim, não há perspectivas, a curto prazo, de incorporação de novos associados e não tem sido possível realizar nenhum trabalho junto à comunidade, embora exista o desejo de fazer isso. A liderança afirma não saber se será possível manter a cooperativa aberta por muito tempo. (2016, p. 119)

Thiago observa a Cooparj dez anos antes e diz:

A ideia de fundar uma cooperativa é encarada ao mesmo tempo como entusiasmo e receio. No entanto, era uma das poucas possibilidades que esses trabalhadores vislumbravam. Se compararmos a sua fala em 1997 (TIRIBA, 1997), quando a cooperativa dava seus primeiros passos, com a perspectiva atual que têm, perceberemos um inevitável desânimo com a sequência histórica. Se por um lado eles permanecem trabalhando, as dificuldades e as crises constantes fizeram com que os sonhos dessem lugar a uma realidade de trabalho dura e de busca constante para a manutenção de uma renda mínima para os cooperados. (2007, p. 116)

²⁹ Eugênia Motta (2004) trata as *situações* como o meio de apresentar a coesão de um estudo. Dar formas aos caminhos que sustentaram as análises teóricas – seguiremos apoiadas nisso.

Em 2016, o encontro com a Cooparj, isto é, com o conjunto de pessoas, coisas e lugares que a compunham, não aconteceu, nem poderia: ela estava extinta. Diante disso, frustração; a Cooparj era agora, mais que nunca, pessoas, trajetórias e memórias. Não havia mais funcionamento para mapear, nem perspectivas para tomar nota, nem condições para relatar; havia fragmentos de uma experiência aderidos à vida fora da linguagem da economia solidária e da autogestão.

Era sabido que havia cooperativismo, empreendedorismo popular³⁰ e as múltiplas facetas de aparição dessa outra economia³¹ em pleno processo, como é caso da Flaskô³². Alguns conselhos apontavam para a necessidade de abandonar a pesquisa sobre a Cooparj, pois como seria o acesso ao campo ou a um grupo que não existe? Para enfrentar esse desafio, foi preciso considerar as permanências da experiência, dos sujeitos da cooperativa.

O encontro teórico com a Cooparj ocorreu, mas a busca por suas permanências já não cabia mais nas páginas, era preciso ampliar a busca; a princípio, a regra era: onde tem economia solidária no Rio de Janeiro, terá Cooparj. Essa máxima orientou a busca por espaços onde essas questões se topassem. Em 2015, com a recente criação do Programa de Pós-Graduação Profissional vinculada ao Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides)³³, nas aulas da primeira turma de mestrado, ocorreu um dos muitos primeiros encontros com o debate acerca da gestão participativa, cooperativas populares e autogestão no Brasil. A disciplina era Organização do Trabalho, Autogestão e Economia Solidária, conduzida por Flávio Chedid e Luciana Lago – IPPUR³⁴.

Com algumas aulas e conversas nos corredores do Bloco F no Centro de Tecnologia da UFRJ, tomavam forma os projetos que interessavam estudantes de mestrado preocupados com economia solidária. Mas, além disso, se mostrava um campo de estudo dentro da universidade com ações em diversas experiências e orientados entre as leituras de *O Capital*, de Karl Marx, a democracia de Boaventura de Sousa Santos, os estudos engajados de Vanessa Sígolo, a pesquisa ação de Thiollent e as perspectivas de Paul Singer.

Aos poucos, como uma bricolagem, o encontro com partes da história da cooperativa acontecia, isso porque sua história é atravessada pela rede de pessoas e instituições que

³⁰ Ver em: José Ricardo Tauile (2009).

³¹ Eugênia Motta (2004) e (2010).

³² Fábrica ocupada com controle operário.

³³ Órgão Suplementar do Centro de Tecnologia da UFRJ.

³⁴ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ.

defendem a autogestão e a economia solidária como uma alternativa política, social e tecnológica. Nesta altura, a leitura sobre a Cooparj apontou para diversos problemas e dificuldades na gestão e que não haveria muita demora para o seu fim. Não encontrei a Cooparj na universidade, mas em caminhos tanto no que li quanto no que ouvi e vivi. O Nides me permitiu conhecer Flávio Chedid³⁵, que compartilhou parte da sua história com a Cooparj e um número de telefone de uma ex-cooperada.

2. COOPARJ: UMA VOZ DE MULHER

Encontrar a Cooparj enquanto um empreendimento com relevantes questões foi ligeiro; ler a sua história por intermédio das ciências sociais e organizar uma análise bibliográfica foi um trabalho custoso. Mas nada se compara à dificuldade de encontrar o sujeito dessa cooperativa, feito de sangue, luta e suor. Para tanto, era preciso romper com as expectativas de uma trajetória alucinante ou uma experiência revolucionária.

Onde está a classe trabalhadora teorizada no projeto de pesquisa? Quem é a cooperativa? Quem é esse sujeito? Eu não sabia. A resposta aproximada estava reduzida a um nome no papel, um telefone, uma mulher. Na rede social, algumas mensagens enviadas, com a segurança de que as explicações de um pesquisador ficam mais confortáveis de forma escrita e não falada. A escrita, no entanto, não foi um bom mediador, pois apesar de toda a humanidade e afeto que se possa colocar numa mensagem, ela só inflama aqueles que falam essa linguagem, que a dominam. Para explicar uma motivação de uma pesquisa é preciso deixar as vírgulas e as crases de lado, ao menos por hora, e falar.

Como diz Evans Pritchard, “na verdade, não há receita para conhecer as pessoas” (1973, p. 254), o que é uma pena, pois até o primeiro encontro foram muitos desencontros, parecia improvável conhecer essa pessoa. A primeira ligação na tentativa de marcar uma entrevista começa com explicações e referências de como conseguira aquele número, e o tom da conversa é de desconfiança e frieza. Termina com uma pergunta evasiva e seca, “você pode ligar daqui a 15 minutos?”³⁶. Na ligação seguinte, Josy disse que estava com uma rotina que não a permitiria sair de casa, então, para entrevistá-la, eu precisaria ir à sua comunidade, à sua casa. De abril até agosto de 2017 houve um lapso nesse diálogo.

³⁵ Doutor em Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ) e professor do Nides. Membro da banca de qualificação e defesa desta dissertação.

³⁶ Conversa por telefone com a ex-cooperada Josy, em 04/04/2017.

Em setembro de 2017, uma nova ligação, preenchida por explicações e tentativas de acertar definitivamente a entrevista. Josy assentiu e disse: “tá bom, pode vir”³⁷. O combinado foi na sexta-feira seguinte à ligação, um encontro na casa da Josy, onde também funcionava seu restaurante, localizado na Vila do João, no Complexo de Favelas da Maré.

Antes da entrevista, havia duas importantes questões: organizar um roteiro para a entrevista e acompanhar via internet como estava a Maré. A página *Maré Vive*, numa rede social, logo pela manhã costuma publicar: “*Como está comunidade? Tudo bem por aí morador? Conta pra gente*”. Um apelo sutil para lidar com a rotina de conflitos, tiroteios e operações, um autocuidado, já que não basta estar vestido com o uniforme da escola³⁸ para evitar as balas que não são perdidas.

Para lidar com os previstos da Maré, uma ligação por telefone para assim exercitar a tarefa diária de muitos fluminenses, o autocuidado. A ligação aconteceu na manhã de uma sexta-feira; Josy atendeu e disse: “acho melhor você não vir, eu escutei uns tiros e até a escola das crianças não teve”³⁹. A entrevista não aconteceu naquele dia, remarcamos com a condição de uma ligação antes para confirmar, tanto para atender à disposição da entrevistada, quanto para o exercício do autocuidado.

A entrevista aconteceu no 12/09/2017, e teve tiroteio na Vila do João naquele dia. No restaurante, um cliente muito calmo disse: “tá saindo muito tiro da principal pra lá”, e todos continuaram o que estavam fazendo. Após essa informação, Josy se despede dos clientes que acabavam de sair do restaurante: “brigada, gente, desculpa aí!”. Nada parecia acontecer, ao menos nada surpreendente. Já sentada, prestes a continuar a entrevista, ela disse: “tá dando muito tiro na principal. [...] Lá no finalzinho, lá onde pega o ônibus na Avenida Brasil. [...] Ainda bem que é pra lá!”. Com Josy, foram seis horas de entrevista, entre um almoço e um café, depois uma caminhada até o ponto de ônibus.

Estava gravada uma entrevista profunda, doída e longa. No caderno de campo, nove números de telefone e alguns nomes: Sidney, William, Antônio Pereira, Orelindo, Damásio, Antônio Araújo, Jairo, Rosimare, Alcides.

³⁷ Conversa por telefone com a ex-cooperada Josy, em 07/09/2017.

³⁸ Mãe de jovem morto no Rio: “É um Estado doente que mata criança com roupa de escola” https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/22/politica/1529618951_552574.html

³⁹ Conversa por telefone com a ex-cooperada Josy, em 08/09/2017.

3. TENTATIVAS

Um campo que não existe. Não há galpão em Duque de Caxias para visitar, nem cooperados, nem lideranças ou produção. O que há? Bem, o campo existe, porém não em coisas, mas em indivíduos com uma carga individual de significado que existe em relação às experiências física, afetiva, ideológica e coletiva.

O contato com Josy foi substancial para conversar com a literatura sobre a Cooparj, e sobretudo para permitir o diálogo com outros ex-cooperados. Conforme afirma Motta (2010), para a estrangeira transitar num mundo diferente do seu, no caso da autora, no mundo da economia solidária, é preciso portar credenciais que indiquem, mesmo que parcialmente, aquele que fala e de onde fala. O elo entre pessoas, movimentos, instituições formam essas credenciais. Munida com uma entrevista, liguei para todos os nove números, várias vezes, algumas ligações não completadas, outras não atendidas e apenas três com resposta. Dois disseram que a pessoa referida na ligação não existia, e às 16h50 Dona Elza atendeu a ligação e confirmou: era a casa do Senhor Damásio.

A apresentação das credenciais começa com “sou da universidade, a Rural”, “sou pesquisadora”; bem, depois dessas frases, nenhum esboço. Numa tentativa de maior impacto, a frase: “conversei com Josy da Cooparj”, e dali em frente Dona Elza, 76 anos, reconheceu uma credencial, mas perguntou: “é sobre o que mesmo?”⁴⁰. A explicação sobre a pesquisa girou em torno do encerramento das atividades da cooperativa, então Dona Elza assuntou e disse: “que pena que a Cooparj acabou. [...] aquilo era uma maravilha.”⁴¹.

Terminou a ligação com a orientação de ligar novamente mais tarde, pois Sr. Damásio, 69 anos, estava trabalhando. Um metalúrgico, um trabalhador da Baixada Fluminense, um ex-cooperado. No mesmo dia, uma nova ligação, pontualmente às 20h, tarde para qualquer tentativa de marcar uma entrevista, porém, esse era o conselho de Dona Elza. O telefone chama, e sem demora Dona Elza atende e diz “a pesquisadora”, e então o Sr. Damásio atende.

A conversa tinha ao fundo um som do jornal na TV; sem dizer muitas palavras, o Sr. Damásio ouviu desculpas e expectativas quanto à entrevista, e respondeu orientando para ligar noutro dia para combinar. Mas por que não ali, agora? Sua justificativa foi a de estar chegando do trabalho. Depois de horas no trânsito, entre Nova Iguaçu, na Baixada

⁴⁰ Conversa com a Dona Elza, ligação realizada no dia 31/01/18.

⁴¹ Idem.

Fluminense, e Campo Grande, na Zona Oeste do RJ, parecia justo não querer ser surpreendido com muitas perguntas sobre quaisquer coisas, era preciso recuperar-se minimamente para mais uma manhã, que começa às 4h. Na despedida, antes de qualquer tentativa de boa noite, o Sr. Damásio diz “bom descanso! ” e desligou.

As ligações para o Sr. Damásio se repetiram por mais cinco vezes; não havia resistência a falar, mas insegurança em contar, sozinho, a história da Cooparj. Em uma das conversas, o ex-cooperado, antes mesmo de qualquer insistência, disse: “Olha, eu conversei com um rapaz lá e ele disse que liga pra vocês e te conta tudo”⁴². Esse rapaz era Willian, último presidente da Cooparj e colega de trabalho no estoque de uma metalúrgica em Nova Iguaçu/RJ. A conversa mais uma vez terminou sem marcar a entrevista e com expectativa de uma ligação de Willian, um mês se passou e nenhum contato.

Sobre as entrevistas na cooperativa, Sr. Damásio disse: “era entrevista de manhã, de tarde e de noite”⁴³. Haveria um esgotamento e cansaço diante de uma rotina de pesquisadores na Cooparj ou existia um ponto final que não deveria ser mexido? Um pouco dos dois; a cooperativa foi acompanhada desde o início até o fim por pesquisadores, professores, ONGs, assessores e estudantes que atuaram em diferentes momentos do empreendimento. Não podemos dizer que isso, por si só, é um esgotamento da relação com esses sujeitos, mas com a pauta que os convergia.

O fim da cooperativa é um ponto final palpável na vida de Josy, Sr. Damásio e Willian. Outras trajetórias se seguiram: Josy abriu um restaurante, Sr. Damásio enfrentou um câncer e Willian voltou a ser assalariado; isso é a vida. Voltar aos pontos finais provoca sua extensão. Assim, o fim deixa de ser limite e passa a ser conexão, mas esse entrelaçamento pode não ser objeto da vontade individual ou coletiva, e o silêncio, como já apontou Pollak (1989), pode ser um exercício de esquecimento e reafirmação do fim.

Considerando o fim em seus paradoxos, e ciente de cansaços, seguiram-se as conversas por telefone com Sr. Damásio. A esperada ligação do ex-presidente da Cooparj não ocorreu. Diante das circunstâncias, outra ligação para casa de Dona Elza e Sr. Damásio, no dia 17 de março de 2018; aquela que seria para marcar a entrevista e já previamente combinada. Durante a conversa, a exposição do desejo de ir à casa ou à fábrica para finalmente conhecer o Sr. Damásio, mas a resposta foi a seguinte: “tá certo, na próxima

⁴² Conversa com o Senhor Damásio, ligação realizada no dia 02/02/18.

⁴³ Idem.

ligação a gente combina de você vir aqui, na fábrica não”⁴⁴. A negociação tendia sempre para uma nova ligação, e não para um encontro.

A decisão de receber alguém e conceder uma entrevista não é uma resposta de questionário, sim ou não, mas uma ação reflexiva e mediada. Durante toda a conversa, o Sr. Damásio não parecia tentar impedir uma entrevista, mas não saber como fazê-la. O ato de levar um desconhecido para casa é se apresentar em termos particulares, no íntimo; já levar o desconhecido ao espaço de trabalho é colocar-se sob o olhar e o julgamento de um patrão, assumir o risco da ação do outro. O fato é que não marcar a entrevista não é só a negação desta, mas a avaliação das condições e empenho para que ela ocorra. O Sr. Damásio não estava pronto.

No dia 21 de março de 2018, mais uma ligação. O Sr. Damásio não havia chegado do trabalho. Três dias depois, num sábado, bem-humorada e sensibilizada com as tentativas de contato, Dona Elza atende a ligação e explica que “Damásio não estava [...] tava na rua, é um andarilho porque não paga passagens”⁴⁵. Na semana seguinte Willian, a pedido de Sr. Damásio, ligou e marcou uma entrevista.

4. CONTEXTOS

Era hora do almoço; encontro Edgar, que é tão importante ao Sindimetal-Rio, nos fazeres diários, que mais parece uma entidade de resolução de todos os setores. Ao seu lado, Severino, 57 anos, torneiro mecânico CNC⁴⁶, diretor sindical e morador do Cachambi – Zona Norte do Rio de Janeiro. Ele não me esperava, mas havíamos marcado no evento de lançamento da pré-candidatura à presidência de Manuela d'Ávila uma entrevista sobre as cooperativas e sua relação com o sindicato. Sem susto, Severino assentiu para que a entrevista acontecesse naquele dia.

No térreo, ao fundo da portaria, um espaço amplo e com palco, cenário de muitas assembleias, lutas e disputas, um lugar tão ventilado que parece respirar autônomo ao calor do verão carioca. Pela manhã, em dias comuns, funciona o restaurante da Lili, uma interseção entre diretores sindicais, advogados, moradores da Mangueira, representantes de empresas e outros visitantes ilustres, ou nem tanto, e em cada segunda sexta-feira do mês somam-se a esses os velhos comunistas, militantes, partidários e opiniosos do Grêmio dos Aposentados,

⁴⁴ Conversa com o Sr. Damásio, ligação realizada no dia 17/03/18.

⁴⁵ Conversa com a Dona Elza, ligação realizada no dia 24/03/18.

⁴⁶ Antes só torneiro mecânico, mas com a introdução da informática e robótica, tornou-se torneiro mecânico comando numérico computadorizado – CNC.

reunidos para tomar cerveja preta, almoçar e discutir política, e assim mantém-se vivo o que não pode ser morto. O sindicato, um espaço de memória e de diálogo.

Em primeira pessoa. Volto ao sindicato seis anos mais velha, antes uma auxiliar da pesquisa de uma doutoranda, depois a estudante de extensão da UFRJ, e então funcionária daquele sindicato, agora uma pesquisadora. Essas credenciais permitiram a Severino um olhar particular sobre esta pesquisa; o eu pesquisadora não transitava ali como estrangeira e, com isso, ele não só doou seu tempo para discorrer sobre as cooperativas, mas também acionou um ferramenteiro, sindicalizado e amigo, pois o tio deste, Sr. Honório, 72 anos, morador do Jacaré/Zona Norte do RJ, foi trabalhador da Parafusos Águia, acompanhou o processo da Cooparj e durante muitos anos geriu o espaço da fábrica no bairro do Jacaré.

A entrevista com Severino ocorreu, e ao fim um compromisso foi firmado: ir juntos à casa do Sr. Honório, a fim de entrevistá-lo. No fim do expediente do Sindimetal-Rio, por volta das 18h, numa caminhada curta pelo Largo do Pedregulho, um ponto de ônibus cheio, e alguns muitos minutos no trânsito até a chegada ao centro do Jacaré. Bancos, supermercado e muitas casas de muro baixo, entre elas um muro azul e um portão largo: era a rua da Parafusos Águia e também o endereço do Sr. Honório.

Ao entrar na casa para a entrevista, a TV estava ligada num programa policial, que permaneceu durante todo o tempo e ganhou olhares atentos ao que era noticiado. Lá estávamos, a pesquisadora que conhecia o sindicalista, que era amigo do ferramenteiro, pai da criança que nos acompanhava, que era sobrinho-neto do aposentado, este ex-funcionário da Parafusos Águia, o não cooperado. Com o tardar da noite Severino foi embora, a entrevista demorou um pouco mais, o suficiente para ouvir do ferramenteiro que estava ali que “se precisar de qualquer coisa, estamos aqui”; essa disposição não era um afago a minha simpatia, mas o compromisso de parceria e confiança estabelecido com Severino, seu amigo, e, embora não fosse esse o filtro de sua confiança, ele era também o representante sindical de sua categoria.

Intermediada por Sr. Damásio, a entrevista com Willian Thompson, 52 anos, metalúrgico, morador do Jacaré/RJ, aconteceu. Numa ligação rápida, foi decidido que a Rua Ana Neri, 152 – Benfica/Zona Norte do RJ, endereço do centenário Sindimetal-Rio, seria um local capaz de mediar a distância entre Bonsucesso e o Jacaré. Pontual, expressamente às 10h, Willian estava no sindicato, espaço que havia muito tempo não visitava; olhou atentamente algumas mudanças na estrutura no prédio e disse, “a gente vinha aqui [...] era

forte esse sindicato lá na empresa [referência à Parafusos Água]”⁴⁷. Sentados à mesa do restaurante da Lili, a entrevista aconteceu.

Como aponta Carriço (2013), as “empreitadas etnográficas” nem sempre carregam narrativas hilariantes e de grande fôlego, mas rasgam véus de “ilusões bibliográficas” carregadas de higienização contextual e categorias abstratas apartadas da experiência que a alinha. Para exercício etnográfico, o autor orienta:

É preciso, enfim, que o pesquisador tenha em mente seus objetivos e seus métodos, especialmente ao escrever suas obras, e isso implica uma reconstituição e uma explicação (ao menos para o próprio pesquisador) das próprias “escolhas” em campo: Quem ou qual narrativa selecionamos para estruturar nossas análises? Por que ou qual o caminho que percorremos até seus usos? De que maneira utilizamos ou concedemos significados distintos aos dados que construímos e mesmo às pessoas com quem interagimos? Por fim, o que cada situação permite desenvolver de maneira mais fértil? Em que momento é mais produtivo fetichizar uma narrativa e em que momento esse apagamento das condições de produção se revelaria improdutivo? (2013, p. 368)

O empenho etnográfico desse estudo é atento aos conselhos de Carriço, pois a “desilusão biográfica” é necessária, não apenas no ato de contar aquilo que não deu certo ou que não está refinado, mas desvelar o processo de construção das narrativas, apresentar identidades dos que falam e dos que são falados; além disso, permite organizar e perguntar acerca das escolhas, das ausências e dos percalços.

Como aponta E. E. Evans Pritchard:

Talvez eu deva aqui protestar contra o fato de os antropólogos escreverem livros sobre as pessoas. Um certo grau de abstração é sem dúvida necessário, ou não se chega a lugar algum, mas será que é realmente necessário fazer de seres humanos – um livro? Acho relatórios comuns de pesquisas de campo tão chatos que chegam a ser ilegíveis – sistema de parentesco, sistemas políticos, sistemas rituais, todo tipo de sistema, estrutura e função, mas bem pouca carne e sangue. Raramente se tem a impressão de que o antropólogo alguma vez sentiu-se em comunhão com o povo sobre o qual está escrevendo. Se isso é romantismo e sentimentalismo, bem, aceito a pecha. (1973, p. 255)

Sem uma localização exata entre as técnicas sociológicas e da antropologia social, disposta a enfrentar tal confusão de formar-se e, na busca por um dissertar “desiludido bibliograficamente”, aceito a acusação de “romantismo ou sentimentalismo” ao escrever, pois, mesmo diante da teoria mais acertada, o objeto da sociologia é humano, ainda que com os seus relevantes níveis de abstração.

⁴⁷ Conversa com Willian antes da entrevista, em 28/03/2018.

CAPÍTULO 4 – RECUPERANDO FÁBRICAS, MEMÓRIAS E REPERTÓRIOS

Neste capítulo, o coração da dissertação, serão analisadas as entrevistas com os trabalhadores da extinta Cooperativa de Parafusos do Rio de Janeiro, e também com um ex-trabalhador da Parafusos Águia e com o diretor sindical atuante na empresa que deu origem à Cooparj. O objetivo é reconstruir memórias e suas interseções como parte do substrato que compõe a linguagem do repertório de ação da classe trabalhadora fluminense.

1. NARRATIVA DA VITÓRIA

A revista *Proposta*, vinculada à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educativa (Fase), do ano de 1997, tem estampada em sua capa a imagem da, então, recente Cooperativa de Produção de Parafusos. A capa não era à toa, era a representação de uma vitória. Lia Tiriba, no artigo intitulado Cooparj, apresenta uma densa compilação de entrevistas com os cooperados, nas quais são tratados os elementos constitutivos da forma de organização do trabalho e dos significados que moveram o início da cooperativa.

Para recuperar memórias é necessário reconstituir o passado, não para usá-lo como resposta ao presente, mas para alinhar diálogos. Por isso, revisitar as entrevistas é reconstituir uma parte da experiência desses trabalhadores, é a classe operária em primeira pessoa num tempo passado.

Para Tiriba, o caminho da Cooparj inicialmente operou por princípios fundamentais, dentre os quais: o espírito de ajuda mútua e a solidariedade na relação com outro. Na jovem cooperativa, essas relações teriam um caráter de informalidade tanto na esfera interpessoal como profissional. Essas relações de proximidade e informalidade são a chave, segundo a autora, para uma “forma participativa e solidária” (1997, p. 70), meio pelo qual se atingiria a inexistência de hierarquia.

Autogestão é caminho, não chegada (Pires, 2016). Por isso, ainda que se tenha a marca da informalidade nas relações entre os trabalhadores, isso, por si só, não é suficiente para atestar o fim da hierarquia, no máximo representa um meio de contestação e diminuição desta. Segundo Tiriba, a Cooparj era setorizada da seguinte forma: coordenação-geral, coordenadores de área e trabalhadores; esses setores se relacionavam diretamente, o que possibilitava a resolução dos conflitos cotidianos de forma desburocratizada, contribuindo para o aprofundamento do trabalho, em pleno sentido cooperativo.

PROPOSTA

Revista trimestral de debate da FASE • Ano 26 • Setembro/Novembro de 1997 • Nº 74 • Preço: R\$ 6,00

MARCOS ARRUDA

Globalização e Sociedade
Civil

GRAZIELA DE OLIVEIRA

Os Movimentos Sociais
Frente a Reestruturação
Produtiva

DELÚBIO S. DE CASTRO BERNARDO G. MACEDO

O FAT e o Sistema Público
de Emprego

ENTREVISTAS

- Walter Barelli
- Guiba Navarro

REGINA LEITE GARCIA

A Educação numa Plataforma
de Economia Solidária

ANTONIO CARLOS DA SILVA

Currículo Escolar e Formação
de Professores

LIA VARGAS TIRIBA

Cooparj- Cooperativa de
Parafusos do RJ



ECONOMIA SOLIDÁRIA ::

FASE

(Figura 1 - Capa da Revista *Proposta* de 1997)

Ao dividir tarefas além de suas funções específicas, os trabalhadores construíram no espaço fabril uma relação de aprendizado, característica fundamental para o que Tiriba chama de “processo de tornar-se autônomo”; desta maneira, “os trabalhadores vão além

do cumprimento de tarefas específicas, participando e interferindo em outras atividades do processo de trabalho; socializando conhecimento e experiência” (1997, p. 69).

Uma questão substancial para pensar a hierarquia é o papel desempenhado pela liderança. Na cooperativa, a figura do patrão inexistente, assim como o chefe de repartição, todavia, há o presidente, uma posição à frente dos demais no que se refere à condução e representação do empreendimento. Longe de discutir com profundidade a representação e o papel desta no organograma contratual que rege a vida em sociedade, pois para tanto seria necessário voltar-se aos clássicos da ciência política e, também, aos que dizem hoje ser necessário democratizar a democracia, como é caso de Boaventura Santos⁴⁸.

Neste estudo, a ideia de representatividade é polivalente. Apresenta-se tanto verticalmente, isto é, quando o indivíduo em função de uma posição detém mais poder em relação aos demais, porém não pode ser destituído ou dificilmente será de sua posição, quanto numa perspectiva horizontal, quando o indivíduo acumula, em concessão de outros, uma posição de maior poder sobre determinada situação, condição essa capaz de ser suspensa a qualquer momento. Obviamente, o grau de estabilidade dessas duas condições é diferente, e a aplicação real dessa variação também.

O fato de considerar um presidente ou uma liderança não é o argumento definidor nem de alteração, nem de quebra hierárquica. No que se refere ao papel de liderança, Elpídio, um cooperado, diz o seguinte: “o Evaldas tem o direito que nós demos a ele, cabe a ele acabar de ajustar o pessoal [...] cooperativa é um caso de cooperação entre o grupo” (1997, p. 70).

No relato de Elpídio, embora haja diferenciação, o papel de liderança está associado à própria ideia de cooperação, como uma necessidade para estabelecer o todo; o trabalhador se vê representado, mas se reconhece naquele que o representa. Diferentemente da comumente vista relação eleitoral em que os eleitores votam, sabem que são “representados”, mas operam isso genericamente, pois não reconhecem aqueles que o representam, nem com eles estabelecem qualquer laço. A liderança na cooperativa idealmente é descortinada e sua representação carregada, e depende dos vínculos produzidos no espaço da fábrica e fora dela.

⁴⁸ Ver em: SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Para Tiriba, “além da produção de parafuso (material), atividades como assembleia, reunião e formação profissional são consideradas trabalho” (1997, p. 70). Pois bem, esse é um redimensionamento perceptivo do trabalho para além dos limites da mercadoria. Evaldas, ex-presidente da Cooparj, converge ao dizer que “até mesmo a conversa que estamos tendo agora com vocês [referência à entrevista] é trabalho. Mesmo que a *máquina esteja parada, é trabalho*, uma vez que o objetivo é melhorar a cooperativa” (1997, p. 70).

Essa extensão compreensiva é um reencontro do trabalho com sua humanidade, em uma lógica inversa à mercantilização do corpo e a da monetarização absoluta do tempo. O ato de produzir deixa de ser o artefato/mercadoria e passa a ser a capacidade de agir sobre toda a realidade e relações sociais. Essa concepção do trabalho, no caso da Cooparj, não pode ser entendida como uma expressão pura e contrária ao trabalho oco, mas uma tentativa contrariadora do modelo disciplinador capitalista.

A associação do tempo ao dinheiro é a marca temporal do capitalismo, de modo que considerar que uma máquina parada é trabalho subverte a lógica de mercado. O tempo é relativo: sua medida existe em relação ao mundo para o qual significa. Para os Nuer (população da região sul do Sudão organizada em clãs), estudados por Evans-Pritchard (2002, p. 114), o tempo era estrutural, marcado por um estranho relógio: o movimento do gado. O lavrador pré-Revolução Industrial contestava o relógio como medidor do tempo, a referência eram as atividades desenvolvidas do amanhecer ao anoitecer (Thompson, 1998). Tanto os Nuer quanto os lavradores eram sujeitos do seu tempo, pois tempo é espaço inventivo de atribuição do fazer humano. Conforme Mario Quintana (2013, p.284): “o tempo é um ponto de vista dos relógios”.

Como aponta Tiriba, o modo de distribuição das tarefas e a composição dos ritmos de produção fazem parte do processo de construção da autonomia; na Cooparj “não é a diretoria que define, mas cada trabalhador decide sobre seu horário, considerando suas necessidades e objetivos de produção” (1997, p. 71). Isso não implica a ausência da disciplina, embora seja flexível a organização e execução das tarefas de produção; ainda assim, esta é submetida à demanda externa, e só a equalização de produção e da demanda garante ao fim do mês o retorno em dinheiro para os cooperados.

Contudo, o tempo na cooperativa, como diz Evaldas, “não é tocar a sineta e agora começa todo mundo a trabalhar! Qual a hora do almoço? Eles mesmos resolvem, eles mesmos fazem o horário” (1997, p. 71). Assim sendo, o mecanismo de ligação entre

autonomia dentro da cooperativa e demandas do mercado é a: autodisciplina. O trabalhador não está livre para decidir seu horário, mas ativo para discorrer e contestar uma determinada distribuição do tempo sem, com isso, pôr em risco sua condição de cooperado. Elpídio, operador de máquinas, diz o seguinte:

Tem certas pessoas que são mais difíceis para entender a moral da história. Se é uma cooperativa, em tudo ele tem que dar uma parte. Ainda não chegamos no ideal de todo mundo fazer tudo, mas isso pode corrigir. Cada um tem seu ritmo para chegar lá. (TIRIBA, 1997, p. 71)

Tiriba analisa que para alguns trabalhadores a flexibilidade é negativa, como relata um cooperado ao dizer que: “toda diretoria deveria chegar na cooperativa no horário comercial; [...] precisa chegar mais cedo para dar exemplo e desempenhar melhor o seu serviço” (1997, p. 71). A jornada de trabalho acha-se em descompasso, pois a execução da tarefa de um diretor de vendas é diferente de um controlador de máquina, visto que determinadas tarefas exigem relações temporais distintas.

Volta-se a uma questão clássica: como tratar de forma igual os diferentes? Flexibilizar o tempo sem repensar a divisão do trabalho é um ciclo de reprodução deste. Quem pode usufruir ou maximizar o tempo? Certamente não será o trabalhador que manuseia a máquina, pois cada parafuso produzido é a conjugação de tempos diferentes, o tempo da máquina e o tempo do trabalhador.

À vista disso, o trabalhador operador de máquina não lida com o seu tempo sozinho, uma vez que está atrelado à vontade soberba do maquinário. Superar o tempo imposto pela máquina não é uma decisão individual, mas coletiva, e só será revertida numa divisão do trabalho efetivamente horizontalizada e reorganizada. Enquanto um único trabalhador lutar para viver e definir seu tempo, haverá sempre a escolha entre improdutividade ou incompreensão das necessidades da produção.

Ainda sobre a jornada de trabalho, outro cooperado sustenta que “gostaria que a Cooparj tivesse uma carga horária com hora de pegar e hora de lagar, para todos iguais” (1997, p. 71). Esse recorte, segundo Tiriba, se trata de uma demanda por maior rigidez cujo princípio organizativo seria o oposto da flexibilidade oferecida naquele momento do empreendimento. Não obstante, mais do que definir o nível de rigidez ou flexibilidade, é necessário discutir o como e sobre quais pilares se constrói uma divisão do trabalho justa, atenta às diferentes funções e às cargas físicas, psicológicas e simbólicas que a circundam.

Tiriba diferencia o que chama de *cooperação capitalista e espírito de trabalho coletivo*. O primeiro trata-se de um modelo de competição entre as equipes que produzem, motivadas pelo egoísmo coletivo e incentivadas pelo corpo empresarial, a fim de manter sua dominação. O espírito de trabalho coletivo “tem como essência e como pressuposto a constituição de relações de trabalho baseados na solidariedade e na ajuda mútua, não mais imposta, mas voluntária” (1997, p. 71); a autora considera que essa vontade insurge o ato político de oposição à dominação capitalista.

Para Tauile, “nas empresas de autogestão, o objetivo de flexibilizar a produção deve ser mantido, mas sem precarização, com baixa rotatividade e manutenção do número mínimo da qualidade dos postos de trabalho, diferentemente do que vem ocorrendo, tradicionalmente, no setor produtivo” (2009, p. 324). No entanto, a flexibilização e o capitalismo contemporâneo andam cada vez mais juntos, obviamente os sentidos de tornar o trabalho menos rígido, mais flexível, passou por um processo de assimilação e deformação com conotações profundamente divergentes das medidas defendidas pelos trabalhadores e ganhou espaço no discurso político empresarial brasileiro.

Se antes a flexibilização era essência do “espírito do trabalho coletivo”, como aponta Tiriba, capaz de privilegiar o trabalho em detrimento do capital, sinalizando uma reversão e diminuição de danos do capitalismo na vida do trabalhador, hoje são cada vez mais atuais as análises de David Harvey (2008) sobre o aprofundamento da capacidade modular do capitalismo de apoderar-se de modelos que outrora colocavam em cheque suas crises e fragilidades. Como afirma o autor, a lógica de mercado tem se afirmado e reproduzido de forma cada vez mais “líquida” e “requintada”, o que aumenta o desafio de tratar tal questão.

A flexibilização nem como ato, nem como efeito é suficiente na caracterização do trabalho cooperativo; não mais. Por isso, a autogestão não negociada, não legislada confunde-se com as cartas do jogo da precarização no capitalismo contemporâneo. As cooperativas, no exercício de sua autogestão, precisam negociar, isto é, intermediar um novo debate com o mundo do trabalho, reaver as bases, discursos e projetos políticos que levanta, sem eximir-se de refletir o cooperativismo cada vez mais “desespiritualizado”.

É preciso rever o debate sobre a legislação que definiu a Política Nacional de Cooperativismo, a fim de ampliar a discussão sobre outro modo de produzir e se relacionar com o Estado. Pois, enquanto o cooperativismo empresarial for régua para

medir empreendimentos que buscam seu contrário, sempre se estará aquém de atender tais pressupostos e qualificações.

Quanto à formação dos trabalhadores, em 1997, quase todos os cooperados tinham o primeiro grau completo, somente alguns o segundo grau completo, apenas um o nível superior completo e os demais eram analfabetos (TIRIBA, 1997). A ideia de formação não se relaciona estritamente com o saber escolar, formar-se também está na socialização do saber no espaço de trabalho. Que tipo de formação interessa a quem? Para Alcântara, há uma diferença na formação da empresa e naquela buscada na cooperativa; segundo o trabalhador, “tinha formação na Águia, mas era só pra beneficiar a firma eles [os trabalhadores] deveria ter curso para beneficiar as pessoas e não a firma” (1997, p. 72).

O que habilita o saber de um trabalhador? A abordagem tecnicista é convocada erroneamente para interligar aprendizagem e trabalho, restringido o saber a uma lógica procedimental ou a aplicação de manuais. Diferentemente disso, a relação aprendizagem-trabalho não tem por fim a execução do trabalho manual e seu escopo tecnológico. Habermas (2009) observa a consciência tecnocrática como uma ideologia camuflada e capilarizada na sociedade; sua serventia está na manutenção do sistema capitalista e na revalorização do capital. Um tipo de racionalidade de nascedouro do homem especialista, dono da técnica e que faz sua história, mas não é consciente dela, pois a técnica como fim controla até a forma mais íntima de sua personalidade.

Tiriba aponta que para os diretores da cooperativa a “força de vontade” é a explicação inequívoca para o enfretamento das condições de trabalho. Vontade, uma forma exagerada de aprender. Evaldas diz que “houve aumento do conhecimento, houve trabalhador que na Águia não soldava, hoje solda muito bem. Se tivesse oportunidade de fazer um curso de solda no Senai, seria excelente” (1997, p. 72).

Soldar é uma atividade diretamente fabril; considerar um trabalhador que não soldava e passa a executar a tarefa é, de certo, natural aos olhos do senso comum, faz parte da natureza do trabalho, diriam. Ora, essa natureza pode, por diferentes justificativas, ter uma escala de diferentes saberes, que não são exclusivamente materiais e manuais. O trabalho apartado de sua vontade, de seu processo de aprendizagem, da sua consciência de transformação, da sua inventividade e agência, é alienado.

O trabalho alienado, como observa Marx (1998), provoca um estado de convulsão da relação do homem com sua humanidade, com seus iguais e também com a natureza. Um movimento de afastamento do processo criativo e pensante das relações envolvidas no trabalho, tornando-as irreconhecíveis na realidade. Restando apenas uma relação coisificada, alheia, estranha e reificada. Mas trabalhar é vontade, é agir, é pensar; ao menos, é o que poderia ser. Jairo, trabalhador da Cooparj, diz: “Pôxa... o trabalhador é capaz de pegar uma firma falida e continuar a fazer porque é ele quem trabalha, não é o dono que faz o trabalho” (1997, p. 72).

Nem só de teoria viverá uma cooperativa. Longe de resolver tal questão do que vem antes, a prática ou a teoria, há duas saídas para recompor-se diante dessa afirmação. A primeira, considerar que a teoria é um tipo de referência, meio pelo qual orientamos o comum, aquilo que concordamos, ainda que parcialmente. Teoria não é uma “coisa” atemporal, é acontecimento, experiência e experimento⁴⁹.

É improvável que, no curso da vida, para cada decisão prática haja um livro aberto, porque o acesso às referências com a quais concordamos ou discordamos pode estar ao mesmo tempo nas elaborações intelectuais e no aprendizado prático, no vivido. A noção de processo permite considerar aquilo que teoricamente fundamenta uma prática e, inversamente, a prática que orienta um fundamento teórico.

Tiriba relata que na Cooparj “a formação [sobre cooperativismo] fica restrita ao próprio processo de trabalho, informalmente, socializam seus conhecimentos” (1997, p. 73). Isso implica dizer que o máximo de cooperativismo possível de definição está dentro da experiência particular de autoconstrução da cooperativa, do encontro de suas referências, do modo como se reconhece o empreendimento e o comunica. O cooperativismo viabilizado pela autogestão não está com os convencidos no plano teórico, tampouco com os seus contrários, mas com os experimentadores; nesse caso, com os trabalhadores.

Se, para Alcântara, na Cooparj “não sobrou tempo para formação” (1997, p. 72), para Jairo, “[...] muitos trabalhadores são induzidos a ser um cooperativado, sem de fato compreender seu significado. É importante que todos saibam o que significa uma cooperativa” (1997, p. 72). A disputa por tempo para significar faz parte do processo de

⁴⁹ Reportagem: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/20/ciencia/1519150633_000516.html. Acesso em: 14/04/2018

aprendizagem, autonomia e consciência de si, fundamental para um sujeito sem tempo, sujeito de um tempo.

A Cooparj produzia diferentes tipos de parafusos que atendia, principalmente, empresas e fábricas de móveis e alumínio, como, por exemplo: Mito, Nacional de Rebites e Ceflam. O território de atuação das vendas se dava no Grande Rio, Campos, Friburgo, Niterói, Petrópolis e Paraná. A principal concorrente de mercado eram as empresas MEGAFIX e SOFIX, que importavam parafusos de Taiwan, planta produtiva mais barata, e vendiam seus produtos com preços menores no Brasil (TIRIBA, 1997).

Para manter melhores condições de trabalho e competitividade, a Cooparj apostava na qualidade dos produtos, a partir da herança de credibilidade deixada pela Parafusos Águia, que teria na época 50 anos de mercado, com bons produtos e com alta durabilidade (TIRIBA, 1997). Porém, manter essa reputação também implicou o aumento de carga horária e intensidade no trabalho; são regras que se impõem na corrida leonina do mercado.

Para aumentar a produção, funcionários foram contratados, antes mesmo da discussão sobre as formas de ingresso de novos membros cooperados. Ser funcionário configura o primeiro passo para acessar a condição de cooperado, que só se concretizaria depois de cinco anos de experiência via contrato. Para Jairo, no tempo de experiência, “eles [contratados] têm cinco anos para mostrar que é bom” (1997, p. 73). Aqui, como em outras demandas da cooperativa, a prática para garantir produção vem antes da decisão sobre os princípios pelos quais serão geridos.

Quanto à divisão das riquezas, os cooperados não recebem salário, fazem retiradas; isso ocorre mensalmente sobre parâmetros preestabelecidos em estatuto, mas corresponde também ao próprio andamento da produção, vendas e demandas. Como aponta Tiriba, a proposta inicial da Cooparj, em 1997, ou melhor, a proposta ideal, comportava quatro níveis salariais, que variavam entre R\$ 1.220 e R\$ 1.700, valores acima do mercado, equivalentes a mais de dez vezes o valor do salário mínimo da época, que era R\$ 120. Esse valor representava o patamar estipulado pelos trabalhadores para “garantir condições dignas de vida para si e para os familiares” (1997, p. 74).

Todavia, Tiriba observa que “na prática a cooperativa optou por remunerações mais baixas [...] em assembleia decidiu-se que a diretoria ganhava mais devido a responsabilidade” (1997, p. 74), e entre 1997 e 1998 não houve retiradas integrais, como

aponta a pesquisadora; só houve algumas retiradas de valores numa média de R\$ 250, ou 1,9 salários mínimos. Contudo, a forma que orientou a cooperativa, e que possivelmente foi aplicada nos anos posteriores, ocorreu da seguinte forma:

Tabela 1
Retirada do cooperado qualificada segundo função e o salário mínimo

Função	Níveis Salariais	Fator de Multiplicação do Salário Mínimo	Retirada Final
Diretoria	1	5,83	R\$ 700,00
Operários	2	4,17	R\$ 500,00

Fonte: Elaboração própria com dados de Tiriba, 1997.

O rateio das sobras/lucros que ocorreria a cada fim de ano, e tinha sua previsão em estatuto, compôs outro aspecto de divisão de riqueza (TIRIBA, 1997). Numa empresa comum, com diferentes associados, cada indivíduo tem uma ou mais ações, um percentual de domínio sobre os bens totais desigualmente divididos. Na cooperativa, essas partes são chamadas de cotas, e dentre os 44 trabalhadores da Cooparj houve diferentes cotas. O investimento inicial para montar a cooperativa tem valores atrelados às indenizações pagas pela Parafusos Águia e/ou poupanças de alguns trabalhadores; os que receberam maiores indenizações contribuíram mais no capital inicial, outros, menos, e alguns, sem reserva, não contribuíram financeiramente.

Esse quadro variável de investimento caracteriza, numa empresa comum, o nível de domínio sobre o empreendimento, demarcando uma posição desigual entre aqueles com mais ou menos dinheiro. Na Cooparj foi diferente: todo trabalhador, independentemente dos valores investidos, recebia a mesma cota, ou seja, teve o mesmo domínio sobre a riqueza produzida, mas para atender a esse pressuposto, foi preciso solucionar a desigualdade dos investimentos individuais iniciais.

Para tanto, os trabalhadores fixaram uma dívida coletiva, uma dívida da cooperativa para com aqueles cooperados que empregaram a maior parte do capital inicial, assim, à medida que aumentasse a capacidade financeira da cooperativa, os cooperados seriam restituídos. Nesses moldes, a Cooparj não pode ser encarada como um balcão de negociação e acúmulo de propriedade individual, nem um igualitarismo incapaz

de reparar diferenças, mas atenta ao trato coletivo daquilo que é individual. Medida importante, já que a maioria dos trabalhadores gastaram suas economias e contraíram dívidas com as investidas no empreendimento.

Dito de outra forma, o pacto de divisão de riquezas, mais do que estreitar diferenciações sobre o tamanho da propriedade individual, alargou o mecanismo para tornar coletivo aquilo que, por ora, não pôde ser coletivo. O que implicou a garantia de agência sobre a Cooperj como um direito, e não como um ingresso pago. Isso porque, como considera Tiriba, “independente do valor que cada um tenha investido, todos têm os mesmos deveres e direitos no empreendimento coletivo” (1997, p. 74).

Tiriba questiona os trabalhadores sobre a relevância da experiência na Cooperj, com uma pergunta bem próxima ao que comete esta dissertação, mas a conjuntura da pergunta mudou. Após dois anos de funcionamento da Cooperj, dois cooperados alegaram que não repetiriam a façanha de criar uma cooperativa; os motivos da negativa são a demora do acontecer e a dificuldade para conseguir sustentar suas famílias (TIRIBA, 1997).

Já outro cooperado diz: “eu voltaria, mas com pessoal reduzido e com pessoas responsáveis” (1997, p. 75). Em direção parecida, outro trabalhador esclarece que para repetir seria necessário atender o seguinte: “só colocaria cooperativado que soubesse exercer sua profissão e pessoas que se empenhem bastante” (1997, p. 75). Como analisa Tiriba, para repetir um processo de recuperação, os trabalhadores estabelecem novas condições, mais delineadas com aquilo que esperam na relação com os colegas de trabalho; e, ainda, com a máquina e o produto, visto que é necessário saber executar a atividade-fim que define uma profissão.

A decisão de participar ou não de um novo processo de recuperação é um exercício de olhar a história crua, e a partir dela conjecturar um plano do passado capaz de assentar opções que poderiam caber melhor no futuro. Como diz José Saramago, “toda compreensão do mundo e da vida só poderá ser ficcionante, histórica para o passado, caótica para o presente, utópica para o futuro” (1999)⁵⁰. Criar novas condições para o futuro, pensar o feito como ineficiente ou caótico é resguardar-se da utopia necessária

⁵⁰ O texto pode ser encontrado em: <https://www.josesaramago.org/a-invencao-de-presente/>. Acesso em: 20/06/2018.

para acertar mais; o futuro utópico da Cooparj é desenhado como algo que poderia ser melhor.

A medida significativa da experiência sempre é maior do que a compreensão no ato de elaboração. Como num fosso temporal, o que significa e quais as condicionalidades para significar são delineadas com múltiplos sentidos, do que foi, do é e do que ainda pode ser. Como sustenta Manuel, operador de máquina, sobre o sentido da experiência na Cooparj: “você empregado é igual um animal preso. Ninguém nunca vai esquecer o que passou aqui. Tá marcado na vida de cada um” (1997, p. 75).

Assim como para Manuel, o desprendimento do trabalho assalariado, da condição de empregado, quando visto para além do desemprego, tem um gosto de protagonismo, possibilidade de destino não subordinado a alguém. Essa é uma característica em comum entre as falas dos trabalhadores da Cooparj, o sentir-se capaz e responsável pelos caminhos trilhados; mas quais os limites entre a liberdade de agência e as prisões em ser dono de um negócio? Trabalhar sem patrão é estar livre? Perguntas retóricas são sempre uma boa saída quando não se pode definir em absoluto, já que algumas condições comportam tanto liberdade quanto prisão, e esse parece ser o caso da Cooparj.

Manuel tem marcas, e a tentativa de atribuir análises sobre a experiência dele é como explicar uma piada e, com isso, obter poucos e enfadonhos risos; por motivos como esse, a tentativa aqui não é explicar, mas rearranjar um modo com que percebamos a narrativa e seu contexto de produção.

Observar as palavras no seu sentido literal revela sua historicidade; seu significado não aparente, pode, evidentemente, confundir. Ora, encontrar-se confundido é também parte do identificar e do conhecer. É espantoso que a palavra trabalho tenha sua origem no vocábulo latino *tripallium*, três paus usados na lavoura no período medieval, por volta do século VI, que depois passaram a ser usados como requinte de tortura a serviço dos romanos. Trabalho estaria associado à dor e ao sofrimento. Evidentemente, o trabalho foi ressignificado. Já no fim do século XIX temos Weber (2004) analisando um tipo de ética protestante, calvinista, para o qual o trabalho era uma dádiva divina.

Todo esse rebuliço breve sobre a origem da palavra trabalho é para identificar aquilo que a compõe. Trabalho, num tempo vestido de tortura e noutra de dádiva, se diluiu na ideia do trabalho assalariado e continua a passar por ressignificações, como aponta Castel (2015). O atravessamento de significados não é escolha, mas atribuímos sentidos

convenientes; posto isso, o trabalho assume uma bipolaridade em que o esforço, o cansaço, o sofrimento se correlaciona com prazer, satisfação, liberdade, e os limites dessa relação são relativos. Se o trabalho é denúncia quanto a uma condição desumana, pode, ao mesmo tempo, ser um gosto, um modo bom de viver. As marcas do trabalho de Adelino, técnico mecânico, são “gostosas”, segundo ele, na Cooparj: “hoje somos irmãos, somos uma família [...] hoje não é só ganhar dinheiro [...] é gostoso, é delicioso vir trabalhar...” (1997, p. 75).

Dotar algo ou alguém de valor é outra mudança significativa, o trabalhador como custo, como salário é inanimado, é dinheiro. Paulo, operador de máquinas, diz: “aqui [na Cooparj] a gente dá valor a gente mesmo”, e acrescenta: “a máquina comigo está trabalhando melhor” (1997, p. 75). O trabalhador Adalto, em primeira pessoa:

Eu estou aqui e sinto que é minha casa. Fico aqui de segunda a sábado. Sinto vontade de crescer. Amanhã um dia melhor virá. Estou trabalhando no que é meu, tentando fazer um futuro melhor, dar uma vida melhor para minha família. (TIRIBA, 1997, p. 76)

Na cooperativa há distinções na posição do trabalho, aquele que opera a máquina, outro que atua externamente com vendas e o que preside o empreendimento, porém, todas as atividades são exercidas por trabalhadores: trabalhador que é gerente, trabalhador presidente, trabalhador operador. Para Jorge, “a cooperativa foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Podem me pagar milhões para trabalhar com patrão, eu não vou” (TIRIBA, 1997, p. 76).

Para Tiriba, o cooperativismo popular tem por substância a coragem, confiar em si e no outro diante do que se impõe. Sobre isso, Elpídio, operador de máquinas, diz:

É muito bonito, tem que ter coragem, amor pelo trabalho... Na Águia, eu operava sete máquinas, aqui eu posso operar quatorze, mas o lucro é nosso. Eu me decepcionei com o patrão. Eles chuparam meu sangue... o meu não, *o nosso*. Primeiro, aqui eu não vejo a cara do patrão; segundo, não tem que dar satisfação. Terceiro, estou dando valor a mim mesmo. Eu não vou mais dar lucro para o patrão [...] ele ganhou muito dinheiro com o meu trabalho [...] Será que o Brasil estava preocupado para há dez anos atrás tomar esta atitude? *Qualquer caminho é caminho*. Nós descobrimos este caminho maravilhoso. Cooperativa de produção é diferente. Esta é uma das primeiras no país. Eu já vi as coisas não darem certo de cima pra baixo, mas de baixo pra cima tem que dar certo. (TIRIBA, 1997, p. 76)

O relato de Elpídio não é a síntese, nem o trecho, é o próprio significado da ação de construir uma cooperativa popular, é o ato literal de anunciar, como ele bem fez o caminho até ali encampado. No ano da publicação do artigo de Tiriba, em 1997, os desafios eram muitos, dentre eles: criar e aprofundar os mecanismos de organização do trabalho, lidar com a falta de apoio governamental para cooperativas populares, falta de capital e, ainda, os medos de como a Cooparj continuaria diante de uma renovação de quadros. Para Evaldas, renovar era uma transformação central, pois os trabalhadores acreditavam que a cooperativa se transformaria numa:

[...] grande empresa, mas não vai ser com a direção que está aqui, a gente vai estar fora [...] A primeira diretoria é que rala mais [...] Uma coisa que me preocupa bastante é que muitos já estão aposentados, outros já que muitos já estão aposentados, outros já estão chegando na aposentadoria. Daqui a pouco o pessoal vai largar isso. E como é que vai ficar a cooperativa? Quando alguém traz o filho dele aqui eu vibro. (TIRIBA, 1997, p. 76)

De lá para cá foram 19 anos de funcionamento da Cooparj; novos trabalhadores entraram em cena, alguns deixaram o empreendimento e outros ainda vivem com dívidas, com as máquinas e com os colegas daquela época. O título, narrativa da vitória, não é uma conotação cujo contexto não corresponde ao sentido literal; a Cooparj foi uma vitória, porém, a experiência não é um quadro paralisado, em que fixamos uma condição que melhor nos atende, é processo. Por isso, se a preocupação de Evaldas era como a cooperativa iria continuar, a preocupação aqui é o que ficou da experiência que não continuou, porque “a vida não é ordeira, por mais que tentemos pô-la em ordem, bem no meio dela morremos, perdemos uma perna, nos apaixonamos, derrubamos um pote de geleia” (GOLDBERG, 7, 1994)⁵¹; a vida é feita de descontinuidades.

2. COOPARJ E SINDICATO: APROXIMANDO DISTÂNCIAS E OBSERVANDO RECUSAS

A separação entre sindicato e cooperativa é dada pela própria legislação sindical, no entanto, o sindicato e a cooperativa não são contrários (Pires, 2016). No caso das cooperativas de produção, sobretudo nos empreendimentos recuperados através de processo de negociação da massa falida, o sindicato assume uma função motora para a cooperativa, tanto no acesso à estrutura formal, que corresponde ao departamento jurídico

⁵¹ Resenha do livro: <https://karinakuschnir.wordpress.com/2016/10/06/menteselvagem/> Acesso em: 26/06/2018.

e suas atribuições, quanto no acionamento de uma rede de acolhimento das pautas mobilizadas para o êxito da cooperativa autogerida.

No caso dos trabalhadores que protagonizaram a Cooparj, a ruptura com o sindicato foi já no início da empreitada; os 19 anos de experiência da cooperativa foram marcados pela *não relação* com o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, aquele que os representava na empresa Parafusos Águia. Conforme Castel (2015), uma *não relação* também é uma relação. Embora divorciados do ponto de vista formal, a Cooparj e o Sindimetal-Rio são atravessados por pautas em comum, são contemporâneos num mesmo mundo do trabalho. Até que ponto as questões do trabalho ou de uma parcela de metalúrgicos desempregados são responsabilidades de um sindicato? O setor naval, considerado estratégico e forte no Sindimetal-Rio, atravessou crises de desmonte e ausência nas fileiras sindicais, porém, a defesa dos navais, mesmo após uma ruptura com o trabalho formal, foi insistentemente presente nas reivindicações sindicais no Rio de Janeiro⁵².

No entanto, não só os navais experimentaram a expulsão do trabalho formal, mas também outros tantos metalúrgicos, dentre eles, os que produziam parafusos. O Brasil já não produz parafuso como antes, apesar de ser “essencial para toda a indústria, seja ela automobilística, seja ela naval, seja ela aeroespacial”⁵³, como aponta Severino, diretor sindical. A ausência de produção de parafuso não carrega a marca apenas da crise econômica, mas carrega sintomas da desindustrialização, da abertura do mercado e da busca, em detrimento dos trabalhadores, de plantas produtivas mais baratas.

Os parafusos continuam sendo produzidos em grande escala, em toneladas, mas em países asiáticos, China, no Japão um pouco, mas a China é que é campeã mesmo, porque fabrica tudo lá. [...] A política de Fernando Collor e FHC teve um momento que barateou muito, teve produtos que entravam no Brasil a taxa zero, quer dizer, abriu o mercado mesmo. Então entravam milhões de parafusos e não tinha nada de imposto, como o Temer faz hoje com o petróleo. (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

Longe da tentativa de qualificar a importância de determinada função ou outra na cadeia produtiva metalúrgica, o objetivo é defender que mesmo uma ruptura provocada pelo mercado ou por uma política estatal que implique o desemprego e o desmonte de um setor específico não parece desobrigar a disputa das pautas. A luta pode ser por garantir

⁵² Ver em: Pessanha, 2001.

⁵³ Entrevista com Severino em 09/03/2018.

e ampliar aquilo que se tem, mas também lutar pelas ausências, por aqueles que não estão inscritos na lista de fala de uma plenária, ou, ainda, dos forçados à inexistência e invisibilidade no mundo do trabalho. É ainda mais atual a observação de Pessanha, que:

Diante das mudanças na composição da classe operária em face das adaptações produtiva e da precarização e também no limite, da sua quase total desarticulação, tendo como pano de fundo a retração econômica e a desregulamentação das relações de trabalho, parece se tornar imprescindível definir, na prática, mecanismo de construção de novas identidades de classe e formas também inovadoras de atuação sindical. (2001, p. 102)

Sendo assim, a decisão por acolher ou não a autogestão enquanto modelo de trabalho, enquanto uma luta coletiva passível de apoio, requer uma compreensão política do papel desta pauta; olhar a relação entre sindicato e cooperativa é, portanto, observar as recusas, a sua *não relação*. Josy, ex-diretora da Cooparj, quando questionada acerca das dificuldades de implementação de outra forma de trabalho, diz o seguinte:

A adaptação [ao modelo cooperativo] não acho que foi difícil não, mas só foi complicado no início, crédito [...] a gente pediu apoio ao sindicato [...] O sindicato falou que não reconhecia a cooperativa como nada, aí não quiseram nem dar ouvidos pra gente. E os bancos, nenhum aceitava dar crédito porque dizia que só podia dar crédito se fosse à diretoria. (Entrevista com Josy em 12/09/2017)

O argumento da ex-cooperada associa o sindicato às diversas negativas e dificuldades que os trabalhadores, em processo de recuperação, enfrentaram. Coloca no mesmo patamar a recusa de um banco e do sindicato à cooperativa; a recusa de financiamento pelo banco e a política pelo sindicato se encontram e impactam gravemente o desenvolvimento da cooperativa, diferentemente do que ocorreu nos sindicatos do ABC paulista, para os quais as experiências de produzir “sem patrão”, mesmo com ressalvas, de forma comedida⁵⁴, se tornaram pauta do momento sindical. Durante toda a entrevista com Josy, a referência ao sindicato só aparece uma vez. Assim, o não apoio inicial à empreitada alongou distâncias com o sindicalismo fluminense.

Willian, ex-cooperado e ex-presidente da Cooparj, relata que mesmo o processo de negociação imediato à falência da empresa, Parafusos Águia, foi feito diretamente entre os trabalhadores, sem mediação do sindicato. Sobre a negociação das máquinas como pagamento do passivo trabalhista, diz:

⁵⁴ Ainda que a autogestão tenha ganhado espaço no sindicalismo paulista, sessões dentro da central sindical e dos sindicatos eram contrárias à pauta.

Chegamos a vir aqui [Sindimetal-Rio], mas acho que foi algum advogado externo que o pessoal conseguiu na época, foi em grupo. Então aqui, a gente não teve muito contato com o sindicato daqui. O sindicato daqui não entrou junto com a gente não. O sindicato lá na Águia era muito forte, quando a empresa funcionava, era muito forte lá, tinha uns movimentos de greve pra tentar as demandas de salários, então ele era forte, mas quando entrou com ação [pela cooperativa] não teve envolvimento com o sindicato, pelo menos eu não me lembro. Quem fez isso [negociação] foram os supervisores, o pessoal que movimentou esses grupos pra poder entrar com a ação e, de lá pra cá, o sindicato nunca mais se envolveu. Chegamos já na cooperativa a tentar alguma coisa com o sindicato, mas também não ficou nada concreto não. (Entrevista com Willian em 28/03/2018).

Willian observa o sindicato em três posições; a primeira refere-se à atuação dentro da empresa Parafusos Águia, com ações de fôlego, como as greves, a fim de garantir melhores condições de trabalho. Na segunda, o sindicato durante as negociações depois da falência da empresa e início da cooperativa, condição em que não houve nenhuma participação sindical. Por fim, a tentativa de aproximação da cooperativa com o sindicato, uma possibilidade de diálogo, mais uma negativa. Desta maneira, o apoio à situação de organização dos trabalhadores em cooperativa pelo sindicato quebrou-se quando estes ficaram desempregados.

Severino, diretor do Sindimetal-Rio, responsável pelo território que compreendia o antigo Complexo Industrial do Jacaré, acompanhou, na época, a falência da Parafusos Águia. O entrevistado aponta que a ausência nas questões que culminaram na criação da Cooparj não se trata da negação da experiência desses trabalhadores, mas na localização ideológica e política do sindicato diante do cooperativismo no Brasil encampado em propostas neoliberais. O diretor sindical argumenta:

Na raiz do problema [...] quando FHC abre o mercado aquela coisa e tal, ele também começa a fazer as propostas da reforma trabalhista no país, ele colocou no congresso, mas na época o setor trabalhista estava muito bem preparado, os trabalhadores estavam muito bem representados naquele congresso, fortalecido não só no número de deputados federais, mas na questão política de coligação lá dentro do congresso, então nós tínhamos um poder de fogo muito grande. A reforma trabalhista foi arquivada, mas só o que acontece [...] um dos pontos nervais da reforma é o das cooperativas de mão de obra. Então, o Partido Comunista, junto com os partidos de esquerda fizeram a luta titânica para que essa questão das cooperativas não se implantasse no país. [...] Então, tanto a cooperativa quanto banco de hora nesses sindicatos classistas, de origem classistas, não teriam negociação, não teria acordo. (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

O cooperativismo aferido por Severino é um recorte, um modo de aparição alavancada por setores patronais, que naquele debate sindical era travado como mais um mecanismo de precarização, contrário às lutas travadas pelo sindicato e degenerativo para os trabalhadores. A plataforma do governo FHC e as lições para entrada do Brasil no “mercado global” dava tratamento a “cooperativas profissionais ou de prestação de serviço” (Lei nº 8.949/1994) como meio de quebrar vínculos da relação empregatícia e, conseqüentemente, com as demais relações sociais entre trabalhadores, e a relação sindical estava nesse bojo. Teoricamente, o incentivo às cooperativas garantiria mais empregos, mas na prática o discurso liberal:

Possibilitava que trabalhadores se organizassem em cooperativas de prestação de serviços e executassem o trabalho dentro de uma empresa, sem caracterização de vínculo empregatício e, portanto, sem os direitos trabalhistas assegurados na legislação e na Convenção Coletiva. Essa medida abriu espaço para a criação de cooperativas com o objetivo de burlar a legislação trabalhista. Apesar da precariedade de dados sobre a sua extensão, é bastante visível a proliferação das cooperativas de trabalho nos anos recentes. As evidências empíricas indicam que elas não estão concentradas somente em setores menos dinâmicos da economia, tais como as “cooperatas” do setor agrícola e de vestuário. Também estão presentes em setores que oferecem mão de obra bastante qualificada, como centros de processamento de bancos, serviços de engenharia etc.

Segundo a OCB (Organização do Cooperativismo no Brasil), estavam cadastradas em seus registros em 31.12.1998, 1.334 cooperativas de trabalho que aglutinavam 227.467 associados e contratam 5.057 empregados no Brasil. (KREIN, 2004, p. 274)

O cooperativismo no discurso liberal reforçou a tendência para a engrenagem sutil da precarização. Identificar e absorver as cooperativas de trabalho, cooperativas de produção, entre outras, e, ainda, as cooperativas “sem patrão” e as cooperativas “a serviço do patrão” foi, e ainda é, um debate crítico no sindicalismo. Severino caracteriza o debate acerca das cooperativas de trabalho como uma pauta patronal e relata também um caso atual do Estaleiro Ilha S.A. (Eisa).

A cooperativa [...] era uma proposta dos famosos grupos patronais do país, a FIRJAN, a FIEMG e a FIESP, naquele momento que o país tava vivendo uma crise muita parecida com essa de hoje, desemprego e tudo isso que você tá vendo aí, desemprego, mercado de trabalho em baixo. A proposta da FIESP é uma proposta totalmente diferente [do cooperativismo] do passado. [...] uma cooperativa de mão de obra, tá entendendo? [...] Por exemplo, o estaleiro EISA acaba de fazer um grande reparo, num grande navio, então em vez do estaleiro contratar esse trabalhador de carteira assinada, tudo bonitinho, ele contrata através da cooperativa. [...] Então simplesmente o estaleiro abria a porta

pra vinte homens trabalhar sem vincular nada, nada. Então, a cooperativa de mão de obra não tinha décimo terceiro, num tinha hora extra, num tinha férias [...] Isso aí o sindicato não aceitou nem por decreto, tá entendendo? (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

As cooperativas de trabalho/serviços assumem práticas hostis no cenário fabril, trabalhadores genéricos e desvinculados numa dinâmica de trabalho flexível, este é um dos endereços da terceirização. No entanto, as cooperativas de produção têm um relacionamento diferente com as dinâmicas patronais, isso porque não atendem à demanda direta de força de trabalho, mas disputam, timidamente, com mercadorias. Mesmo considerando diferenças no perfil das cooperativas, Severino argumenta que:

A questão do sindicato sempre foi essa, resguardar os trabalhadores dos seus direitos porque mesmo sendo [cooperativa] de produção, décimo terceiro não tem, carteira assinada não tem, previdência só se assim desejar aquele trabalhador que se esforce para depositar seu INSS, Fundo de Garantia, previdência, [tudo isso] porque não tem carteira assinada. [...] A questão do trabalhador [trabalhadores da Cooparj] sair um pouco frustrado daqui foi essa questão. Mas isso não impediu deles [trabalhadores cooperados] trabalharem lá, eles foram lá, não teve nada [não teve objeção do sindicato], teve aqui um aperto de mão e beleza, seguiu. (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

Thiago (2007) defende que com a negativa de apoio inicial à Cooparj o sindicato passou a ser hostilizado pelo grupo, no entanto, os trabalhadores entrevistados aqui não combateram, nem combatem, o sindicato. Eram, antes, trabalhadores “sem classe”, os ex-cooperados que estavam fora do mercado de trabalho formal, nem empregados, nem desempregados; estavam fora daquela tradição sindical. Adoto, entretanto, a perspectiva de Thiago quando diz que para os então cooperados, o sindicato está entre nostalgia e ressentimento.

Nostálgico porque os trabalhadores conversam com um legado sindical no passado, antes da cooperativa, e mesmo a recusa do apoio à cooperativa é tratada como algo no passado distante, tendo em vista os 19 anos de cooperativa. Ressentidos diante da ausência sindical na luta dos trabalhadores fora do emprego, situação incompatível para o *ethos* de quem defende a classe trabalhadora, o que demandou a reconstrução identitária no mundo do trabalho. Afinal, trabalhador luta por trabalhador e ponto? Não deveria haver vírgulas nisso, bem, porém essa relação não é um protocolo e, como aponta Bensaïd:

A luta política, pelo contrário, tem ritmos próprios. Seus batimentos e pulsações não são sincronizados com o da economia. Entre o político, o social e o jurídico há uma falha de ajuste. [...] Em suma, a política é uma cena de teatro repleta de intrigas e quiproquós, onde os atores apresentam-se transvertidos, trocam de personagem, representam frequentemente papéis inadequados. (2013, p. 72-73)

A relação contrária entre sindicato e cooperativa é uma oposição muito mais acadêmica do que prática; os cooperados entrevistados não se veem como contrário de sindicalista. Inclusive essas identidades são bem menos definidas do que parece. O que existe são disputas por políticas por alternativas no mundo trabalho. O debate da autogestão e do cooperativismo está presente e atravessado na narrativa sindical e provoca críticas justas, porém, estes não são rivais. Existem disputas práticas e ideológicas entre as formas de agência da classe trabalhadora, na localização no campo de alternativas e resistências no mundo do trabalho; não é, portanto, uma contradição em si.

Os repertórios de ação dos trabalhadores se encontram na prática mesmo com as tentativas mais inflamadas de promover distâncias. Um exemplo disso é a experiência de um sindicalista de autogerir uma empresa junto com trabalhadores numa empresa falida; Severino narra:

O cerne todo da questão do sindicato em sua essência é a questão dos trabalhadores, as causas trabalhistas, os direitos dos trabalhadores. [...] Essa questão da autogestão foi muito debatida aqui no passado e tivemos não só no debate, vivemos isso na carne e pagamos um preço muito caro até hoje. [...] A Fundação Curicica foi um grande exemplo de autogestão [...] devido à má gestão, os gestores começaram a roubar a empresa, a empresa caiu, então quem assume essa empresa é o sindicato aqui junto com trabalhadores fizeram a autogestão. Moral da história, não teve condição de continuar e a empresa foi mesmo pro buraco, acabou, faliu e os trabalhadores até hoje não receberam um centavo de indenização e ainda ficou mal visto ali porque os trabalhadores diziam que os gestores do sindicato também levou dinheiro. [...] Então ficamos mal com aquilo, então essa questão da autogestão nós olhamos sempre com carinho e com muito, muito cuidado por termos conhecimento científico e empírico a gente não abraçou a ideia. (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

O conhecimento “científico” no qual Severino ampara sua compreensão sobre a autogestão e o cooperativismo está relacionado a uma “visão classista”, base da corrente política do qual compartilha. Já o conhecimento empírico qualifica as experiências próximas ao sindicato, ruins por sinal. Um caso curioso dentro do Sindimetal-Rio foi a

existência de uma “cooperativa sindical”; ao ser questionado sobre esse tema, Severino diz:

Não, não! O sindicato nunca teve cooperativa. Um diretor do sindicato, um eminente petista chamado Miguel de Moraes que já foi vereador, deputado, secretário lá em São Gonçalo, foi vereador lá em São Gonçalo e montou a cooperativa aqui no sindicato porque a corrente dele era a Articulação, era majoritária, então ele mandava e desmandava aqui. Então ele montou a cooperativa no sindicato, mas ela não atuou aqui no sindicato, ela saiu daqui foi pra outro endereço e ele continuou fazendo a vida dele lá. [...] Ele tá até hoje nesse debate. Então essa questão da cooperativa foi um diretor do sindicato muito astuto, muito estudado, ele era advogado também tá entendendo? (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

Não é possível afirmar que houve uma cooperativa sindical e, apesar do argumento negativo de Severino sobre a existência da cooperativa, ela foi encabeçada por um sindicalista e existiu por curto tempo dentro do sindicato. Por mais que Severino atrele a cooperativa a uma ação individual, de um sindicalista, sindicato não é uma coisa, é feito de gente, que agem e defendem determinadas posições individuais e espaços coletivos. Sendo assim, a cooperativa que existiu no sindicato não é coisa de sindicalista, é coisa de sindicato. Extrapolaria o objetivo desta dissertação a explicação sobre o processo da experiência supracitada; o fato é que cooperativismo não é parte de uma visão apenas exterior ao sindicato, mas faz parte dele, ainda que como uma prova de recusa a esse modo de organização do trabalho.

O sindicalista relata que o contato com os trabalhadores da Cooparj aconteceu no fluxo desses acontecimentos práticos, que são avaliados por ele como ruins. Somado a isso, havia um acirramento entre correntes sindicais que compunham a CUT⁵⁵ acerca da flexibilidade da entidade diante das pautas do cooperativismo e da autogestão. Segundo Severino:

Foi nesse momento da discussão que nós [o Sindimetal-Rio] estávamos travando contra esse *negócio de cooperativa*, foi justamente quando os trabalhadores iniciaram esse debate entre eles. Aí ao nos procurar nós colocamos a nossa visão ideológica, nossa visão política sobre a questão da cooperativa. (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

A recusa sobre apoiar ou não um grupo de trabalhadores erguidos na tarefa de construir alternativas fora do trabalho formal é uma *decisão de bastidores sindicais*, está atrelada à compreensão e à estratégia política adotada diante de um contexto macro de

⁵⁵ Central Única dos Trabalhadores.

bases teóricas acerca da ação política e, ainda, nas dinâmicas do cenário micro de disputa e diferenciação no corpo sindical. Sobre a “visão ideológica” acerca das cooperativas, Severino sustenta:

Eu tô falando da visão classista, na época antes da gente ser CTB⁵⁶, a gente era Corrente Sindical Classista, a corrente que era a segunda maior dentro da CUT, depois que a gente forma essa central, mas de antemão desde que erámos Corrente Sindical Classista a gente já combatia as cooperativas, combatia aquilo tudo. Já o setor da Articulação já tinha outra visão diferente. [...] A Articulação tem flexibilidade muito grande em relação a tudo isso, banco de horas, cooperativas e até pontos da reforma trabalhista tem dedinho do PT no meio ali. (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

Se a criação da CTB deu “liberdade de expor nossa bandeira e de ser contra”⁵⁷, a economia solidária teve, sobretudo nos governos petistas, maior espaço e incentivo com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), encabeçada por Paul Singer, o que fez o debate tomar fôlego no Brasil. Mas a negativa quanto às cooperativas e, conseqüentemente, às vias da autogestão continuam ou não? Severino sustenta que:

Nós temos conhecimento de tudo isso, mas nossa opinião continua a mesma porque inclusive quando João Amazonas⁵⁸ estava no auge da saúde, ele também batia ferozmente nisso, disse que isso tudo, na visão dele são armadilhas do capital pra facilitar a vida dos grandes capitalistas e abrir as fronteiras, as portas do país pra toda forma de exploração da classe trabalhadora brasileira, é isso que ele falava. Então os sindicalistas classistas que a CTB representa continua a mesma [opinião], eu posso responder por esse aqui [Sindimetal-Rio], mas se você for lá nos Correios vai ter a mesma visão, se for nos metalúrgicos de Betim vai ter a mesma visão, se você for nos metalúrgicos de Caxias do Sul vai ter a mesma visão (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

Mesmo com a resposta categórica quanto à opinião do sindicato, Severino admite um parêntese: “a prática mexe com conceitos”. Portanto, enfrentar o aprofundamento do neoliberalismo implica assumir caminhos construídos em curso, no movimento da vida. O sindicalista defende que “você tem um caminho, não vou dizer um caminho porque isso é muito forte, temos vários caminhos, vão surgir mais”⁵⁹. Cabe ao sindicato, nas palavras de Severino, “trazer o debate”, pois não dá pra responder à prática, à realidade,

⁵⁶ Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

⁵⁷ Entrevista com Severino em 09/03/2018.

⁵⁸ Intelectual marxista, político revolucionário e comunista. Referência política e teórica do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁵⁹ Entrevista em 09/03/2018.

apenas com o discurso; “não, não vou fazer porque João Amazonas falou pá, pá, pá”⁶⁰, e o resultado ser danoso aos trabalhadores.

Os “conceitos” passíveis de mudanças na prática destacados por Severino, com muitas ressalvas, fazem parte do processo de negociação para manutenção do emprego, como: o banco de horas, a amamentação na jornada de trabalho e a terceirização. Pois bem, mesmo a possibilidade mais flexível, o “cabível de parênteses” no meio sindical, está atrelado à manutenção do emprego, pois evitar o desemprego é a ordem máxima na lógica de inflexão. O entrave fica então nos “conceitos” que fogem à lógica do trabalho formal, como é o caso das experiências autogeridas, condição de algumas cooperativas.

O sindicato luta por suas ausências, isto é, a saída do trabalho formal não implica, necessariamente, o abandono de algumas categorias. No entanto, nem todo desenraizamento da classe trabalhadora tem acolhimento nas pautas sindicais, nem as experimentações por estes protagonizadas; depois da rescisão contratual, uma deriva parece ser inevitável. No que tange ao cooperativismo e autogestão, ambos os “conceitos” são objeto de disputa, mas também de tabu, porque descaracteriza a classe trabalhadora na cartografia do trabalho formal e dilui conflitos. A autonomia como princípio organizativo modifica o papel de mediação do sindicato; quando não há patrão formal e as prerrogativas cabíveis dessa relação, ocorre uma desorientação dos papéis desempenhados pelos trabalhadores.

A ação dos trabalhadores cooperados e autogeridos não vivencia um embate direto, o antagonismo em lados – trabalhadores e patrões, burguês e proletário –, os desafios são difusos e bem mais camuflados; lutar pelo cooperativismo autogerido e por seus “conceitos” é lutar por algo ou alguns, e não lutar contra, como é de costume. A mediação pode existir, mas muda de sentido, isso porque para o pleno funcionamento do empreendimento é preciso negociar vias mais esparsas, mas não com o patrão, uma mediação num conjunto maior de questões e de caráter permanente.

O sindicalismo mudou e, fatalmente, continuará sua transmutação; é preciso sair, ainda mais, do papel de exclusivo de denúncia e de crítica ao neoliberalismo e seu desemprego. E construir, assim como outrora, vias capazes de dar potência à ação de trabalhadores e trabalhadoras, sejam aqueles que resistem pela autogestão, sejam aqueles

⁶⁰ Idem.

que lutam dentro de uma fábrica ou em sindicato. Aqui, lutar e resistir são sinônimos. Como antevê Severino:

A questão dos trabalhadores querendo ou não todas as linhas de pensamento, todas as linhas filosóficas, políticas e tal que dizem que a classe trabalhadora acabou. A classe trabalhadora não acabou, ela vai continuar existindo queira o capital, queira as correntes filosóficas, as psicológicas dizer que ela acabou, como um dia disseram do fim do socialismo. Não acabou! *a classe trabalhadora não acabou*. Então devemos continuar cumprindo o nosso papel de defender os trabalhadores, seja ele terceirizado, seja ele “quarterizado”, seja ele com toda essa sorte das pinceladas do capital, nós vamos continuar representando, essa é uma saída. [...] A essência máxima da luta que a gente fala na física, os movimentos e as massas, elas têm que existir. E quando se fala de uma crise de representatividade é porque não temos massa, nós temos milhões de desempregados no país e dentro desses milhões de metalúrgicos desempregados. [...] Então houve uma perda muito grande da massa trabalhadora. (Entrevista com Severino em 09/03/2018)

Severino tem razão, a classe trabalhadora não acabou, porém, as “pinceladas do capital” as colocam fora tanto da condição de organização quanto da representação sindical, por isso, é preciso considerar a luta também com os de fora, os desempregados. E reconectar além do sindicato entidade, o sindicato de trabalhadores, a fim de reconstruir uma identidade coletiva capaz de dar referência a novas saídas, para além da condição formal do trabalho e dos “conceitos” dos folhetos. Os “conceitos” devem ser conjugados conforme a urgência da luta de classe.

Cada página e hora de entrevista com um sindicalista numa dissertação sobre a Cooparj é uma tentativa escancarada de entender esses trabalhadores numa condição comum, embora em experiências diferentes. Apesar de os ex-cooperados não recorrerem ao Sindimetal-Rio como ponto para explicar suas trajetórias na cooperativa, esses trabalhadores são atravessados pelo debate político, pela dinâmica econômica e pelas lutas que ambos, em lugares diferentes, travaram.

3. EMPREENDEDORISMO POPULAR: UM LUGAR “ENTRE” LUGARES

Para manter seu poder de mobilização, o capitalismo, portanto, deve obter recursos fora de si mesmo, nas crenças que, em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes, inclusive nas que lhe são hostis, inseridas no contexto cultural em que ele evolui. O espírito que sustenta o processo de acumulação, em dado momento da história, está assim impregnado pelas produções culturais que lhe são contemporâneas e foram

desenvolvidas para fins que, na maioria das vezes, diferem completamente dos que visam a justificar o capitalismo. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009 p. 53)

Empreender é a capacidade individual de antever oportunidades, janelas de mercado que permitam potencial retorno econômico. Essa é a definição majoritária nos corredores dos cursos de MBA⁶¹ e nos *workshops* motivacionais para os que buscam desenvolver suas capacidades empreendedoras ou para aqueles que nasceram marcados para empreender, empreendedores “natos”. Segundo Dornelas⁶² (2013), ter uma boa equipe, ser comprometido, ter liderança, assumir riscos e ser criativo compõem o conjunto de fatores que, se bem conduzidos, podem ser o caminho para o sucesso no meio corporativo, e assim evitar o fracasso comum entre os negócios de pequeno e médio portes no Brasil.

Para Dornelas, há uma diferença entre os empreendedores de “oportunidade”, isto é, aqueles dispostos a resolver um nicho no mercado de produtos ou serviços, e os empreendedores por “necessidade”, que não têm uma perspectiva planejada e visionária. A primeira categoria está atrelada à ordem econômica, já a segunda, a um problema social. O cooperativismo popular nesse discurso está atrelado à origem dos que empreendem, ou seja, o indivíduo que ao usar a insígnia de empreendedor popular revela o tamanho do mérito em superar barreiras, este é parte do grupo minoritário dos que “chegaram lá”. Isso porque dificilmente a magia das janelas das oportunidades aparecerá para os que empreendem por necessidade, defende o especialista em empreendedorismo. Assim o indivíduo deveria empreender porque escolhe, não porque precisa.

O novo espírito capitalista, conforme Boltanski e Chiapello, é justificado num tipo de engajamento capitalista, condição que atinge tanto os assalariados quanto capitalistas, fortes e fracos, burgueses e proletários, numa espécie de adesão pessoal de trabalhar para “si mesmo” e crescer. O neoliberalismo funda uma racionalidade de ação que orienta uma nova relação em sociedade, atrativo por conter doses homeopáticas de liberdade, enquanto atende à crítica profunda da própria lógica liberal e, ainda, afaga a tendência de fragmentação e competição. Características como essas contribuem para quebrar nós, vínculos de solidariedade, cooperação e reconhecimento.

⁶¹ *Master of Business Administration*. Em português: Mestrado de Administração em Empresas.

⁶² Professor da USP em entrevista concedida à Algar S/A Empreendimentos e Participações. Websites: <http://www.josedornelas.com.br/biografia/> ; <http://www.algar.com.br/iniciativas-de-inovacao>.

O discurso empreendedor é um exemplo de aplicação da lógica do capital, capaz de ser estendida e acomodada em todas as esferas sociais, mudando a conduta normativa da sociedade e criando um cosmos capaz de fugar o mais íntimo da vida humana. Portanto, o neoliberalismo, em sua versão empreendedora, não é só a expansão do individual em detrimento do coletivo, mas também o coletivo transformado em individual, do qual só se pode esperar boa gerência.

Tauile (2009) trata do *empreendedorismo popular coletivo* em referência às soluções adotadas por trabalhadores através da autogestão diante da agenda de desemprego. Considera que as experiências são engajadas no interesse de sucesso do empreendimento, condição comum entre os tipos de empreendedores, porém, ao articular elementos para o suporte de uma empresa formalmente concebida, tem como preocupação a democracia, as responsabilidades sociais e está, ou deveria estar, comprometida com a promoção de um desenvolvimento econômico e social.

Se a autenticidade do empreendedorismo de oportunidade é justificada por sua capacidade de identificar vazios no mercado e de produzir inovações ou velhas inovações, o empreendedorismo coletivo ou empreendedorismo popular de Tauile é legítimo porque tem como característica a “necessidade de criação ou preservação de postos de trabalho e renda. [...] Configura como típicos ícones de um novo estado de coisas que se avizinha” (2009, p. 303).

Os trabalhadores entrevistados da Cooparj adquiriram no trajeto da experiência alguns compromissos que dialogam com as expectativas dos ativistas, ONGs e especialistas em cooperativas autogeridas dispostas em compor outro tipo de organização do trabalho. Todavia, o discurso empreendedor “típico” foi o recurso mais utilizado para explicar as motivações para atuar em cooperativa, assim, a capacidade de montar o próprio negócio e de “vestir a camisa” são partes fundantes do envolvimento desses trabalhadores na empreitada. Josy, a partir de sua experiência, define que:

Cooperativa seria um grupo de pessoas que se juntam para um só objetivo, que é trabalhar, ter o seu ganho e ser dona do próprio negócio, seria isso. Mas na realidade não é bem assim, quando você se reúne vê que são pensamentos diferentes, pessoas diferentes, umas falam mais, outras falam menos, umas te acusam, outras te defendem, umas pensam só em si, não pensam no conjunto, no coletivo, são mais individualistas outras são mais coletivas. (Entrevista com Josy, ex-diretora da Cooparj, em 12/09/2017)

Diferentemente da tese em que o estopim da cooperativa autogerida é o desemprego, o argumento de Josy demonstra que tanto a manutenção da condição de trabalho quanto a vontade de gerir um negócio próprio são apelos para criação do empreendimento. O coletivo na cooperativa toma forma com essas vontades individuais que vão se agregando no decorrer da recuperação e criação da cooperativa. Willian, ex-presidente da Cooparj, conta como a ideia de montar a cooperativa foi sendo aderida.

Já tinha o maquinário e já tinha o pessoal que sabia trabalhar no maquinário. Então só faltava mesmo ter o local e ganhar mercado, a princípio a ideia foi essa. A ideia é um negócio que o lucro vai ser do pessoal agora, não vai ser mais do patrão. O próprio pessoal vai trabalhar com a ideia melhor porque não vai tá dando lucro pro patrão, vai ser seu próprio lucro e o trabalho vai ser diferente. Foi uma oferta e todo mundo acreditou nisso, eu também acreditei, aceitamos a ideia e formamos a cooperativa dentro da empresa ainda, lá no refeitório foi feito uma assembleia geral onde se formalizou a ata de constituição da cooperativa. Lá mesmo no refeitório, lá conversaram e fizeram a assembleia e aí arrumaram um endereço pra legalizar a empresa, arrumaram o endereço de um lugar fixo. Então se organizou ali a cooperativa, numa assembleia geral. (Entrevista com Willian em 28/03/2018)

Para Willian, a perspectiva de um negócio estava clara ao montar o empreendimento, esse era na prática o esperado; porém, outras concepções foram sendo incorporadas através de ONGs que prestavam assessoria e foram substância para pensar o empreendimento. Num trecho da entrevista, o ex-cooperado relaciona cooperativa como um modo em que grupos se unem para trabalhar, mas qual a diferença entre uma cooperativa e uma empresa tradicional? O ex-cooperado distingue da seguinte forma:

No caso da cooperativa como nós não conhecíamos, entramos no começo assim: vamos ter nosso próprio negócio. Como se gere uma cooperativa? Ninguém sabia na empresa, lá na Águia, ninguém sabia gerir uma empresa como cooperativa. Então fomos aprendendo que é a participação de todos. O trabalho era coletivo, o resultado era coletivo também, se dividia os lucros.

[...] A cooperativa da porta pra fora, no mercado ela é uma empresa como outra qualquer, pra competir ela é uma empresa como outra qualquer, pra negociar preço ela é como outra empresa, todo mundo olha ela como uma empresa. Do portão pra dentro a forma de gerir é diferente, o lucro não é do patrão, aquele lucro, a parte administrada é de todos. O patrão administra seu dinheiro e não presta conta para ninguém, nós administrávamos e chamávamos reuniões, fazíamos assembleia, chamava o conselho fiscal conversávamos com eles, era diferente. (Entrevista com Willian em 28/03/2018)

Para Josy, a cooperativa não é igual a uma empresa; ela observa essa questão a partir do seguinte: a cooperativa

é igual com as responsabilidades e deveres, mas é diferente talvez nos objetivos. Quando você tem uma empresa que é só você como dono, ou se você tem só um sócio [o que] já não é tão fácil porque quando é só você dependendo da sua humildade ou não, você chega perto de outros, dos seus funcionários e pede ajuda ou sugestão, alguma coisa para alcançar o objetivo coletivo. Eu acredito que nenhuma empresa, o que passa na minha cabeça, nenhuma empresa *chegou lá* sozinha, mesmo empresa como empresa, eu acho que ele [empresário] teve humildade pra buscar, uma certa ajuda dos seus subordinados. Assim contratou pessoas capacitadas, competentes e que queriam crescer junto. Falou assim [referência à fala das pessoas engajadas no objetivo empresarial]: eu quero crescer, eu quero dar o meu melhor, eu vou *vestir a camisa pra alcançar*, quanto mais a empresa crescer mais espaço vou ter. *Na cooperativa teria que ser melhor do que isso*, [mas] não tinha humildade de todos, tinha muita gente individualista que pensava no dela, que não queria ajuda. (Entrevista com Josy, ex-diretora da Cooparj, em 12/09/2017)

Com a atuação da Anteag, da Fase e outras parcerias que atuam no campo de defesa da autogestão como organização de trabalho, a Cooparj assumiu outros marcadores no processo de autoconhecimento, na compreensão de sua prática. No entanto, Sebrae e Senac também atuaram como agentes formativos desses trabalhadores. Dentro da cooperativa coabitavam diferentes e, em certo ponto, antagônicos modelos organizativos de trabalho. Os trabalhadores entrevistados relatam uma experiência híbrida diante da tarefa de ser um negócio de sucesso e de comprometer-se com dinâmicas de trabalho diferentes daquelas vividas como assalariados. Sobre a relação com as organizações que prestavam assessoria, Josy narra uma dinâmica de grupo que aborda a ideia de cooperação e competição:

Até essa ANTEAG e uma outra que não me lembro o nome, eles fizeram uma brincadeira lá assim: reunião de um grupo de pessoas, as pessoas deram as mãos, depois as pessoas viram, aí depois pra você achar como que você faz pra sair daquele nó. Parece que deu um nó no teu braço, mas se você pensar direitinho você faz um movimento que todo mundo sai direitinho. Do jeito que você volta sem soltar a mão. É assim, foi interessante. [...] Se você tiver num local, num barco, em algum lugar o que você faria se tivesse numa competição? Você teria que chegar em algum ponto se acontecesse alguma coisa com uma das pessoas você recuaria ou seguiria sozinho? Tipo assim, alguns teriam a humildade e atitude de recuar pra poder chegar junto com o amigo, já outro largaria e tentaria chegar primeiro, só que se ele chega lá primeiro sozinho ele não resolve nada. (Entrevista com Josy, ex-diretora da Cooparj, em 12/09/2017)

Na fala acima, Josy apresenta uma metodologia, um modo pelo qual ONGs comunicam aos trabalhadores a cooperação como fim para o desenvolvimento coletivo.

Explicita o descolamento do cooperativismo enquanto ideia para uma prática reflexiva dentro da Cooparj. O cooperativismo aparece como um marcador para a história, mas é, maiormente, um filtro pelo qual é possível pensar o processo experimentado na cooperativa. Josy, após explicar as dinâmicas de grupo, discorre que diferentemente da perspectiva de cooperação, para alguns o individualismo se acentuou.

Muitos estavam preparados pra seguir sozinhos, mas a maioria gostaria que todos chegassem bem, juntos. Mas infelizmente o que prevaleceu talvez, tipo aquele que queira ir junto se anulou, na hora que ele deveria falar ou agir ele se anulou e aquele que preferiu seguir sozinho continuou e quando viu que não ia conseguir nada sozinho, abandonou o barco. Porque a cooperativa começou com 44 e terminou com 18. (Entrevista com Josy em 12/09/2017)

Segundo os entrevistados, a Fase, a Anteag e o Soltec colaboram desde a legalização do empreendimento, passando pela acomodação dos conceitos de cooperativismo e autogestão, até estudos de mercado, tabela de preço e informatização dos dados da cooperativa. Concomitante a isso foi no Sebrae que Willian, Sidiney, Mara e Josy fizeram cursos de gestão de pequenas e médias empresas, oferecidos gratuitamente pela instituição, e outras capacitações, como, por exemplo, as de gerenciamento e informática, cursadas por alguns trabalhadores.

Evidentemente, esse contato com a lógica empresarial do Sebrae e do Senac não deveria, nem poderia, ser evitado se assim fosse o desejo dos cooperados. O contato com essas instituições fez parte do processo formativo do empreendimento. Assim, os princípios mais caros que possam importar aos militantes ou aos críticos do cooperativismo autogerido só podem ser encontrados no curso da experiência “não romantizada”. Resultado dos contatos que os sujeitos fizeram, nas práticas que adotaram ou recusaram, na produção do seu fazer *à lá* Thompson (1987). Nunca no antes, na tese, na obrigação ou na determinação de um modo de ser.

Ser patrão não é uma opção desgarrada da propriedade dos meios de produção e do poder de mando sobre outro indivíduo. Ser empreendedor, no discurso corporativo, é colocar-se num lugar de liderança, lugar estratégico e estrutural na determinação e condução de um todo. Mesmo considerando o trabalho em equipe, cada um age como lobo solitário de suas conquistas e de suas projeções. Em contraponto a isso, na Cooparj, os trabalhadores entrevistados se colocam como protagonistas e representantes, e não como líderes, ainda que reconheçam papéis de maior “responsabilidade” e uma condição

quase espiritual de autocobrança sobre a produção do máximo individual. Willian pondera:

Eu nunca me considerei empresário, mas eu tinha as atitudes que um empresário tem. De parar, pensar e projetar metas. A gente tinha essas ideias também, então um empreendedor tem que correr atrás, buscar metas. *Um trabalhador com atitudes de um empresário é a mesma coisa, eu penso, mas tem horas que tenho que meter a mão lá pra fazer. Então isso era forte, eu vou pensar o meu negócio, eu vou discutir, eu vou brigar pelo meu negócio, eu vou trabalhar pra fazer meu negócio funcionar. Eu vou ter que mudar apesar das mudanças serem muito difíceis lá [na Cooparj], eu tenho que mudar pra essa coisa funcionar eu tenho que fazer acontecer. O meu produto final na mão do cliente, lá sou eu, é a minha marca. Alguns tinham isso, esse valor dentro deles, pensar o próprio negócio.* (Entrevista com Willian em 28/03/2018)

Willian, ao ser questionado como se reconhece na história da cooperativa, um trabalhador ou um empresário?, argumenta, reticente, “um empresário, não assim empresário, um empreendedor, aquele que corre atrás e faz as coisas que tem que fazer do seu próprio negócio”⁶³, e acrescenta que o empreendedor que não trabalha não empreende, portanto, ser um empreendedor é ser trabalhador. Os trechos da entrevista com o ex-cooperado apontam para uma localização dicotômica na relação trabalhador-empresário. Considera a categoria trabalho, e não o trabalhador, pois o empreendedor não é o trabalhador ou mesmo a classe trabalhadora, mas o indivíduo que trabalha. Essa situação forja um empreendedor que comporta e conforta antagonismos, permite o uso em decompressão da ideia de classe em diferentes situações sociais. Ainda sobre a conflitante localização na luta de classe, Willian examina o seguinte:

Essa relação o pessoal sempre teve um pouco de dificuldade de entender porque agora você é dono do seu próprio negócio, mas quando você trabalha com grupo você tem suas regras a cumprir. O pessoal confundia um pouco isso, tipo assim: “agora eu sou dono, eu sou dono” pra falar eles falavam isso, mas na hora do resultado se não satisfazia [diziam] “eu quero meu dinheiro”, eles agiam como empregados. O pessoal no começo misturava muito isso, foi uma *dificuldade muito grande que o pessoal tinha era [de] se desprender totalmente disso, de agir como empregado.* Tem que ter atenção dentro da fábrica [cooperativa] como se fosse um negócio teu agora, muitas das vezes eles tinham *atitudes de empregado*, sempre teve esse conflito. [...] Você entrou num negócio. (Entrevista com Willian em 28/03/2018)

O relato do ex-presidente da Cooparj revela o conflito sobre a lógica de trabalho e também acerca da identidade de classe desempenhada no empreendimento. Josy conta

⁶³ Entrevista com Willian em 28/03/2018.

uma situação de tensão entre os cooperados; o debate tratava do alto custo com o contador contratado e a possibilidade de se buscar outro contrato com valor melhor, e no curso dessa história a ex-diretora relata:

As pessoas disseram: vocês estão sendo assaltados [pelo contador contratado]. Aí o que eu fiz? Chamei uma assembleia e passei [a situação]. Aí pronto, ele [presidente na época] quase que [jogou] a mesa em cima de mim, fez assim na mesa [simula um muro forte na mesa], nem dei confiança pra ele, eu sempre fui abusada. Falei assim: não adianta o senhor ficar vermelho, jogar mesa, bater na mesa que o que vai me interessar aqui é a opinião de todos, num é uma cooperativa? Se tem alguma coisa errada a gente tem decidir em assembleia, se o pessoal aqui quiser continuar sendo engando o problema é de cada um, mas eu tô fazendo o meu papel. (Entrevista com Josy, ex-diretora da Cooparj, em 12/09/2017)

A narrativa de Josy apresenta outros contornos da cooperativa e do papel e ação dos sócios dentro daquele modelo. Mais do que atuar no negócio próprio e requerer o seu poder diante do empreendimento, a ex-cooperada convoca a responsabilidade coletiva para administrar a situação e reconhece a possibilidade de a sua crítica ser aceita ou não. Diferentemente de um negócio que tem suas decisões pautadas no lucro acima de tudo, a situação na Cooparj não buscava pagar menos para lucrar mais, e sim pagar com justeza os valores praticados com os serviços de contabilidade, avaliar e decidir isso coletivamente.

O empreendedorismo presente na fala dos entrevistados acomoda diferenças, quer dizer, aceita e atua em posições profundamente conflitantes. A distorção é a seguinte: a cooperativa passa a ser um espaço de produção do negócio individual, ao menos no plano teórico, o que em si é um paradoxo. O coletivo é reduzido a fragmentos de uma lógica de produção de si, do seu negócio e interesses vantajosos. Como aponta Willian, “o pessoal falava muito na cooperativa, mas ali [você] pode pensar o seu negócio, construir [...] Eles podiam discutir e, isso a gente via muito forte dentro da cooperativa, eles queriam discutir o seu negócio, eles queriam o melhor pra si”⁶⁴.

Paralelamente a isso, a cooperativa e as vontades individuais somadas às redes de assessoria que atuaram no empreendimento chocam-se, e isso provoca processos de desconforto dessa lógica de negócio e da soma das partes individuais. Consequentemente, as experiências ficam no “entre” lugares, foge à dicotomia moral, política e, mesmo,

⁶⁴ Entrevista com Willian em 28/03/2018.

classista que as olham. Pois dependendo da gestão tendem para uma determinada conduta e, com a atuação de um agente crítico, outras práticas são adotadas.

É imprescindível dizer que há um apego por parte dos entrevistados de serem vistos como alguém que andou além da fronteira do trabalho assalariado, assumindo uma posição de direção, no entanto, apesar do *status* provocado, Josy observa isso com bastante maturidade, ao dizer:

A minha família se resume em mãe e irmão. Eles nunca se envolveram muito nisso, sempre assim, minha mãe às vezes falava com orgulho assim: “minha filha diretora”. Enchia a boca “ah minha filha diretora” não sei o que [...] meus irmãos também tinham essa mania. Esse nome, diretora, ele tem um peso pra quem ouve grande. Pra quem vive no que eu vivo, pra mim é como empresa, porque é igual assim a pessoa ser presidente, é um nome, uma coisa grande, mas financeiramente não é nada. Pra gente ali [na Cooparj] não foi lá grandes coisa. (Entrevista com Josy, ex-diretora da Cooparj, em 12/09/2017)

O plano de futuro de Willian não recua, empreender ainda é norte; o ex-cooperado, hoje metalúrgico, diz:

Eu saí do quartel e trabalhei por conta própria um ano. Depois entrei nessa empresa [Fábricas de Escolas] dois anos e, na Águia oito anos e vim pra cooperativa vinte anos e agora nessa empresa eu tô quase dois anos. Se eu puder sair pra empreender eu vou sair. Até hoje eu penso nisso, não sei se é porque eu trabalhei um tempo com a cooperativa. Assim, sem ter aquela garantia de trabalho, mesmo com a dificuldade, mas eu tenho isso na cabeça. Procurar alguma coisa e montar pra mim. Eu vou sair [referência a saída do emprego atual para empreender]. (Entrevista com Willian em 28/03/2018)

Localizar a Cooparj entre as correntes do empreendedorismo não é o objetivo aqui, mas adotamos o que Tauile (2009) chama de empreendedorismo coletivo, modo popular de criar alternativas não só ao desemprego, mas também ao trabalho formal, mediadas pelo exercício da autogestão. Dito isso, a cooperativa de parafuso é um experimento que, ao que parece, não buscou um lugar categórico nos livros de autogestão ou de revolução socialista, nem tampouco, como diriam os defensores do MBA, um empreendedorismo de sobrevivência marcado para fracassar. A Cooparj foi um ensaio de trabalhadores, lá se testaram princípios, modelo produtivo, organograma de trabalho, concepções de mundo e, maiormente, pessoas que trabalham e vivem como trabalhadores; não é possível deformar isso, é um erro. Trabalhadores que ensaiam pouco porque, em regra, sobreviver é mais urgente.

4. O NÃO COOPERADO

Hoje [em] dia é assim [contam-se histórias sem nenhuma referência] eu gosto de contar coisas que você tem como provar, você contar coisas do passado que não tem ninguém pra testemunhar, você não tem nada gravado, nem filmado, nem a voz gravada, nem filmada [...] eu não gosto muito dessas histórias. Muito dessas histórias que eu conto eu tenho como provar. (Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018)

Nas histórias “prováveis” do senhor Honório, 72 anos, a empresa Parafusos Águia contava com 240 funcionários, dentre esses, muitos dos seus parentes, e foi através da indicação de um sobrinho que o ex-soldado assume a função de porteiro na empresa e, posteriormente, como ele observa, “com um ano e pouco de Águia me chamaram pra ser chefe da portaria”⁶⁵.

A função de chefe da portaria é por vezes acionada no discurso do Sr. Honório como uma posição de liderança e confiabilidade em relação ao seu patrão, que o trabalhador faz questão de chamar pelo nome, “Dr. Sérgio Nicolau Charpeg”. Sobre a falência da empresa, o ex-funcionário da “Águia” relata:

Em 95 parou, fechou as portas, não tinha mais matéria-prima pra trabalhar, não tinha mais pagamento, aí o pessoal ficava lá dentro, nessa época só tinha umas 140 pessoas. Aí eles ficavam aí, passavam o dia todo aí. O patrão veio aí, o velho, ele veio, chegou fez uma proposta aos gerentes que tinha, ele não tinha dinheiro, mas se eles quisessem os maquinários da empresa ele cedia pra eles fazerem a cooperativa, sendo que não ia ser aqui. A fábrica ele não podia ceder pra eles porque a fábrica ele sabia que ia perder na justiça, mas ele cedia o maquinário. Aí ele [o patrão] mandou eles [trabalhadores] irem pra justiça e fazer queixa e disse que não ia mandar advogado nenhum pra representar ele no dia que fosse a audiência de funcionários contra o patrão, não ia mandar ninguém representar ele pra correr a regalia e *pra gente [trabalhadores] ganhar mesmo*. (Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018)

Ao narrar o processo de falência, o Sr. Honório assume um lugar de observador à *lá* Durkheim quando pensa a sociedade, não interfere, só presencia seu funcionamento que parece à deriva de sua vontade. Dito de outra forma, apesar de ser sujeito da história e atingido diretamente pela falência, o ex-chefe de portaria continuou a assumir sua função enquanto “indivíduo responsável pela portaria, que controla a entrada e saída de

⁶⁵ Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018.

peessoas, recebe e distribui correspondência e outros serviços pertinentes ao cargo”⁶⁶. O fato é que a Águia faliu, não houve uma negociação, mas mando do patrão de que se não fossem as máquinas o pagamento, então, não seria nada. Como aponta o Sr. Honório, a indenização aconteceu assim:

Começaram a vender algumas máquinas, que era muita máquina, começaram a vender umas máquinas pra São Paulo e começaram a dar um dinheirinho pra gente, o gerente que tinha aí. Uns quatro ou cinco [gerentes] que vendia e dividia o dinheiro, mas dividia do jeito deles. Depois quando acabaram [...] as outras máquinas que sobrou eles fizeram a cooperativa, lá em Caxias. Sobrou poucas máquinas, não posso precisar, mas acho que não chegou a 40 máquinas. [...] Olha só, a gente tava tão no desespero que o que vinha a gente tava aceitando. E a maioria deles tava contando com essa cooperativa. (Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018)

Antes do pagamento, integral ou parcial, das indenizações, muitos trabalhadores ocuparam o espaço da fábrica, como aponta Sr. Honório; os trabalhadores “tavam fazendo ocupação porque é revolta, não tinha dinheiro, mas ficava aqui dentro, querendo levar as coisas, coisas pequenas”⁶⁷. O decreto de falência tinha então três entraves para patrão: pagar os trabalhadores, retirá-los do espaço fabril e garantir a manutenção de sua propriedade. Para tanto, o Sr. Honório foi convocado, pois seria para o patrão “o homem de confiança, sua fama há muito tempo que conheço lá no Sul que diretoria passou aqui sua fama, a maneira que você trabalha, sua honestidade, como você é honesto, então a fábrica vai ficar na sua mão mesmo”⁶⁸.

Antes, o Sr. Honório era o porteiro observador, mas no curso do processo de negociação e ocupação passou a ser o trabalhador designado para proteger e informar o patrão. No momento agudo de trato acerca dos impasses, o ex-chefe da portaria, em tom de desabafo, relata ameaças sofridas pessoalmente e por telefone dentro da fábrica, então ocupada por trabalhadores, o que resultou no envio de dois seguranças para reforçar a defesa da posição de “homem do patrão”, apesar de ele “[achar] que não [corria risco de morte] eles queriam era me tirar daqui”⁶⁹.

A insistência na etapa inicial da cooperativa, questão já abordada no capítulo 2, ocorre pela necessidade de tratar alguns impasses e inflexões no que se refere à motivação para o empreendimento. O Sr. Honório argumenta que não foi somente o preço baixo

⁶⁶ Definição encontrada no dicionário *Michaelis Online*.

⁶⁷ Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

oferecido pelas máquinas no mercado, nem a ação espontânea dos trabalhadores diante do desemprego que resultou na Cooparj, mas também a conversa com o próprio patrão, que incita a continuação do trabalho com as máquinas. O relato é que o patrão dizia:

[argumento do patrão] Eu não tenho dinheiro pra pagar vocês, eu estou dando as máquinas pra vocês, só não pode funcionar aqui se não a justiça vai me tomar. Então vocês não podem ficar ocupando. [...] Então foi o que eles [gerentes e outros trabalhadores] fizeram: eles venderam e dividiram o dinheiro com gente e nós aceitávamos numa boa. E depois eles arrumaram esse galpão em Gramacho e fizeram a cooperativa, a Cooparj. (Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018)

Relacionar o incentivo do patrão para empreender com a ação coletiva de alguns trabalhadores não quer dizer que o *lócus* da cooperativa vem do discurso ou vontade do proprietário da fábrica, mas compreender as motivações como um conjunto de dizeres, resultado de diferentes percepções, dentre as quais a de construir um negócio, a de lucrar para si, entre tantas. Acumuladas com inúmeras conversas entre patrão, gerentes, chefe de departamento, operador de máquinas etc.

Diante das entrevistas analisadas, e consciente do quão caro pode ser esta afirmativa, prossigo: a Cooparj foi, desde o início, um empreendimento com motivações, majoritariamente, empreendedoras e voltadas para um campo de negócios. Porém, foi através da prática e de outros dizeres antagônicos aos adotados em seu início que os trabalhadores organizados em cooperativa remodelaram e afirmaram um lugar crítico dentro do empreendimento, ora vencedor, ora vencido, uma crítica por dentro, uma autocrítica não anunciada, mas que surge na incompatibilidade das próprias regras do negócio.

A ideia do “negócio próprio” foi o meio pelo qual se mobilizaram trabalhadores para o empreendimento. No entanto, dentre os muitos trabalhadores que optaram por não fazer parte da cooperativa, estava o Sr. Honório, que apresenta duas justificativas. A primeira é bem comum à de outros trabalhadores, trata-se do risco do empreendimento e sua capacidade de efetivo retorno financeiro. Já a segunda é bem particular, a de “cuidar da Águia”, pois, como afirma o ex-chefe da portaria, o espaço físico da empresa teria ficado sob sua responsabilidade, a pedido do patrão, e, depois, do síndico da massa falida.

Sr. Honório conta que “dois anos fiquei tomando conta pro patrão e pra justiça, e depois fiquei mais 19 anos com a garagem. Saí agora dia 10 de dezembro de 2017.”⁷⁰

Quando a fábrica faliu, o Sr. Honório relata ter mantido uma relação de trabalho, mantida via pagamento semanal, com o patrão “Dr. Sérgio”, tendo como fim garantir a segurança da propriedade privada, a fim de resguardá-la de possíveis invasões. Com o decorrer do processo e esvaziada qualquer chance de retomada do espaço fabril, o laço entre o patrão e o chefe de portaria foi extinto; não havia mais nenhum compromisso financeiro, e a orientação final era abandonar o espaço da falida Águia.

Abre-se uma nova página. A pedido do síndico da massa falida, o Sr. Honório teria sido “designado” para manter a segurança da propriedade e para reparar a ausência de pagamento pelo serviço; este estaria autorizado a colocar em funcionamento uma atividade informal que permitisse retorno financeiro. Sr. Honório abre uma garagem para carros da vizinhança e, posteriormente, para demais interessados de todo o município do Rio de Janeiro.

Sobre a decisão de não ficar na cooperativa e a incumbência do serviço de segurança da propriedade privada, Sr. Honório narra o seguinte:

Cheguei, eu fui um dos primeiros a ir lá [Cooparj] porque eles acharam que eu ia ser porteiro lá, ser chefe da portaria. Apesar que era um galpão, imagina! Não tinha ninguém pra essa parte. Me chamaram e me levaram lá, até que eu gostei, mas num [...] Aí naquele embalo o patrão veio aqui, voltou aqui [...] Dr. Sérgio Nicolau Charpeg falou assim: “Honório o problema é o seguinte, a fábrica tá fechada, o pessoal tá aí dentro, mas agora vão formar a cooperativa e eu queria que você ficasse tomando conta pra mim dessa fábrica, do espaço pra comunidade não invadir”. Dr. Eu vou ficar tomando conta, mas quem que vai me pagar? Ele falou que: “você e seus porteiros eu vou pagar vocês”. [Sr. Honório questiona] se o senhor não tem dinheiro agora como é que o senhor vai pagar? “Eu vou pagar, eu vou fazer um acordo.” [...] Eu levei isso de 95 a 97, ele tava cumprindo ao pé dá risca esse compromisso comigo, quando a justiça veio aqui [e disse] “olha, a fábrica vai ser lacrada hoje, isso foi em 1º de abril de 1997, veio o liquidante, oficial de justiça, dois [homens]. (Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018)

O processo de liquidação da massa falida parecia não ter fim, isto é, a venda definitiva do espaço da fábrica, por isso, segundo o Sr. Honório, as atividades comerciais desenvolvidas no espaço da falida Parafusos Águia foram acordadas com a justiça, já que o liquidante responsável teria assentido para tal fim. A massa falida esteve, de acordo

⁷⁰

Idem.

com Sr. Honório, sob a responsabilidade de três síndicos: Ubiratã, com o qual o ex-chefe de portaria recebeu posição favorável à permanência na fábrica falida; já com o segundo liquidante, a situação muda de forma, isso porque Edson optou por não dialogar com o ex-funcionário da Águia; a relação entre o ex-funcionário e o síndico muda radicalmente com a atuação do liquidante Douglas Guerra, que assume e concretiza a venda da propriedade e, com isso, exige a saída do Sr. Honório e, conseqüentemente, o encerramento das atividades da garagem. Sobre uma situação de tensão entre o ex-funcionário e o então síndico, que culminou no fim da relação com Águia, o Sr. Honório narra:

O senhor [síndico da massa falida] nunca veio saber quem que tava tomando conta da Águia. Eu não sabia quem era meu chefe porque eu sempre fui subordinado à justiça, de 2013 pra cá eu não sei mais pra quem eu sou subordinado. Então tá com 14 meses que você é meu chefe e você nunca veio aqui me conhecer, saber o que eu tô fazendo aqui. Não gosto de deixar ninguém entrar [no espaço onde funcionou a fábrica/garagem] porque eu tinha ordem do Dr. Ubiratã e não deixo mesmo não. Então hoje você também não vai entrar. Meu vínculo com a fábrica encerrou agora 11 de dezembro de 2017. (Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018)

Segundo Severino, diretor sindical, “o síndico é uma pessoa colocada pelo Estado, é uma nomeação. É uma pessoa muito competente [que acompanha] todo processo de falência”⁷¹. Em conformidade com isso, Jorge (2012) explica que:

A administração da falência é exercida por um síndico, sob a imediata direção e superintendência do juiz, devendo ser escolhido entre os maiores credores do falido, de reconhecida idoneidade moral e financeira. Entretanto, se nenhum dos credores nomeados aceitar o cargo, o juiz poderá nomear pessoa estranha, idônea e de boa fama, de preferência comerciante, ressalvados os impedimentos. Qualquer interessado poderá impugnar o despacho de nomeação do síndico, em desconformidade com a norma. [...] O síndico exerce função indelegável e remunerada, devendo, após a sua nomeação, assinar o termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo e assumir todas as responsabilidades inerentes à qualidade de administrador, cumprindo todos os deveres, principalmente o de representação da massa, em juízo, como autora, ré ou assistente⁷².

Apesar de o Sr. Honório colocar o síndico como “chefe” e denunciar a ausência de diálogo quanto ao prosseguimento das atividades desenvolvidas na propriedade da

⁷¹ Entrevista concedida em 09/03/2018.

⁷² JORGE, Mário Helton. Síndico de massa falida: estranho no ninho processual. Revista *Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3281, 25 jun. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22081>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

massa falida, o síndico não é o patrão da massa falida que administra para perpetuar uma situação, mas um mediador de soluções liquidantes. Mesmo que, por ora, tenha sido designada ao ex-funcionário a tarefa de assegurar a propriedade privada, esta foi se descaracterizado no curso das mudanças de síndico e da própria função que o Sr. Honório deu ao espaço. Não havia mais patrão e nem “chefe” e, com isso, nem subordinados.

Um dos argumentos contrários à garagem, segundo Sr. Honório:

Eles disseram que não podiam ficar com a garagem porque era um comércio e eu não dava recibo, não tinha alvará de dispensa e fui denunciado pelos ex-funcionários, alguns ficaram com inveja que fiquei e o *patrão deixou a fábrica na minha mão*, tanto engenheiro que tinha aí dentro, pessoas de alto nível de escolaridade e *deixar a fábrica na mão de um peão*. (Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018)

Não é possível afirmar que não houve uma relação negociada entre o ex-funcionário e o síndico para manter atividades comerciais remando com a maré de lentidão da justiça, porém, a garagem foi um empreendimento à margem das obrigações fiscais e legais de quando se abre uma empresa. Evidentemente, houve custos pessoais e financeiros ao Sr. Honório, no entanto, a permanência do empreendimento não corresponde a um direito, mas a uma condição do ex-funcionário. Mas se o patrão deixou a fábrica na “mão de um peão”, porque não deixar nas mãos de todos os peões? Se o espaço da fábrica foi utilizado com fins comerciais com anuência do síndico, então porque não admitir a existência da cooperativa naquele espaço?

Há algo em comum entre os trabalhadores da Cooparj e o Sr. Honório: ambos empreenderam e construíram uma narrativa de negócio próprio. Os cooperados experimentaram coletivamente o mercado, a adequação, a burocracia, a democracia; já o ex-chefe de portaria empreendeu como manda a etiqueta: sozinho na condução e junto ao liderar uma equipe. Para o Sr. Honório, ser patrão é *ethos*, e assim afirma:

Eu tô mais pra patrão do que pra trabalhador. Eu tenho espírito de liderança desde criança, como eu te falei, eu estudei muito pouco e no quartel não soube aproveitar porque eles me deram bolsa de estudo mesmo, eu [ia] na escola uma vez na semana, eu faltava e não ia mais. Então eu tive um espírito de liderança desde criança, na escola de primário [...] Do nada minha professora do primário quando ia no banheiro, ou saía da sala dizia “o Honório é o responsável pela turma”, a casa da mãe dela era perto da escola e ela ia em casa fazer alguma coisa [e dizia] senta aqui na minha mesa que você é o chefe da equipe. (Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018)

Apesar de assumir um “espírito” de liderança e atrelá-lo a uma característica *sui generis* de patrão, na prática, essa liderança foi atributo do *trabalhador Honório*, pois essa foi a localização social de quem trabalhou muito cedo e fez todos os ritos daquele que trabalha e que tinha como sonho a carteira assinada. Como aponta nesse trecho:

Como eu te falei que queria trabalhar com carteira assinada é que eu trabalhava carregando compra na cabeça na favela e carregando quase tudo, eu falava: “pô, saí da roça, vim pra cá, mas quero trabalhar desse jeito, não quero trabalhar tipo escravo carregando compra”. Tipo você fazia suas compras e mandava eu deixar em casa, eu carregava caixa de madeira grandona no morro [...] Eu falei não, não é essa vida aqui quero não, *eu quero trabalhar com carteira assinada, quero trabalhar em fábrica, eu quero ter noção das coisa, tá entendendo?* [...] Acho que a carteira assinada é importante, ainda representa muito, representa com certeza. É uma garantia que você tem, de um lado ou de outro futuramente você vai receber alguma coisa. Faliu, se não faliu, mas mandar você ir embora, mandar você procurar seus direitos, se não for por roubo, você uma hora vai receber esse dinheiro. (Entrevista com Honório, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, em 09/04/2018)

Conforme Weber (2001), o mundo é a expressão do indivíduo que é histórico e embebido por “ideias de valor” que são pontos de vista especificamente particulares, próprios da sua intimidade. A leitura da história e da vida social deve ter por base noções que se alternam infinitamente na construção e ordenamento do modo como se lida com o mundo, e assim os indivíduos se contorcem e se relacionam em meio ao caos dos fatos e interesses sociais.

O relato descrito aqui não é a cópia da realidade, mas um fragmento que não se reproduz integralmente. O exercício analítico disposto aqui busca o rigor da *neutralidade axiológica* que parte do entendimento de que a realidade social tem uma incompatibilidade de valores insuperáveis, e não cabe à ciência qualificar se um conjunto de valores é melhor ou pior, cabe ao investigador uma posição isenta de valores, isto é, ainda que faça uma adesão subjetiva daquilo do que está convicto, preza por não fazer julgamentos de outros valores.

Uma significativa ironia que o último a apagar as luzes de uma fábrica sem trabalhadores seja o chefe da portaria, um trabalhador, que se vê mais como patrão⁷³.

⁷³ Contribuição de Edson Miagusko durante a banca de defesa da dissertação que orientou esta dissertação.

5. NARRATIVA DA DERROTA

Como olhar desfechos contrários às expectativas? A experiência da Cooparj é resultado de um conjunto de tentativas e contrariedades tanto no que tange aos conceitos pelos quais orientava suas práticas, quanto à perspectiva de sucesso que ofuscava seus anseios. Por múltiplos motivos, a cooperativa de Duque de Caxias pode ser considerada um exemplo oposto ao que foi esperado, fracassada por não transpor seus obstáculos, malsucedida por não sustentar suas atividades.

Avaliar o sucesso até aqui havido nas experiências com empreendimentos autogestionários não é uma tarefa muito simples em função da diversidade de variáveis que se deve levar em consideração em cada caso, como, por exemplo, o respeito a práticas de gestão democrática inerente aos ideais solidários. Dependendo das referências conceituais utilizadas, umas experiências têm sido mais, outras menos bem-sucedidas, e outras fracassam, encerrando suas atividades. Sucumbiram economicamente por inúmeras e variadas razões, tanto conjunturais quanto estruturais. A regra básica comum talvez seja apenas a da árdua e contínua luta pela sobrevivência a cada dia em um ambiente externo inóspito que não lhe fornece nada de acolhedor, nada de estimulante, nada de protetor. (TAUÍLE, 2009, p. 307)

Encerrar as atividades numa empresa tradicional com dinâmicas capitalistas de início, meio e fim pode ser um fracasso, um mau investimento, pois atrelar a incapacidade individual de conduzir um negócio que tem como fim exclusivo o sucesso. O fim das atividades de uma cooperativa também se relaciona com insucesso profissional, mas não estritamente a essa determinação; o fracasso está no negócio, mas não na experiência.

É necessário estabelecer uma diferença entre fracasso e derrota. Considerar uma experiência fracassada é uma atribuição cega diante dos processos e contradições que produzem a vida e, ainda, impor uma decisão passiva ao sujeito diante dessas contradições. A história de uma derrota, diferentemente da perspectiva de fracasso, não tem ligação com os marcadores de uma vitória, mas é o acontecer desprovido de diagnóstico exato, comporta erros coletivos, falhas individuais e escolhas em desajustes.

A trajetória dos trabalhadores da Cooparj, desde o ápice do empreendimento até o encerramento das atividades, não pode ser punida como fracasso, mas compreendida enquanto derrota, condição diante de um percurso com passíveis a vias fechadas, com isso, os rumos podem ser subvertidos, afrontados ou descaracterizados. O fracasso espera rendição na vitória, com a derrota não há o que esperar, há apenas o inevitável percurso daqueles que seguem ou vivem lutando.

Não é raro esbarrar em cartazes que gritam uma luta, como observa Pepetela, no romance *Mayombe*, “a tua ação na luta, em que estás a contribuir para transformar a sociedade, é um fato cultural muito mais profundo que todos os conhecimentos literários que ela tem” (1982, p. 98). Luta-se em combate e sem combate, lutar é um grito que por vezes pode estar sem voz, noutras, reverbera-se com tal força que ensurdece. O fato é que lutar não é, apenas, uma disputa contra algo, mas é uma condição humana presente em discursos *à lá* Cinelândia⁷⁴, esfuziante e poderosa, como também é o modo de traçar sonhos que permanecem em casa, em nós, nas “gavetas, nos cofres, trancados até o nosso fim. E por isso passíveis de serem sonhados a vida inteira” (HILST, 2006, p. 27).

A Cooparj foi uma derrota e também uma luta. Para Willian, ex-cooperado, “todo ser humano tem um sonho e vai ter que ter uma luta na vida dele inteira; enquanto ele tiver vivo ele vai ter que lutar. Vai lutar pra crescer, vai lutar pra estudar, vai lutar pra se transformar, vai lutar pra trabalhar.⁷⁵ Na derrota não se luta apenas pra vencer, se luta porque se vive. E quando derrota for usada como sinônimo de fracasso para explicar a Cooparj, o metalúrgico argumenta:

Não, não considero como uma derrota porque ela teve o tempo dela de vida, foi o tempo dela que ela conseguiu sobreviver, vendo o que tá no mercado, o tamanho de empresas que falem no mercado aí, não é uma derrota não. Tem cooperativa que nem consegue se manter, tem empresa que não se mantém que começa e mesmo sem ser cooperativa tenta e não consegue se manter e fecha as portas. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj, em 28/03/2018)

A noção de Willian sobre a Cooparj não é medida em lugares de chegada triunfantes e sucessos inebriantes, mas em processo, considera o que foi feito como um ato por si só maior do que “fechar as portas”. Considerar a noção de processo, de derrota e de experiência para pensar a cooperativa não é dotar de relativismo absoluto, nem suavizar as críticas que a cercam, mas admitir imperfeições como partes significantes do todo. A falência da Parafusos Águia, empresa anterior à cooperativa, tem como fatores a má gestão e aproveitamento financeiro indevido; soma-se a isso a concorrência com o mercado internacional e passivos trabalhistas. O fim da Cooparj tem marcas parecidas, porém, com uma diferença substancial, os relatos que denunciam práticas degenerativas

⁷⁴ Região no Centro da cidade do Rio de Janeiro próximo à Praça Floriano, o local é ponto de referência nas mobilizações políticas e nas ações de protestos.

⁷⁵ Entrevista com Willian em 28/03/2018.

não são uma constatação histórica, mas a narrativa do enfrentamento a tais práticas e seus agentes, uma autocrítica experimentada na realidade.

A autocrítica não desobriga a força da crítica, mas a coloca numa perspectiva de ação diante do conflito. Dito isso, é necessário saber que a Cooparj elegia seus representantes, numa linha histórica presidiram a cooperativa: Evaldas (1996-2000), Mara (2000-2004) e Willian (2008-2015). Antes de apresentar as questões críticas é preciso considerá-las como uma *situação* que não representa a ação de uma gestão, nem da cooperativa como um todo, tampouco do conjunto de cooperados, pois são fragmentos que contam e situam os enfrentamentos travados. A ex-cooperada Josy, numa avaliação sobre o que ficou de ruim na experiência da cooperativa, diz: “alguns deles [cooperados] deixaram o dinheiro falar primeiro, o egoísmo, o interesse próprio falar em primeiro lugar”⁷⁶.

O argumento de Josy revela o que chama de “desonestidades”, o que numa cooperativa com horizonte na autogestão não poderia existir. Mas será que o imperativo do dinheiro é suficiente para destituir a Cooparj de seu assento junto às cooperativas “verdadeiras”? Os casos que colocam em xeque as práticas da cooperativa não são poucos. Segundo Josy, foram abusos financeiros e manutenção de privilégios dos mais diversos, como o que ela narra abaixo:

Gostava [da cooperativa], no início, eu não tinha muita divergência com nada, eu aceitava as coisas, mas conforme o tempo foi passando depois de dois, três anos [isso mudou]. Porque na época a diretoria era mudada de quatro, depois desses quatro anos é que a gente decidiu botar pra dois em dois anos. Então, nessa mudança aí, antes da mudança eu vendo muita coisa que eu não aceitava. O presidente, ele agia na minha concepção com desonestidade porque a gente, na época, compramos um carro em nome da Cooparj e deixamos com o presidente porque ele não tinha carro, aí ele pegava os filhos dele que tinha carro, ele pegava e enchia o tanque dos filhos e trazia a notinha como se fosse só do carro [da Cooparj]. Aí eu como era diretora administrativa, eu fazia o controle e o relatório todo mês, então eu via as coisas que achava correta e as coisas que achava que não era correta. Ele fazia muita viagem, ia pra muito restaurante, entendeu? E levava tudo as notinhas e eu achava aquilo [ruim] porque a gente tava no início com muita dificuldade, tinha gente ali que até passava fome e ele bancando o espertinho. (Entrevista com Josy em 12/09/2017)

⁷⁶ Entrevista com Josy em 12/09/2017.

As cooperativas “verdadeiras” não portam selo de certificação, nem tempo de garantia, e, por isso, mais do que segurar-se no que não deveria ter sido feito é preciso observar o que foi feito em relação às denúncias. Em outro trecho da entrevista, a ex-diretora da Cooparj explica:

Eu me reelegi, ele [ex-presidente] não. O pessoal não quis mais ele porque eu dava minha cara a tapa mesmo, eu chegava nas assembleias e falava “tá acontecendo isso e isso”, ele [ex-presidente] ficava nervoso, sabe? Ele não gostava não porque eu falava mesmo. Aí só tinha eu e Mara de mulher e o restante eram 39 homens, já imaginou? (Entrevista com Josy em 12/09/2017)

De acordo com a entrevista de Josy, a Cooparj teve muitos indícios de má gestão dos recursos, privilégios e abuso de poder, o que resultou numa ação por dentro da cooperativa para romper musculaturas contrárias aos princípios coletivos pactuados entre os trabalhadores. As críticas não eram feitas apenas como críticas, mas como práticas de disputa e reorientação no empreendimento. No entanto, segundo a ex-cooperada, nem todos estavam preocupados em “bater de frente, não queriam saber quem tá roubando”⁷⁷, havia certa apatia no trato sobre questões da cooperativa, desde que ao fim do mês as retiradas estivessem garantidas.

Outra situação relatada em entrevista diz respeito à decisão de uma das diretorias de aumentar a sua retirada sem aprovar em assembleia. A ex-cooperada não recua ao dizer que a função de diretoria deveria ter o valor acrescido em relação às outras funções, desde que discutido e decidido tais diferenças coletivamente. Josy narra:

Teve um caso que ele [presidente] reuniu a diretoria e disse que a diretoria tinha que ganhar X, mas que os outros não tinham que ficar sabendo. Eu fui a única que não aceitou. Aí começou a pagar que foi até assim, ele começou a pagar R\$ 500 [para diretoria] e os outros acho que só ganhavam R\$ 100 ou R\$ 50,00, não sei, não me lembro. Eu achava injusto. [A situação durou] acho que uns oito ou dez meses, não chegou a um ano, não. Mas na minha concepção era muito tempo. [Mudou] porque aí teve troca de gestão e eu denunciei. Eu falei que não era justo isso e passei pra todos, informei, falei: olha, goste quem gostar, mas eu vou informar o que aconteceu, entendeu? Por que eu não acho certo a gente ficar lesando os outros. Se é uma cooperativa, a gente tem que [...] eu acho justo que a gente ganhe um pouquinho mais que eles porque a gente tem um cargo de responsabilidade, mas eu não acho justo a gente fazer pelas costas deles, eu acho que tem que aprovar. Por que não é uma proporção muito distante, tipo assim: o sócio sem cargo ganha 1.000, não, ganha um salário mínimo e eu [diretora] ganho 3, 4, 5, não era isso, também a gente não tinha condição disso. Eu achava

77

Idem.

que tinha que ser uma coisa transparente. (Entrevista com Josy em 12/09/2017)

As contradições fizeram parte da Cooparj e, possivelmente, de outras tantas cooperativas que buscavam orientar sua prática na autogestão, todavia, invalidar uma experiência de ação coletiva por seus desacertos é ao mesmo tempo invalidar as ações daqueles que buscaram acertar em desacordo com o que estava posto. Alguns pontos divergentes foram superados pelos cooperados durante a atuação no empreendimento, outras questões continuaram inacabadas e foram agravadas com o fim das atividades.

As etapas burocráticas para o fim de uma cooperativa passam pelo balanço financeiro, que corresponde a um demonstrativo de despesas e receitas, a fim de determinar o saldo proveniente do empreendimento num dado momento; o objetivo é atingir um saldo positivo ou no mínimo o equilíbrio das contas. Apresentar esse balanço é um aspecto fundamental, momento quando os cooperados estão reunidos em assembleia e assentem o fim do empreendimento, mas isso não ocorreu. Sobre o fim das atividades, Willian argumenta:

É porque assim ficou dívidas de imposto em aberto agora no final, então a gente não conseguiu encerrar ela [a cooperativa] de vez, vamos encerrar uma parte, mas a outra vai ficar em aberto por causa das dívidas de imposto que ficou parado. Ficou juros sobre juros e o patrimônio não consegue pagar. Então, o final da cooperativa tá dessa forma tá parado e o pessoal se dispersou todo e eu tô tentando fazer alguns documentos. A firma tá parada desde 2015, [desde então Willian argumenta estar] tentando montar algum documento, uma ata de encerramento, alguma coisa pra parar o que dá. Agora liquidar ela de vez nós não vamos conseguir devido às dívidas que ficaram paradas, que foi os impostos que eram parcelados, a gente pagava parcelamento e aí quando entrou nessa crise a gente parou e não conseguiu pagar mais e ficou nisso. [...] O final da cooperativa tá parado, tudo parado e a documentação estamos juntando os documentos com a contadora. A ata de encerramento que tá em andamento [...] nem tem [a ata] porque paramos de vez, então nem pagamos a contadora, ela quase que trabalha de graça pra gente. Ela trabalha numa ajuda só pra gente fazer esse fechamento. Então, eu tô tentando ver com ela essa documentação pra fechar de vez, já fizemos todo o encaminhamento pra parar, pra esse encerramento, pra essa documentação. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj em 28/03/2018)

No que se refere ao encerramento das atividades na Cooparj, Josy recorda o seguinte:

A gente foi na contadora pra pelo menos fazer uma ata, aliás, fazer uma ata não, fazer a convocação de um balanço, a convocação através do

jornal que a gente fazia toda vez que fazia assembleia, convocando as pessoas, os sócios para o comparecimento e esclarecimento do fechamento da cooperativa, mas aí marcamos uma reunião lá na contadora, só apareceu três pessoas. Com a diretoria foram uns dois, nós três da diretoria e mais dois, cinco pessoas no total. (Entrevista com Josy em 12/09/2017)

O fim da cooperativa aconteceu antes da reunião que a deliberou, paulatinamente os trabalhadores sem retorno financeiro nem perspectivas para o futuro no empreendimento foram deixando a Cooparj. Portanto, não há uma desfiliação da cooperativa, mas o desgaste daquilo que interligavam os trabalhadores. Mesmo diante do inevitável fim das atividades, os sócios tinham em comum, mais uma vez, o maquinário. Deixar o galpão em Duque de Caxias era urgente, já que não havia mais dinheiro para pagar o aluguel, assim, mesmo sem balanço financeiro, parte dos trabalhadores abandonou a cooperativa e outros poucos decidiram vender as máquinas e fazer o que fosse possível com o dinheiro.

Quando a gente viu que em 2014 que não tava mais conseguindo manter as despesas e aquilo que vendia não pagava mais, começou a atrasar a retirada, caiu muito o valor da retirada, o pessoal estava muito insatisfeito, uns começaram a ir embora. Então o pessoal começou a se manifestar dentro da própria empresa, “não adianta mais, vamos parar com isso que a gente não vai mais conseguir se levantar, até aqui a gente conseguiu manter, mas tá muito difícil agora”. Por que o pessoal ia pra rua e a gente sentia muito uma dificuldade no mercado, do portão pra fora, em relação a competir com os preços que estavam sendo praticado lá fora. Dentro a gente tinha até algum fôlego, mas fora com o preço, na hora de entrar no mercado a gente não conseguia mais.

Tentamos fazer algumas mudanças, mudar alguns produtos, mudar o tipo de lente até com o pessoal do SOLTEC mesmo, abrir pontos de distribuição, pensamos em várias coisas, mas o preço no mercado quando a gente chegava lá e olhava a diferença tava muito grande, e não conseguia manter aquilo. Isso refletiu dentro da empresa, na parte econômica da empresa e o pessoal começou a trocar essa ideia de parar de vez, não tinha mais como manter. Aí uns foram indo embora, isso gera uma crise muito grande, uma insatisfação, revolta no pessoal, é muito difícil de manter isso. E a gente que tava na diretoria viu, não tem mais como controlar isso, a gente não tava mais com o controle, estamos perdendo o controle, não tem mais como manter. Foi a hora que a gente decidiu “vamos parar de vez”. A gente começou a avisar o pessoal “vamos preparar para fechar”. Aí assembleia [...] Mas muitos já estavam dispersos já, foi muito difícil, então reunimos um grupo, conversamos, alguns já tinham ido embora, abandonado mesmo porque lá alguns eram aposentados, então esses que eram aposentados não tá tendo resultado, eu já tenho meu ganho prefiro ir embora de vez. A gente conversou com pessoal fez assembleia parou de vez fechamos a fábrica. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj, em 28/03/2018)

Ainda sobre a decisão em encerrar as atividades, Josy diz:

[O objetivo diante da situação era] vender e os outros seguir seu rumo. Eu já não tava mais lá [Cooparj] fiquei sabendo que esse Sidney [sócio] não queria aceitava o fechamento, trouxe essa cara um tal de Salomão [que] fez uma proposta de compra de algumas máquinas e eles aceitaram, aí quando o Jairo [sócio] voltou lá eles já tinham vendido as máquinas pra esse Salomão. Eles venderam na época por 60 mil pro cara pagar em 6 vezes de 10 [mil] e o cara só deu 10 mil até hoje. [...] Esses 10 mil que esse cara pagou só deu pra pagar a light que a gente tava devendo e uma parte de alguns fornecedores. [...] fora os sócios que a gente não tava conseguido muito mal dá R\$ 100, R\$ 150 por semana pro sócio. Aí as pessoas não tavam aguentando mais. (Entrevista com Josy em 12/09/201)

Durante o processo de impossibilidade de produção, a Cooparj recebeu duas propostas de compra do maquinário; a primeira, compraria as máquinas e manteria os postos de trabalho em outra empresa, o que não se concretizou. A segunda proposta sinalizou a compra de algumas máquinas, sem nenhuma garantia de manutenção de emprego. Sessenta mil reais pagos em seis parcelas, o preço final do que havia sobrado da cooperativa, as máquinas foram entregues, dez mil reais pagos aos cooperados que quitaram a dívida com a concessionária de energia elétrica e com parte dos fornecedores. As demais parcelas de compra do maquinário não foram pagas até o momento de escrita desta pesquisa. A Cooparj ainda tem passivos em aberto.

A venda do maquinário passou por atropelos e gerou mais controvérsias acerca dos resultados do fim da cooperativa. O Salomão citado por Josy é hoje o patrão de Willian, Wanderley, Damásio, Manuel Fernandes e Sidney; todos estes ex-cooperados trabalham com a carteira assinada na empresa Salomão Metal, que funciona no município de Queimados/RJ e atua na produção de acessórios para ramo de serralheria. Willian explica essa situação da seguinte forma:

[A Salomão Metal] já era uma empresa que trabalha com acessórios do ramo de serralheiro, todo tipo de acessório. Então essa empresa ficou de comprar o maquinário e a gente pegaria esse dinheiro e ia abater a dívida que desse [da Cooparj], aquilo que desse pra abater a gente zerava e o que ficasse parado não ia ter jeito que seria os impostos que a gente não conseguisse terminar de pagar. Ele [o dono dessa nova empresa] não conseguiu pagar a gente até hoje [...] Em 2015 a gente começou a ir pra lá e aí a gente tentou funcionar lá, um pequeno grupo, ele [Salomão] chegou a botar matéria prima. [...] Todo mundo foi embora, a cooperativa fechou e esse pequeno grupo pensou o seguinte: [se não deu certo vender o maquinário, nem continuar a cooperativa]

então a gente vai trabalhar pra essa empresa. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj, em 28/03/2018)

O maquinário da cooperativa está depositado num galpão da Salomão Metal sob impasse, já que, de acordo com ex-cooperados entrevistados, não houve o pagamento total do valor combinado. E segundo Willian não há mais interesse do seu patrão em finalizar a compra das máquinas, ele e outro colega têm dialogado para viabilizar um novo acordo para “dar fim ao maquinário, vender ou levar embora”⁷⁸. Mesmo com uma nova negociação em relação ao destino do maquinário, a ausência do balanço financeiro gerou incompreensão sobre o legado material que a cooperativa representou. Se vender o maquinário, como o dinheiro será aplicado, quem fará a transação, a quem será prestado conta? Para Willian, a resolução dessas questões ou parte delas passa pela compreensão dos riscos do negócio; ele argumenta:

Até hoje com fechamento da empresa [Cooparj] ainda existe [ex-cooperados que dizem] “eu não recebi minha indenização” [...] você entrou num negócio, onde você colocou seu dinheiro, sua cota, vamos trabalhar pra manter esse negócio aqui funcionando, a sua cota ela garante o patrimônio da empresa, sua cota mantém aquilo ali, então você teve prejuízo, acumulou dívida quem vai pagar essa dívida? Seu patrimônio, sua cota, se você não teve dívida nenhuma tudo o que você vende você divide com o grupo. É teu e você vai dividir. A gente acumulou dívida temos que pagar dívidas, como é que vamos pagar? Com o patrimônio que você tem, ainda hoje tem gente que quer do seu patrimônio a sua parte e não quer considerar a dívida que ficou e a gente explica que aquilo ali é pra pagar a dívida que ficou. O pessoal quer, na cabeça deles, como se fosse uma indenização “mas eu trabalhei anos”, mas anos que ele trabalhou ele tirava a parte do lucro todo mês, o que tirava por mês era a parte do lucro. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj em 28/03/2018)

O ex-presidente não está equivocado quando coloca como responsabilidade de todos os ex-sócios as dívidas adquiridas pela Cooparj, no entanto, não seria de todos também a decisão sobre como fazer a negociação sobre os bens materiais oriundos desta, no caso, as máquinas? Apesar disso, o embargo não está somente na compreensão do saldo negativo, mas de todo o processo que culminou no fim da cooperativa. O abandono do empreendimento, a ausência de perspectiva de venda, os nulos recursos financeiros, a falta de diálogo e responsabilização individual no momento de crise gerou uma lacuna e

78

Entrevista com Willian em 28/03/2018.

incompatibilidade entre os que ficaram em negociação com as máquinas e aqueles desgastados e frustrados demais para isso.

Aí entra aquela crise o pessoal vai sair, vai sair com que quê? Com que indenização? Não existe, é uma mão na frente outra atrás. Por quê? Porque ficou a dívida. Então a frustração maior é isso porque se falasse assim: não tem dívida, não tem nada. Então o que a gente vender a gente marca um dia e divide o lucro, mas não tinha isso. O que sobrou era o que tinha lá, o que a gente se manteve, deu pra tirar. Fora isso, acabou. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj, em 28/03/2018)

Em crise financeira generalizada, a ação coletiva perdeu sentido e cada um seguiu o caminho que atendia às suas respectivas urgências, alguns mais outros menos, e as máquinas não foram mais capazes de criar um elo entre esses trabalhadores, mais uma vez sem trabalho. Segundo Willian, o abandono da Cooparj, das atividades que a mantinham viva, ocorreu porque alguns dos cooperados já eram aposentados e, por isso, continuar no exercício do trabalho recebendo muito pouco era um desgaste desnecessário. Os aposentados:

Não eram a maioria, mas eram importantes pra manter a fábrica funcionando, pessoas que tinham [conhecimento da produção], eram operadores, pessoas que tinha importância dentro da fábrica pra manter a fábrica funcionando. A gente não conseguiu manter o pessoal [que] saiu, essas quedas geravam muita crise, alguns ficaram muito insatisfeitos e saíram também e no finalzinho a gente conseguiu entregar o galpão e não tinha onde botar maquinário. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj, em 28/03/2018)

Como bem aponta Willian, outros cooperados abandonaram porque estavam insatisfeitos. Josy saiu da Cooparj antes do fim das atividades, uma ruptura imaterial cansada e doída, num enfrentamento da “derrota” confundida com acusações de fracasso do “sonho de crescer”. Os acusadores eram muitos: outros ex-cooperados que saíram da cooperativa às pressas, familiares perplexos diante da situação e expectadores que já anunciavam o fim antes mesmo de a Cooparj nascer, como é caso de alguns ex-funcionários da Parafusos Águia, como argumenta nesse trecho da entrevista: “quando a gente começou, muitos diretores que tinham trabalhado na Águia chegou pra algumas pessoas e falaram que a gente não ia durar nem um ano”⁷⁹. O fato é que o ser humano não é nada compreensivo quanto às descontinuidades e as pune com maior grau e frequência do que o suficiente.

⁷⁹ Entrevista com Josy em 12/09/2017.

A motivação de Josy para construir a cooperativa não foi a extração de mais-valia, nem ação direta via autogestão, muito menos uma revolução socialista; e, especificamente no caso dela, não foi o desespero diante do desemprego, mas o vínculo entre os trabalhadores num dado momento em comum, e a crença na construção de um projeto de produção de suas vidas que os unificava e que parecia possível. Ao narrar o que sentiu com fim da Cooparj, ela responde:

Ah! Chorei muito na época que a gente fez a reunião informando a dívida que cooperativa tinha no momento e também que não tinha mais jeito, eu acho que [choro] a gente nadou, nadou e morreu na praia, foram dezenove anos! [choro] (Entrevista com Josy em 12/09/2017)

Mesmo diante de uma grave crise financeira, nem todos os trabalhadores concordaram com o fechamento da cooperativa, tampouco com não haver jeito de continuar. Segundo Josy, o gerente de vendas Sidiney “até o último dia ele batia na tecla que a gente tinha que abrir uma loja”⁸⁰. O abandono da Cooparj não foi fruto de uma variação de investimentos financeiros, moda no capitalismo contemporâneo, mas o desgaste absoluto da sua capacidade, material e imaterial, de manutenção do empreendimento e parco reconhecimento pelos anos de trabalho na cooperativa. Sobre a ruptura imaterial, Willian diz:

Eu sinto também [saúde da Cooparj], sinto. Tinha as crises, os problemas, mas tinham os momentos bons que a Cooparj se mantinha no mercado, ela pagava suas contas em dias e a gente olhava e tinha satisfação em ver. Tamo conseguindo manter, tamo conseguindo avançar. Acho que isso que fazia o pessoal se animar, na hora que isso sumiu, todo o pessoal começou a cansar, a perder a esperança. E pensar: como é que eu vou manter minha família? Como é que vou manter isso? Aí começou a bater um conflito no pessoal. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj, em 28/03/2018)

Para Josy, a Cooparj são pessoas com as quais ela ainda mantém vínculos, uma ligação em cumprimento pelo aniversário, uma mensagem com alguns que não superaram o discurso de estar “velhos demais” para usar os aplicativos mensageiros. O que a ex-diretora guarda de melhor “são as pessoas que tive convivência” e os principais problemas elencados pela entrevistada estão as divergências, as fragilidades do exercício de uma democracia participativa e os limites da representação; Josy não usou estas palavras, mas

⁸⁰ Entrevista com Josy em 12/09/2017.

as explica com propriedade ao comparar ser proprietária de um negócio e trabalhar na Cooparj, diz ela:

Lá [Cooparj] era mais difícil por que hoje como sou sozinha, aí é como é! Até peço opinião e tudo, mas não dependo de ninguém, lá tinha que depender da aprovação da maioria, às vezes como a maioria era leiga, muitos deles se anulavam, preferiam não opinar, ficavam, tipo em cima do muro: ah não sei! Ah vamos ver! Preferia deixar a diretoria decidir, como a diretoria eram cinco, se três ficassem a favor ou se calassem, aí acabava que minha opinião ficava sem validade. (Josy, sócia, entrevista realizada em 12/09/2017)

Não foram poucos os prognósticos negativos sobre a vida da Cooparj, mas para Willian o pior resultado é:

A gente não conseguiu fechar, tá livre. A ideia é que a cooperativa continuasse todo mundo lá pensava assim, se não tivesse tido essas crises de mercado a ideia do pessoal era assim: “um dia eu vou entrar aqui vou ver outras pessoas, me aposentei, fui embora, mas a cooperativa continuou”. Na cabeça do pessoal era isso, “ah eu vou embora, no dia que eu quiser vir visitar o pessoal, eu venho aqui e visito” achando que o pessoal ia continuar, entraria outras pessoas e ia renovando o pessoal, não aconteceu. O pior da experiência foi o quê? A dívida que ficou e nós não conseguimos encerrar e se livrar daquela dívida antiga do começo da cooperativa e agora não conseguiu fazer esse fechamento. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj, em 28/03/2018)

Conviver com as dívidas não tem efeito prático na vida de Willian, mas nem mesmo ele sabe ao certo quais impasses isso pode causar. Aparentemente, a participação na cooperativa não trará danos para o sonho do ex-cooperado de montar um negócio próprio, uma loja de ferramentas. No entanto, não finalizar o processo burocrático é mais do que conviver com expectativas e julgamentos dos mais diversos, entre outros ex-cooperados e mesmo com esforços insistentes, o fim da Cooparj continuará como está, sem fim. Nem tudo que está e estará em aberto sobre a experiência cooperativa foi ruim, e sobre isso Willian argumenta:

O melhor foi o quê? As experiências, as lutas que a gente conseguiu e as conquistas que a gente conseguiu alcançar porque começar com um empresa falida sem nada, igual a gente começou, mas conseguir se levantar, conseguir ganhar mercado, conseguir vender, conseguir se manter, conseguir gerar lucro. [...] Pagamos muitas dívidas, a dívida de maquinário que a gente pagou, a gente pagou tanto do pessoal de dentro da cooperativa quanto dos 99% dos que não foram para cooperativa, é muito dinheiro que saiu, isso daí o pessoal conseguiu pagar. Então conseguimos bastante, conseguimos construir alguma coisa. A gente conseguia pensar, elaborar, planejar, e colocar o produto no mercado,

essa experiência boa ficou, de como conseguir construir alguma coisa.
(Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj, em 28/03/2018)

Cinco sócios reunidos e uma contadora, assim fecha a Cooparj. Com uma dívida alta não só com bancos, mas com os trabalhadores que extrapolaram limites da vida salarial e saíram dos papéis fixos destinados aos que trabalham. Dívidas não são apenas em dinheiro, mas diante do que poderia ter sido ou do que deveria ter sido. Reconstruir essa derrota é construção, reconhecimento, crítica e respeito aos trabalhadores experimentadores.

Por fim, a noção de experiência da derrota é um momento de prova, de dúvida, do que foi possível fazer diante do que se tinha. Isso é parte central do ato de resistir, objeto central do esboço apresentado aqui. E sobre as situações de desemprego e crise, Willian afirma:

Eu penso assim, não vai parar nunca, vai diminuir. Lutar você vai conseguir? Você consegue diminuir? Consegue. Se as cabeças mudarem lá você diminui? Você pode lutar pra tentar [...] Na sua época você vai lutar pra diminuir aquilo, na minha época de tanto desemprego consegui a cooperativa, nós duramos vinte anos, na minha época é isso. Na época de quem tá hoje, na política vai lutar por isso, por isso e por isso. Vai diminuir? Vai, são pessoas que tem outra cabeça, tem outra consciência. (Entrevista com Willian, ex-presidente da Cooparj, em 28/03/2018)

Mas se predominarem a desesperança e o cansaço com as lutas de todo dia, é bom observar o que diz Omar Cabezas:

Veja como às vezes o fato de não ter clareza das coisas leva a gente a render-se diante das primeiras manifestações de cansaço ou desistir diante das primeiras dificuldades. É mentira; o homem sempre pode dar um pouco mais, só não quando desmaia ou morre; mas enquanto está consciente ainda em pé e não caiu, o homem sempre pode dar mais; e isso é aplicável a todas as atividades e a toda a conduta em todas as esferas da atividade social. (2012, 99)

“Dar mais”, no trecho de Cabezas, não significa exaurir-se fisicamente até nada sobrar, mas contestar e enfrentar as desistências, as derrotas e seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de *classe social* não está desconectado do sujeito e sua experiência, tampouco é restrito a uma posição estanque na história. O processo experimentado pelos trabalhadores da Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro é, nesse sentido, uma aparição da *classe operária* diante dos contornos históricos que a particularizam. Revisitar essa memória é provocar aproximações, sem com isso desconsiderar as distâncias, com o repertório de ação dos trabalhadores brasileiros.

A perspectiva histórica e dialética adotada por aqueles que dialogam com a tradição marxista não pode se resumir à denúncia de antagonismo ou à tarefa de antever “juízos finais”⁸¹, mas é preciso exorcizar o imaginário da classe que a mantém fixa num único modo de existir. Algo irreversível no mundo contemporâneo é enxergar que, conforme Marx, “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram” (2011, p. 25). Essa forma relacional entre ação e estrutura é a permissão para reconhecer sujeitos capazes de agir e estruturas que reagem à ação. A noção de experiência comporta essas duas dimensões.

No capítulo 1 buscou-se apresentar a revisão teórica que atravessa todo o texto e, portanto, só pode ser plenamente compreendida quando envolvida e integrada com todos os capítulos da dissertação. No que tange à centralidade do trabalho como categoria analítica, adotamos o que parece ser uma interseção entre Castel (2015) e Offe (1989): o paradigma do trabalho na sociedade contemporânea mudou. O fato é que a sociedade salarial está em transmutação e, já inclinada para a perspectiva de Castel, esse processo não é reduzido ao aprofundamento da precarização e às ordens capitalistas do dia, mas o assalariamento enquanto máxima da representação do trabalho está em deslocamento. É preciso, mais que nunca, considerar os que estão à margem do trabalho formal não só na perspectiva de incluí-los, mas também de repensar esse lugar no curso de transformação do mundo do trabalho e das novas configurações de classe.

No mesmo capítulo, almejou-se estabelecer um arranjo analítico que dialogasse com a tradição marxista, com a categoria analítica de ação coletiva e, sobretudo, com a noção de classe social e experiência. Isso foi encontrado com grande volume crítico nas

⁸¹ Referência à música *Fora da Ordem* (1991), de Caetano Veloso.

contribuições de Thompson e Tilly. Partiu-se da seguinte premissa: mesmo em tempos de individualização excessiva e desemprego, trabalhadores imprimem modos de produção de vínculos diante das rupturas que se impõem.

A Cooparj é, por duas vezes, um espaço de produção de ruptura, a primeira concretizada na condição de desemprego, e a segunda com o fim do empreendimento. Com o fim da empresa Parafusos Águia, a condição de desemprego é ao mesmo tempo ruptura e estreitamento de vínculos, já que para alguns foi o estopim para 19 anos de convivência.

No entanto, seria o encerramento das atividades da cooperativa a ruptura final? De fato, o processo de fechamento da cooperativa expõe, mais uma vez, os sócios a quebras de vínculos. Foi possível perceber com as entrevistas três rupturas, provocada e provocativa, do fim da Cooparj. Essas ocorreram nas seguintes dimensões: material (baixa na produção e competitividade) e imaterial (ruptura afetiva e simbólica com as pessoas e com planos coletivos pactuados).

A queda nas vendas e a concorrência no mercado são os principais fatores no declínio da capacidade financeira da Cooparj, o que provocou o abandono progressivo dos trabalhadores da produção e configurou uma significativa ruptura material. Em 2013, dois anos antes do encerramento definitivo das atividades, a cooperativa contava com 15 trabalhadores, sendo apenas 11 cooperados⁸². Essa condição impactou diretamente os ritos necessários para liquidar as questões do patrimônio e atender às expectativas coletivas quanto às investidas individuais no empreendimento. O maquinário foi alojado no espaço de uma nova empresa, mesmo sem ter concretizado a sua venda, na qual permanecem assalariados cinco dos ex-cooperados, o que incita uma situação pouco precisa sobre como e quem finalizará a venda e como será aplicado o dinheiro. O elo material ainda permanece não resolvido e envolve diretamente a vida de alguns trabalhadores.

A construção afetiva da Cooparj se deu em relações de proximidade e informalidade. Embora essas características permitissem um diálogo direto entre os trabalhadores, havia, conforme as entrevistas, diálogos latentes que disputavam o modo de operar o empreendimento, o que fragilizava a relação de confiança entre os indivíduos e a credibilidade nas escolhas da cooperativa. Nesse contexto, alguns vínculos foram, aos

⁸² Ver em: (HENRIQUES; FRANKEL, 2015).

termos de Weber, sendo “desencantados”, o que aprofundou as dificuldades de enfrentar condições em comum e, além disso, foi justificava para o desligamento de alguns cooperados.

Mesmo diante de possíveis fragilidades geradas no curso do empreendimento, os trabalhadores cooperados entrevistados e o que optou por não se associar esforçam-se para estabelecer elos de respeito uns com os outros e com coletivo de trabalhadores envolvidos, ainda que cada um deles narre por si suas justificativas, suas denúncias e incômodos antes, durante e depois da experiência da Cooparj. O desemprego foi a marca do divórcio entre sindicato e cooperativa, mas, particularmente nessa experiência, o Sindimetal-Rio foi espaço de recusa ideológica a perspectiva cooperativa como alternativa à classe trabalhadora desempregada. O que implica dizer que o sindicato pode ou não se divorciar dos trabalhadores devido à demissão; no caso da Cooparj, o fez justificado por uma recusa ideológica a modelo cooperativista, o sindicato advoga pelas ausências dos trabalhadores, mas nesse caso pautando na reinserção desses no trabalho formal.

O processo que culminou no fim da Cooparj advém de suas várias rupturas, afetivas e materiais, mas seria possível romper com a experiência? Os significados não são artefatos, são sentimentos bons ou nem tanto. O fim da cooperativa parece estar em situação de espera, não só no aspecto formal, mas também no simbólico, pois a cada nova conversa sobre a Cooparj, novas janelas podem ser vistas e abertas.

Já faz algum tempo que os ex-cooperados não são entrevistados, e isso demonstra que o silêncio sobre a Cooparj não é uma opção exclusivamente dos trabalhadores; pelo contrário, as conversas foram demoradas, apesar das contrações antes delas. Havia um sentimento de pouco reconhecimento do que foi feito, se contestou a ideia de insucesso e “interações inúteis”⁸³, sem com isso ser acrítico à experiência. O *fazer-se* na cooperativa continua a significar e dar referência nas trajetórias desses trabalhadores, positivamente e negativamente, no modo como pensam seu “empreendedorismo” e seu lugar na sociedade salarial, mesmo que em suas margens. Se a Cooparj para alguns foi fracasso, para Josy foi dúvida e crítica, para Willian certeza e aprendizado, para Honório nunca foi e para Severino foi recusa classista.

⁸³ Ver em: Frankel e Borba (2007).

Adotar a noção de *experiência* é, sobretudo, enfrentar o contraditório e romper com o discurso indiferente aos diferentes sujeitos, contextos e trajetórias. Dessa maneira, reconstruir a narrativa de derrota da Cooparj é dotá-la de significados capazes de dialogar com as permanências da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, com suas rupturas, aproximações e revisões.

O exercício crítico sobre uma derrota é um revisar caminhos na produção da vida dos que não constroem conceitos, mas práticas. É também substrato para pensar ou repensar *repertórios* e desmistificar as resistências da luta de classe. Resistir não é uma tarefa épica, mas o enfrentamento aos prognósticos da vida é também a provocação de fissuras que fazem existir aqueles que são derrotados, os que vivenciaram o “beco sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores esquecidos” (Thompson, 1987, p. 8). O fim da Cooparj não atesta um fracasso, nem a ausência de luta, mas conta uma parte do processo, a de descontinuidade, de contrariedade, que são condições totalmente possíveis aos “fluxos e refluxos da luta de classe” (BENSAÏD, 2013, p. 99).

No capítulo 2 foram abordados os principais atravessamentos entre cooperativismo, autogestão e economia solidária, a fim de compreender a recuperação de fábricas falidas. Nem todo processo de recuperação, via cooperativa de produção, advoga para si um lugar nas lutas pela autogestão ou no bojo da economia solidária. No caso da Cooparj, a conduta estava voltada para a capacidade de empreender, estabelecer relações comerciais, sem com isso expor os trabalhadores a exploração bruta, uma espécie de redução de danos na lógica de reprodução do capital.

A autogestão é busca, sempre, ou então se corre o risco de enxergar teoria demais em práticas de menos. O debate acerca das cooperativas dá-se em plurais, quer dizer, é preciso vê-las de perto, apreender suas justificativas e particularidades. Dito isso, podem ser um lugar embrionário e, por isso, altamente capaz de produzir potência na luta de classe, o que não significa ser uma etapa para uma revolução programada, mas a retomada da agência de trabalhadoras e trabalhadores na produção da vida. O tamanho e a capacidade de transformação empregada na experiência de recuperar e autogerir fábricas se dá em curso, em plena construção.

As cooperativas de produção advindas da recuperação de fábricas falidas têm ainda a possibilidade de estabelecer redes, laços de solidariedade e de formação coletiva para enfrentar condições em comum. Isso não é pouca coisa diante de um cenário apático quanto se trata de agir com o outro. E são esses vínculos que solidificam as

experimentações da classe trabalhadora e reascendem assim as “chamas que precisam aquecer o corpo e a mente de todos(as) que lutam por uma sociedade melhor, onde haja espaço para a democracia, a solidariedade e o respeito às diferenças” (FONTELES, 2017, p. 14).

A revisão do estudo de Tiriba (1997) sobre a Cooperj é uma preciosidade, é explosão, é a cooperativa ainda em estado de utopia. Com isso buscou-se evidenciar o processo inicial da cooperativa, dando conta do modo como foi estabelecida a organização do trabalho e as expectativas dos trabalhadores na época. A partir disso, pode-se concluir que a criação da cooperativa de produção de parafusos em Duque de Caxias foi um marco relevante, uma vitória, para um campo político preocupado com a democracia e as possibilidades de resistência da classe trabalhadora diante da quebra do vínculo salarial, sobretudo, para aqueles que “lutam pela autogestão”⁸⁴.

Para os trabalhadores entrevistados em 1996, a empreitada de retomar a produção via cooperativa não foi, em *stricto sensu*, um ato político. Porém, o mundo da política não se resume a operação de forças num local de poder ou um sistema de governo, mas a construção e disputas das pautas de cunhos econômico, moral e cultural que se coloca em determinada circunstância. A Cooperj não foi um ato político, foi inteiramente uma disputa política, no sentido mais amplo que esta palavra possa ter.

No capítulo 3 foi tratada a “linguagem” da pesquisa, o modo como foi possível ou não dialogar com os sujeitos da memória, com os ex-cooperados. Mostra também a reconstrução do campo de análise mesmo sem a existência da cooperativa. A passagem da *Cooperj empreendimento* para *Cooperj experiência de trabalhadores*. O esforço foi explicitar o exercício etnográfico sobre as situações, os contextos, as tentativas do processo da própria dissertação, a fim de permitir uma leitura crua e situada sobre as escolhas e possibilidades do estudo. No mesmo capítulo, apresentou-se com maior profundidade cada sujeito entrevistado, uma fotografia textual sobre como esses trabalhadores se apresentaram durante a pesquisa.

A questão que pulsa no capítulo 4 trata da memória operária, não como recurso de adjetivação de lembranças, mas como uma opção metodológica que, somada à história oral, permitiu acessar a complexidade da experimentação da classe trabalhadora numa perspectiva histórica, revisitada e crítica. O trabalhador é, portanto, sujeito portador de

⁸⁴ Ver em: Henriques (2014).

uma memória situada na luta de classe. Trata ainda do objeto central dessa pesquisa, o reconhecimento da derrota e das discontinuidades como elemento inerente à luta dos trabalhadores, suas resistências.

Embora a Cooparj tenha fraturas expostas quanto às ações esperadas de uma cooperativa autogerida por trabalhadores, uma consideração é urgente, a experimentação não segue manuais, e por isso mesmo comporta contradições. Estranho seria se o experimentar fosse absolutamente regido, certificado e conformado. Esperar deparar-se com a aparição da classe trabalhadora absolutamente higienizada diante dos vícios em sociedade é forjar um tipo irreal de mundo e, mais grave que isso, invisibilizar os que contestaram, não considerando o papel dos que resistiram durante o processo e que, ao resistir, disputaram significados e caminhos.

A experimentação é propriamente tensionamento, não há mágica nisso, não há cartilha para validar a luta de classe, há experiências de classe que validam uma luta. Obviamente o adensamento da luta de classe, capaz de modificar ou perturbar as estruturas, admite muitas dimensões, desde ações de protesto, pautas reivindicatórias, movimentos organizados ou não. Arelado a essas dimensões da luta está o papel da *crítica*, que não se trata de negar uma determinada configuração ou caminho em detrimento de outra, mas ir com profundidade rever o próprio caminho tomado. Isso não faltou a alguns ex-cooperados, uma perspectiva crítica, autocrítica, que não busca redimir o indivíduo da força da crítica coletiva que o provoca, mas busca uma resposta também coletiva acerca dos caminhos traçados, para com isso pensar o presente.

A contragosto da versão heroica da resistência, a derrota experimentada deve ser um intensificador das lutas de hoje. Assim, tem razão Milton Nascimento e Fernando Brant quando escrevem que “é preciso conhecer para melhor prosseguir, falo assim sem tristeza, falo por acreditar que é cobrando o que fomos que nós iremos crescer. Outros outubros virão, outras manhãs plenas de sol e de luz” (1978).

Na luta de classe é preciso considerar o renhido, sem apagar a reversibilidade dessa discussão. A experiência prática “ressignifica” o teórico e a expectativa militante. Consciente disso, é preciso tomar como central o processo experimentado e as disputas que o atravessam. Portanto, a aparição da classe na história não tem hora e nem lugar marcado, acontece no estranho momento em que alguns seres humanos “como resultado de experiências comuns, sentem articular seus interesses entre si” (Thompson, 1987, p. 7). A Cooparj é uma dessas aparições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, Ed. Unicamp, 1995.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Loyola, 1999.

ARAÚJO, F. S. **Metodologias Participativas para Elaboração de um Plano de Negócios num Ambiente de Autogestão Industrial - O Estudo do Caso COOPARJ**. (2007). Monografia de Conclusão de Curso em Engenharia de Produção. UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, manual de instruções**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CABEZAS, Omar. **A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARRIÇO, Antônio de Salvo. “De(s)ilusões biográficas”. In: LOPES, José Sergio Leite; CIOCCARI, Marta (Orgs.). **Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

CORGAN, Billy. **Tonight, Tonight**. Intérprete: The Smashing Pumpkins. Chicago: Virgin Records, 1995. < <https://www.youtube.com/watch?v=NOG3eus4ZSo>> Acesso: 13. Mar. 2018.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. “Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas”. In: DURKHEIM, Émile. José Alberto Rodrigues (org) **Émile Durkheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1981.

EVANS-PRITCHARD, E.E (1902 -1973). **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. RJ: FGV, 2005.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia Solidária: Avatares do Trabalho e do Capital**. Florianópolis: Em Debate, 2011, p. 251-316.

FAVRET-SAADA, J. **Ser afetado** (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERREIRA, Leticia. **Formalidades, moralidades e disputas de papel**. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 8 – nº 2 - ABR/MAI/JUN. 2015. p.207-234.

FRANKEL, Roy David; BORBA, Mariana de Araújo Jorge. **Análises das metodologias participativas empregadas em trabalho na Cooparj**. Apresentado no V Encontro Internacional de Economia Solidária, organizado pelo Núcleo de Economia Solidária da USP, 2007.

FONTELES, José Osmar (Org.). **Territórios e territorialidades: democratizando saberes e boas práticas em políticas públicas**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOLDBERG, Natalie. **Mente Selvagem: como se tornar um escritor**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1994.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HENRIQUES, Flávio Chedid. **Autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores – Brasil e Argentina**. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

_____. **Assessoria a Empreendimentos de Autogestão**. (2007) Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

HENRIQUES, F. H.; FRANKEL, R. D.. “A experiência de assessoria a uma fábrica gerida por seus trabalhadores”. In: ADDOR, Felipe; LIANZA, Sidney (Orgs.). **Percursos na extensão universitária: saindo da torre de marfim**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Faperj, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2009.

HILST, Hilda. **Estar sendo. Ter sido**. São Paulo: Globo, 2006.

KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, R. Eduardo; CAPPELLIN, Paola (Orgs.). **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

LUXEMBURGO, R.. Desempregado!. In: Rosa Luxemburgo: textos escolhidos – Volume 1/ Organização: Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

JORGE, Mário Helton. **Sindico de massa falida: estranho no ninho processual**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3281, 25 jun. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22081>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **A ‘outra economia’: um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária**. Dissertação. Museu Nacional UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

- LAVAL, C.; DARDOT, P. **La nueva razón del mundo**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2013.
- MCADAM, D; TARROW, S and TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge University Press, 2001.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NORONHA, Eduardo G. **O Modelo Legislado de Relações de Trabalho no Brasil**. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Vol. 43, nº 2, p. 241-290, 2000.
- NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando; BORGES, Márcio. **O que Foi Feito Devera (de Vera)**. Intérprete: Clube da Esquina. Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1972.
- < <https://www.youtube.com/watch?v=boEUOHQSAIQ> >. Acesso em 02.fev.2019.
- GOLDBERG, Natalie. **Mente Selvagem: como se tornar um escritor**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1994.
- OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, S. H. **A Autogestão como Diferencial Competitivo: o caso de uma cooperativa industrial**. (2002). Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 1989, p.3-15.
- PESSANHA, Elina G. da Fonte. “Metalúrgicos, sempre operários navais”. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2001.
- PEREIRA, Luisa Barbosa. **Navegar é Preciso: sindicalismo e judicialização ativa dos trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- PIRES, Aline Suelen. **As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- PEPETELA. **Mayombe: romance**. São Paulo: Ática, 1982.
- PORTEIRO. In: DICIONÁRIO Michaelis On-line. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2019. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/porteiro/>>. Acesso em 26. jan. 2019.
- QUINTANA, Mario. **Caderno H**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2001.
- RICARDO, João. **O padrão nosso de cada dia**. Intérprete: Secos & Molhados. In: Secos & Molhados. São Paulo: Continental, 1973. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=7nEf7qDskUc>>. Acesso em 26.jan.2019.
- SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo, 1983.

SÍGOLO, Vanessa Moreira. **A Contrapelo autogestão, recuperação de empresas e a Usina Catende em Pernambuco**. Tese de Doutorado em Sociologia, USP, São Paulo, 2015.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera. **Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico**. Revista Brasileira de História, nº6, 1983.

SARAMAGO, José. **Sobre a invenção do presente**. Jornal de Letras, Lisboa, ano VIII, n.317, 1989.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Tradicion, Revuelta y Consciencia de classe**. Barcelona: Crítica, 1979.

_____. Thompson, E. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, Caps. III, VI, VII, XI, XII, XIII, XIV e XV.

TILLY, Charles. “From interactions to outcomes in social movements”. In: Giugni, Marco; McAdam, Doug e Tilly, Charles (ed). **How social movements matter**. Minnaoplis: University of Minnesota Press, 1999.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 133-160.

THIAGO, Cristiane Muniz. **Rio de Janeiro Operário: memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **O Vôo da águia: o caso dos trabalhadores da fábrica de parafusos**. Enfoques (Rio de Janeiro), v. 5, p. 1-119, 2006.

TIRIBA, Lia Vargas. **Cooparj: Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro**. Proposta (Rio de Janeiro), v.74, p.64 – 76, 1997.

TAUILE, José Ricardo. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981 – 2005**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismo e a Via Campesina**. São Paulo: Alameda, 2011.

VELOSO, Caetano. **Alguma coisa está fora de ordem**. Rio de Janeiro: Philips, 1991.

< https://www.youtube.com/watch?v=r_VetZLeBmw > Acesso: 13. Mar. 2018.

WEBER, Max. “A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política”. In: **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. p.107-154.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

_____. **A ética protestante e o “espírito” capitalista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Documentos Consultados

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, Diário Oficial da União. Trata acerca do regime jurídico das sociedades cooperativas.

Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, Diário Oficial da União. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

Periódicos Consultados

Revista Proposta, FASE, Ano 26, n. 74 set./nov. 1997.

Revista Jus Navigandi, Ano 17, n. 3281, 25 jun. 2012.

Sites Consultados

Site Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária: <http://sies.ecosol.org.br/>

Site UNICAFES: <http://unicafes.org.br/p/historico>

Site: jus.com.br

Site Empreendedorismo Prof. José Dornelas: <http://www.josedornelas.com.br>

Site Brasil Atual: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paul-singer-a-compara-ao-socialismo-4852.html>

Site Monografias Brasil Escolas:

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/empreendedor-com-perfil-popular-suas-dimensoes.htm>

Site Instituto PACS: <http://30anos.pacs.org.br/category/economia-solidaria/page/14/>

Entrevistas realizadas e utilizadas

Josaide, 57 anos, ex-diretora da Cooparj, entrevista concedida a Juliana Marques, em 12/09/2017, em seu restaurante na cidade do Rio de Janeiro.

Willian, 52 anos, último presidente da Cooparj, entrevista concedida a Juliana Marques, em 28/03/2018, em Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro - Sindimetal-Rio.

Honório, 72 anos, ex-funcionário da empresa Parafusos Águia, entrevista concedida a Juliana Marques, em 09/04/2018, em sua casa na cidade do Rio de Janeiro. Estiveram presentes no momento da entrevista seu sobrinho, seu neto e um diretor do Sindimetal-Rio.

Severino, 57 anos, diretor do Sindimetal-Rio, entrevista concedida a Juliana Marques, em 09/03/2018, em Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro - Sindimetal-Rio.

Elpídio, operador de máquinas da Cooparj, entrevista concedida a Lia Vargas Tiriba e publicada na revista Proposta em 1997.

Evaldas, ex-presidente Cooparj, entrevista concedida a Lia Vargas Tiriba e publicada na revista Proposta em 1997.

Jairo, ex-sócio da Cooparj, entrevista concedida a Lia Vargas Tiriba e publicada na revista Proposta em 1997.

Alcântara, ex-sócio da Cooparj, entrevista concedida a Lia Vargas Tiriba e publicada na revista Proposta em 1997.

Manuel, operador de máquinas da Cooparj, entrevista concedida a Lia Vargas Tiriba e publicada na revista Proposta em 1997.

Adelino, técnico mecânico da Cooparj, entrevista concedida a Lia Vargas Tiriba e publicada na revista Proposta em 1997.

Adalto, ex-sócio da Cooparj, entrevista concedida a Lia Vargas Tiriba e publicada na revista Proposta em 1997.

Jorge, ex-sócio da Cooparj, entrevista concedida a Lia Vargas Tiriba e publicada na revista Proposta em 1997.